

RELATÓRIO ANUAL



2004

GERALDO ALCKMIN

Governador do Estado de São Paulo

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE

Secretário de Estado de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento

ADERBAL DE ARRUDA PENTEADO JUNIOR

Comissário Geral da CSPE



**GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO**
RESPEITO PELAS PESSOAS

COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA

- CSPE
- CONSELHO DELIBERATIVO DA CSPE
- COMISSARIADO

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DE 2004

ENERGIA ELÉTRICA - ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

- FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-COMERCIAL
- FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL
- INDICADORES DE QUALIDADE
- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
- COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL
- FISCALIZAÇÃO DE PCH's E PCT's
- ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DE GERAÇÃO E USINAS EMERGENCIAIS

GÁS CANALIZADO - ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

- REGULAÇÃO
- FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL
- QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO
- INVESTIMENTOS, METAS MÍNIMAS E PLANOS QÜINQÜENAS

OUVIDORIA

COMUNICAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

CONVÊNIOS E PARCERIAS

CSPE – COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA

CSPE

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços de Energia Elétrica e Gás Canalizado do Estado de São Paulo, é uma entidade autárquica, criada pela Lei Complementar 833, de 17 de outubro de 1.997 e regulamentada pelo decreto nº 43.036, é vinculada à Secretaria de Estado de Energia, tendo iniciado suas atividades em 14/04/98.

A CSPE tem como Missão ser instrumento de aperfeiçoamento do serviço público de energia, regulando e fiscalizando no Estado de São Paulo os serviços de distribuição de gás canalizado e as atividades de energia elétrica, por delegação da ANEEL.

A CSPE é composta por:

- Conselho Deliberativo
- Comissariado
- Chefia de Gabinete
- Diretoria Administrativa
- Grupo Técnico e de Concessões
- Grupo Comercial e de Tarifas
- Grupos de Fiscalização
- Ouvidoria
- Assessoria Técnica e Jurídica
- Assessoria de Comunicação
- Centro de Informática

CONSELHO DELIBERATIVO DA CSPE

Presidente:

Dr. Tamas Makray	(Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo) até 27/05/2004
Dr. Antonio Hélio Guerra Vieira	(Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo) posse em 26/08/2004

Membros:

Dr. Eurico de Andrade Azevedo	(Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo) até junho/2004
D. Silvio França Torres	(Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo) posse em 26/08/2004
Dr. Francisco Romeu Landi	(Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo) até 22/04/2004
Dr. Ruy Martins Altenfelder Silva	(Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo) posse em 26/08/2004
Dr. Jorge Katsumi Suguimoto	(Representante dos Servidores da CSPE)
Dr. José Geraldo dos Santos	(Representante das Empresas de Energia Elétrica do Estado São Paulo)
Dr. Robson Silva Thomas	(Representante dos Trabalhadores nas Empresas de Serviços de Energia Elétrica) posse em 16/01/2003
Dr. Gustavo José Marrone de Castro Sampaio	(Representante da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON) posse em 11/12/2003
Dr. Luiz Sutti	(Representante da Sociedade Civil indicado pelos Conselhos de Consumidores das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica no Estado de São Paulo) até setembro/2004
Dr. Sérgio Luiz Bergamini	(Representante da Sociedade Civil indicado pelos Conselhos de Consumidores das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica no Estado de São Paulo) posse em 18/11/2004
Dr. Pedro Mahler	(Representante da Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FCESP)
Dr. Pio Gavazzi	(Representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP)
Dr. Carlos Eduardo de Freitas Brescia	(Representante das Empresas de Serviços de Gás Canalizado do Estado de São Paulo)
Dr. Roberto Tavares Ledo	(Representante dos Trabalhadores nas Empresas de Serviços Locais de Gás Canalizado)
Dr. Zevi Kann	(Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo) até abril/2004. A partir de 27/05/2004, substituto do Comissário Geral
Dr. Aderbal de Arruda Penteado Junior	(Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo) posse em 27/05/2004

Secretaria:

Dra. Maria Cristina Biselli Ferreira

COMISSARIADO

Dr. ADERBAL DE ARRUDA PENTEADO JUNIOR

Dr. Zevi Kann

Comissário Geral

Dr. MOACYR TRINDADE DE OLIVEIRA ANDRADE

Comissário Chefe do Grupo Comercial e de Tarifas

Dr. Zevi Kann

Dr. ADERBAL DE ARRUDA PENTEADO JUNIOR

Comissário Chefe do Grupo Técnico e de Concessões

Em 23 de abril de 2004, por Decreto do Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, foram nomeados para um mandato de 04 anos, a partir de 15 de abril de 2004, os seguintes:

Comissário Geral: Dr. Aderbal de Arruda Penteado Junior

Comissário Chefe do Grupo Comercial e Tarifas: Dr. Moacyr Trindade de Oliveira Andrade

Comissário Chefe do Grupo Técnico e de Concessões: Dr. Zevi Kann

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA CSPE EM 2004

CSPE REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONCLUI O PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA DA COMGÁS

A CSPE realizou a Audiência Pública 001/2004, ocorrida em duas etapas, para colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento de ato regulamentar expedido pela CSPE, referente ao processo de revisão tarifária da Comgás.

A 1ª Etapa da Audiência ocorreu no dia 16/02/2004, na cidade de São Paulo, e contou com a presença de mais de 130 participantes. A 2ª Etapa, realizada no dia 23/03/2004, também em São Paulo, teve a participação de aproximadamente 100 representantes de concessionárias distribuidoras de gás canalizado, universidades, sindicatos, associações de classe, empresas de consultoria, escritórios de advocacia, partido político e prefeituras dos municípios do interior do Estado.



Audiência Pública 001/2004 - Comgás



Participantes da 1ª e 2ª Etapa da Audiência Pública 001/2004 - Comgás

ANÚNCIO DOS RESULTADOS DA REVISÃO TARIFÁRIA DA COMGÁS NO PALÁCIO DOS BANDEIRANTES

Em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes, conduzida pelo governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, no dia 20/04/2004, foi anunciado e apresentado os principais resultados do processo de revisão tarifária da Comgás, conduzido pela CSPE, tais como, a redução de tarifas para cerca de 320 mil consumidores de gás canalizado, ou seja, mais de 73% dos consumidores da Comgás foram beneficiados pela redução tarifária. Em face da Revisão Tarifária, a estes consumidores tiveram reajustes negativos, que significou redução nas contas de gás canalizado. As tarifas para os consumidores da Comgás foram reajustadas a partir de 31/05/2004.

A metodologia da Revisão Tarifária desenvolvida pela CSPE vincula a definição tarifária aos valores do Plano de Negócios da Concessionária.

A Comgás apresentou o seu Plano de Negócios, que foi revisado pela CSPE, projetando os investimentos e mercados para os próximos 05 anos, ou seja, até maio/2009. O Plano projeta que o volume de gás atualmente distribuído dobre ao final dos 05 anos, passando de 3,34 para 6,57 bilhões de metros cúbicos/ano. Esta expectativa está associada ao crescimento de 39% na sua base de consumidores que passaria de 420 para 578 mil e o desenvolvimento de vendas em todos os segmentos, destacando-se a cogeração com acréscimos de 231% sobre os volumes atuais.

A expansão de redes para os próximos 05 anos, prevista no Plano de Negócios, totaliza 1.228 km de rede, com investimento de 900 milhões de reais.

A Revisão Tarifária implementou, ainda, o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento na área do gás natural. Desde de 31/05/2004, a Concessionária vem destinando a este

Programa 0,25% de sua margem tarifária efetiva.

A previsão é que sejam aplicados cerca de R\$ 12 milhões nos próximos 05 anos. Estes recursos serão aplicados em projetos de interesse, aprovados pela CSPE e realizados junto a entidades executoras, tais como institutos de pesquisa e universidades.



Governador do Estado de São Paulo – Geraldo Alckmin
Secretário de Energia Recursos Hídricos e Saneamento – Mauro Arce
Comissário da CSPE – Zevi Kann

CSPE REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONCLUI O PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA DA GÁS BRASILIANO

A CSPE realizou a Audiência Pública 002/2004, realizada em duas etapas, para colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento de ato regulamentar,



Audiência Pública 002/2004 – 1ª Etapa

expedido pela CSPE, referente ao processo de revisão tarifária da Gás Brasileiro, que detém a concessão dos serviços de exploração e distribuição de gás canalizado na região noroeste do Estado de São Paulo, que abrange as regiões administrativas de Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Central, Barretos e Franca

A 1ª Etapa da Audiência, ocorreu no dia 19/08/2004, na cidade de Bauru, e contou com a presença do Exmo. Secretário de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento do Estado de São Paulo e de aproximadamente 80 representantes de concessionárias distribuidoras de gás canalizado, sindicatos, associações de classe, empresas de consultoria, escritórios de advocacia e prefeituras da região. A 2ª Etapa, realizada no dia 07/10/2004, em São Paulo, teve a participação de aproximadamente 40 participantes.



Audiência Pública 002/2004 – 2ª Etapa

A nova estrutura tarifária da Gás Brasileiro entrou em vigor em dezembro de 2004 pela *Portaria CSPE 339*.



Participantes da Audiência Pública 002/2004 – 1ª e 2ª Etapa

AÇÕES SOCIAIS E A CSPE



Quanto mais gente,
mais quente.

A CSPE mais uma vez, participou da Campanha do Agasalho, promovida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, realizada no período de abril a julho/2004. O resultado destas ações foi de grande sucesso com a arrecadação de aproximadamente 11,3 mil peças, uma média de 226 peças por funcionários.

A CSPE participou da *IV Semana da Solidariedade*, promovida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), em

setembro/2004, em parceria com as Secretarias de Estado e demais órgãos da administração direta e indireta, com o objetivo de despertar o sentido de cidadania na sociedade, instituindo ações de apoio aos portadores de deficiências. A CSPE arrecadou contribuições para a Fraternidade Irmã Clara (FIC) - entidade que atende crianças e adultos com paralisia cerebral.



D.ª Maria Lúcia Alckmin, D.ª Arlette Arce
e Coordenador da FIC



D.ª Arlette Arce e Dr. Aderbal Penteado Jr.

A CSPE atuou ativamente da Campanha de Natal do Asilo O Raiar do Sol, promovida pela Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, com doações feitas pela equipe desta Comissão.

A CSPE integrou o Comitê de Responsabilidade Social da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento-SERHS, instituído pelo Exmo. Secretário Dr. Mauro Arce, cujo objetivo é divulgar

as atividades de cunho social desenvolvidas pelas empresas, órgãos e autarquias vinculadas a esta Secretaria.

CSPE INAUGURA A NOVA SEDE – EDIFÍCIO CIDADE I

A CSPE, em consonância com o programa de governo de revitalização do Centro de São Paulo, inaugurou sua nova sede em 29 de março de 2004, dando início às suas atividades no Centro Integrado de Administração do Estado – Cidade I.

A nova sede da CSPE está instalada na rua Boa Vista 170, 3º e 4º andares, no Edifício CIDADE I - Centro, São Paulo.



CSPE REALIZA O ENCONTRO TÉCNICO 2004

A CSPE realizou a 4ª edição do Encontro Técnico Anual, em 03 de dezembro de 2004. O evento é promovido anualmente com todos os funcionários da CSPE, e tem como objetivo discutir e avaliar as atividades realizadas durante o ano e as perspectivas e metas para o próximo ano, e propiciar também, a integração entre os funcionários e as diversas áreas.



*Secretário de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento
Presidente do Conselho Deliberativo CSPE
Comissários da CSPE*

ENERGIA ELÉTRICA – ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-COMERCIAL

As atividades de fiscalização técnico-comerciais no ano de 2004, englobaram as seguintes áreas:

- Atendimento comercial, especialmente em relação aos centros de atendimento telefônico, atendimento pessoal, medição e faturamento;
- Cumprimento das condições gerais de fornecimento;
- Qualidade na área técnica, verificando critérios e periodicidade da manutenção de redes de distribuição, linhas de subtransmissão e subestações, envolvendo todas as concessionárias de distribuição do Estado de S.Paulo.

Ainda, no ano de 2004, a CSPE realizou fiscalizações pontuais planejadas, bem como outras emergentes, em atendimento a reclamações de consumidores junto à Ouvidoria, notícias publicadas pela mídia e solicitações diversas.

FISCALIZAÇÕES TÉCNICO-COMERCIAIS EM 2004

No ano de 2004 foram emitidos 14 Termos de Notificação, totalizando 102 Não-conformidades, 54 Determinações e 9 Recomendações quanto a procedimentos das concessionárias de distribuição. Foi ainda emitido um Auto de Infração.

Realizaram-se doze inspeções técnicas de apoio a ANEEL no processo da Revisão Tarifária – Resolução 493, cada qual mobilizando uma equipe de média de seis técnicos tendo por objetivo verificar as condições técnicas e quantitativas dos ativos das redes de distribuição das concessionárias.

Nº	Início	Visita	Empresa
1	-----	02/02 a 20/02	CPFL
2	-----	26/05 a 09/06	Eletropaulo
3	11/08/04	19/07 a 23/07	Elektro
4	27/09/04	04 à 08/10	Caiuá
5	27/09/04	04 à 08/10	Vale
6	07/10/04	18 à 22/10	Santa Cruz
7	14/10/04	25 à 29/10	Bragantina
8	07/10/04	18 à 22/10	Nacional
9	14/10/04	25 à 29/10	Jaguari
10	27/10/04	08 à 12/11	Mococa
11	27/10/04	08 à 12/11	CPEE
12	12/11/04	22 à 26/11	Sul Paulista

As fiscalizações pontuais realizadas, em número de 17, resultando em 14 TN's emitidas em 2004 e 3 a emitir no começo de 2005, que verificaram procedimentos e não conformidades das concessionárias foram:

	Início	Visita	Motivador	Empresa	Local	Nº Rel.	Nº TN	Data do Protocolo
1	05/01/04	19 a 23 jan	Araçariguama	Piratininga	Sorocaba	3112	770	04/03/04
2	29/01/04	02 fev	Baixa Renda	Mococa	Jaguariúna	3111	769	03/03/04
3	09/01/04	30/01, 06/02 e 13/02	Gerdau	Eletropaulo	Cotia	3114	772	22/03/04
4	09/03/04	16 a 19 março	Promotória Novo Horizonte	CNEE	Catanduva	3126	779	20/04/04
5	08/04/04	19 a 23 abril	Cadastramento de consumidor	Bandeirante	São Paulo	3121	793	17/06/04
6	08/04/04	08 jun	Atendimento ao cliente	Bandeirante	Guarulhos	3143	794	02/07/04
7	13/07/04	21/07	Padrão de entrada	Elektro	Ilha Solteira	3195	847	13/10/04
8	12/08/04	18/08 a 20/08	Agências e Serviços técnicos e comerciais	Piratininga	Santos	3254	876	28/12/04
9	08/09/04	20 e 21/09	Casos de TOI	Piratininga	Sorocaba	3255	877	A emitir
10	03/09/04	13 e 14/09	Agências e Serviços técnicos e comerciais	Eletropaulo	Santo Amaro	3251	873	No aguardo
11	09/09/04	16 e 17/09	Agências e Serviços técnicos e comerciais	Eletropaulo	ABC	3252	874	No aguardo
12	09/09/04	22 e 23/09	Agências e Serviços técnicos e comerciais	Eletropaulo	Osasco	3253	875	No aguardo
13	21/09/04	28 e 29/09	Agências e Serviços técnicos e comerciais	Jaguari	Jaguariúna	3002	891	No aguardo
14	12/11/04	22 à 26/11	Jardim Athenas (493)	Sul Paulista	Itapetininga			A emitir
15	20/05/04		Análise de projetos de terceiros	CPFL	Sede	3220	860	01/12/04
16	23/09/04	30/09/04	Conjunto Habitacional Gamboa	Eletropaulo	ABC	3261	885	28/12/04
17	29/11/04	29/12/04	CJE- Interrupção Holambra	Jaguari	Jaguariúna			A emitir

Nesse ano a equipe de fiscalização atendeu e encaminhou diversas ações fiscalizatórias envolvendo informações e/ou correções quanto a procedimentos das concessionárias visando esclarecimentos quanto a questões específicas levantadas através de solicitações de órgãos governamentais do legislativo e executivo, promotorias públicas, representantes da justiça, organizações de defesa do consumidor e cidadãos que procuraram os serviços da CSPE.

ACOMPANHAMENTO DAS FISCALIZAÇÕES DE 2004

No fechamento do quarto trimestre de 2004, o acompanhamento das Não-Conformidades e Determinações emitidas até novembro de 2004 mostra a seguinte situação:

Empresa	Não Conformidade					Determinação				
	Regularizada		Em Regula- rização	Cancelada	Total	Cumprida		Em Cumpri- mento	Cancelada	Total
	Nº.	%				Nº.	%			
ELETROPAULO	2	-	54	1	57	4	-	19	-	23
BANDEIRANTE	1	14%	6	-	7	1	25%	3	-	4
MOCOCA	1	100%	-	-	1	-	100%	1	-	1
NACIONAL	5	83,0%	1	-	6	3	75,0%	1	-	4
PIRATININGA	7	27%	19	-	26	6	32%	13	-	19
ELEKTRO	-	-	2	-	2	-	-	2	-	2
CPFL	3	100%	3	-	3	1	100%	1	-	1
TOTAL	19	20,0%	85	1	95	15	28,0%	40	-	54

ACOMPANHAMENTO DE FISCALIZAÇÕES ANTERIORES - 2003

No fechamento do quarto trimestre de 2004, o acompanhamento das Não-Conformidades e Determinações emitidas em 2003 mostra a seguinte situação:

Empresa	Não Conformidade					Determinação				
	Regularizada		Em Regula- rização	Cancelada	Total	Cumprida		Em Cumpri- mento	Cancelada	Total
	Nº.	%				Nº.	%			
ELETROPAULO	59	100%	-	4	63	62	100%	-	3	65
CPFL	68	96,0%	3	1	72	31	92,0%	3	2	36
ELEKTRO	18	100%	-	1	19	11	100%	-	-	11
MOCOCA	36	100%	-	-	36	18	100%	-	-	18
NACIONAL	17	100%	-	1	18	7	100%	-	2	9
PIRATININGA	17	100%	-	-	17	3	100%	-	1	4
BANDEIRANTE	11	100%	-	-	11	6	100%	1	-	7
CAIUÁ	21	100%	-	1	22	5	100%	-	3	8
BRAGANTINA	8	100%	-	2	10	2	100%	-	-	2
SUL PAULISTA	19	95,0%	1	-	20	2	40,0%	3	-	5
JAGUARI	13	100%	-	-	13	3	100%	-	-	3
CPEE	9	100%	-	-	9	2	100%	-	-	2
SANTA CRUZ	22	100%	-	-	22	6	100%	-	-	6
VALE	2	100%	-	-	2	-	-	-	-	-
TOTAL	320	96,0%	4	10	334	158	90,0%	7	11	176

No fechamento do quarto trimestre de 2004, o acompanhamento das Não-Conformidades e Determinações emitidas em 2000 mostra 99,7% de cumprimento, em 2001 de 99%, e o acompanhamento de 2002 mostra 95%. Em anos anteriores foram regularizadas 100% dos Termos de Notificações emitidos.

Observa-se que as não-conformidades ou determinações consideradas como regularizadas ou atendidas e que foram baseadas na documentação fornecida pela empresa, são passíveis de fiscalização pontual.

FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

No decorrer do ano de 2004 a CSPE deu continuidade às atividades vinculadas à fiscalização econômico-financeira nas 14 distribuidoras de energia elétrica no Estado de São Paulo, previstas no Convênio de Cooperação e de Descentralização de Atribuições firmado com a ANEEL.

Para a realização de suas atividades, a CSPE mantém permanente monitoramento e acompanhamento das informações disponibilizadas pelas concessionárias, por meio de relatórios periódicos e também por publicações oficiais e outros fatos e notícias divulgadas pela imprensa.

FISCALIZAÇÕES PERIÓDICAS EM 2004

Em 2004 foram iniciados os processos de fiscalização econômico-financeira em cinco concessionárias de distribuição de energia elétrica. A etapa inicial de planejamento dos trabalhos foi realizada em outubro de 2004, com base nas informações reunidas por meio do monitoramento, sendo que a execução da fiscalização em campo ocorreu nos seguintes períodos:

Concessionária	Período de fiscalização
Companhia Luz e Força de Mococa	03 a 26 de novembro de 2004
Companhia Jaguari de Energia	
Companhia Paulista de Energia Elétrica	
Companhia Sul Paulista de Energia	
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	29 de novembro a 17 de dezembro de 2004

As informações e documentos relativos a estes processos, encontravam-se ao final de 2004 na fase de análise para posterior emissão de relatório e notificação às concessionárias.

Com relação aos processos de fiscalização realizados no biênio 2002/03, foram emitidos em 2004 os Autos de Infração para as concessionárias Companhia Piratininga de Força e Luz, Companhia Paulista de Força e Luz, Elektro – Eletricidade e Serviços e Bandeirante Energia, resultando no total de quinze infrações apontadas.

Ainda em 2004, foram encerrados três processos de fiscalização econômico-financeira de concessionárias de distribuição de energia elétrica, com o recolhimento do montante de R\$183.949,72, em favor da ANEEL, relativo às multas associadas aos Autos de Infração emitidos em 2002 e 2003.

INDICADORES DE QUALIDADE – ENERGIA ELÉTRICA

A qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de Energia Elétrica no Estado de São Paulo é avaliada através de indicadores de qualidade específicos para cada tipo de prestação de serviço. Os indicadores apurados são acompanhados, controlados e comparados com padrões de qualidade que, quando transgredidos, sujeitam as concessionárias ao pagamento de penalidades.

Dentre as atividades descentralizadas desenvolvidas pela CSPE, no âmbito do convênio de descentralização com a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, encontra-se o monitoramento da qualidade por meio dos indicadores de qualidade do fornecimento de Energia Elétrica das Concessionárias de Energia Elétrica no Estado de São Paulo.

A sistemática do monitoramento, constitui da coleta desses indicadores, verificação da consistência dos dados, análise e comparação com padrões pré-definidas.

Foram estabelecidos indicadores coletivos e individuais. Os coletivos objetivam monitorar a qualidade de um agrupamento de unidades consumidoras, denominado conjuntos, enquanto que os individuais, visam a oferecer um nível de qualidade a cada unidade consumidora.

Os padrões dos indicadores coletivos foram definidos baseados na série histórica de cada agrupamento e estabelecidos para os períodos mensal, trimestral e anual.

Objetivando a busca da melhoria contínua do nível da qualidade, são estabelecidas metas de ganhos de melhoria de qualidade a cada ano.

O critério de avaliação consiste na comparação dos valores apurados com os padrões estabelecidos para os respectivos períodos. Caso o valor apurado supere o padrão, a concessionária é notificada por meio do Termo de Notificação - TN. A simples superação da meta não resulta em penalidade, pois, a concessionária tem a oportunidade de apresentar as justificativas em relação às ocorrências que provocaram a superação do padrão. Dependendo da avaliação efetuada pela CSPE o TN pode resultar em Auto de Infração – AI, Termos de Ajustamento de Conduta – TAC ou no arquivamento da TN.

O Termo de Ajustamento de Conduta é um instrumento jurídico inovador, criativo e pró-ativo, implantado pela CSPE, na qual se privilegiam exigências do cumprimento de metas para melhoria da qualidade por parte da concessionária que transgrediu os padrões de qualidade e que apresenta justificativas atenuantes. Já o Auto de Infração é o documento utilizado para a instauração do processo administrativo punitivo que resulta na aplicação de penalidade.

O valor da penalidade aplicada para o agrupamento é recolhido para o Governo Federal, enquanto que a penalidade para as transgressões de padrões individuais é ressarcida diretamente, pela concessionária, ao consumidor afetado.

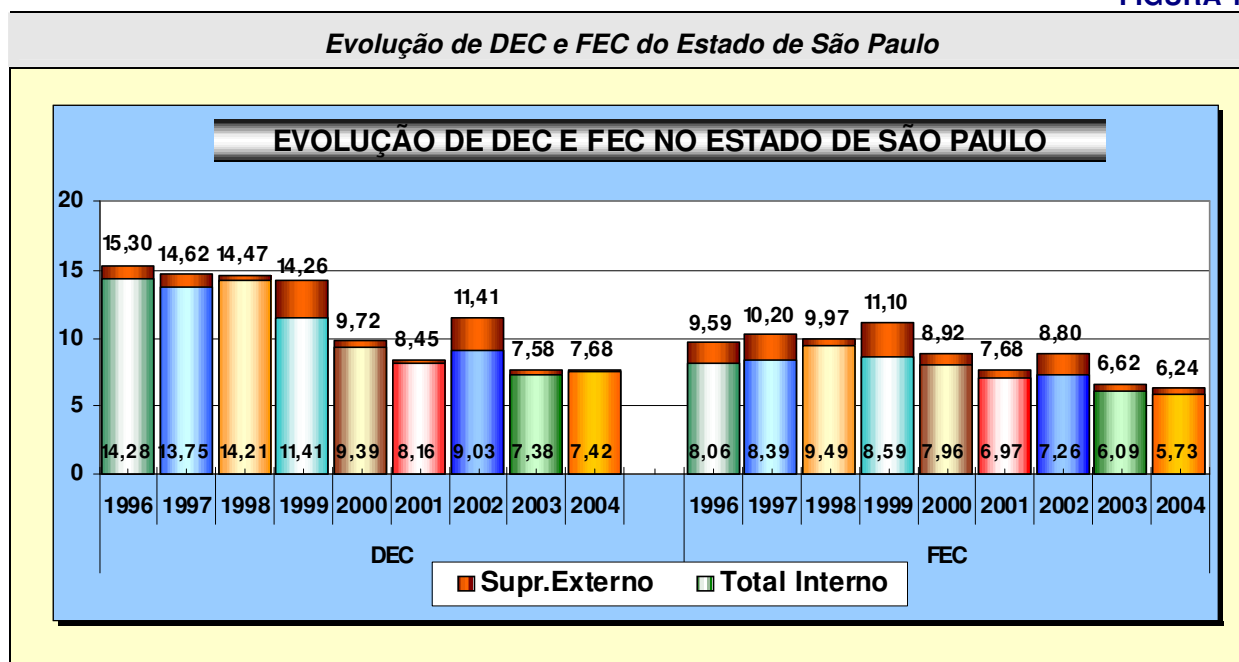
A avaliação efetuada pela CSPE é bastante criteriosa, não só analisando os números obtidos, mas levando em consideração o histórico, além de eventuais atipicidades

ocorridas no período. Além disso, são mantidos contatos freqüentes com os representantes e técnicos das concessionárias, que expõem suas justificativas às transgressões e apresentam as ações que estão sendo implementadas para melhoria da qualidade.

A CSPE tem constatado que as concessionárias paulista estão empenhadas na busca da melhoria da qualidade e que o controle dos indicadores tem permitido o direcionamento dos investimentos, trazendo ganhos para os consumidores e para a própria concessionária.

Os principais indicadores controlados se referem à continuidade da distribuição de Energia e são o DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, expressa em horas e centésimos de horas e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, para conjuntos de unidades consumidoras, expressa em número de interrupções e centésimo do número de interrupções.

FIGURA 1



No gráfico está apresentado a evolução dos indicadores DEC e FEC do Estado de São Paulo, calculados a partir dos valores apurados de cada concessionária. Nos anos de 1999 e 2002, as parcelas referentes a suprimento externo no indicador DEC foram significativas e refletem os efeitos dos desligamentos da Transmissão de Energia, ocorridos nos meses de março/1999 de janeiro/2002.

Observa-se que em 2004 foi mantido um excelente índice tanto no DEC, como no FEC.

Nos gráficos a seguir, estão apresentadas a evolução dos indicadores DEC e FEC de cada concessionária do Estado de São Paulo. Nos gráficos a seguir, estão apresentadas a evolução dos indicadores DEC e FEC de cada concessionária do Estado de São Paulo.

FIGURA 2

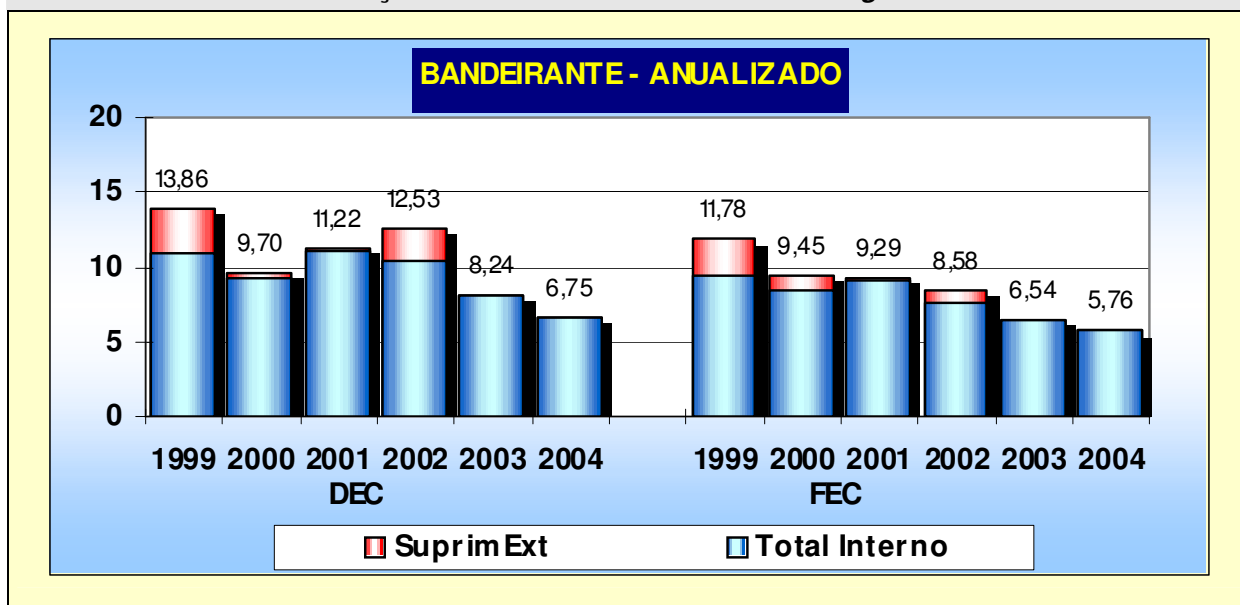
Evolução de DEC e FEC d Bandeirante Energia S/A

FIGURA 3

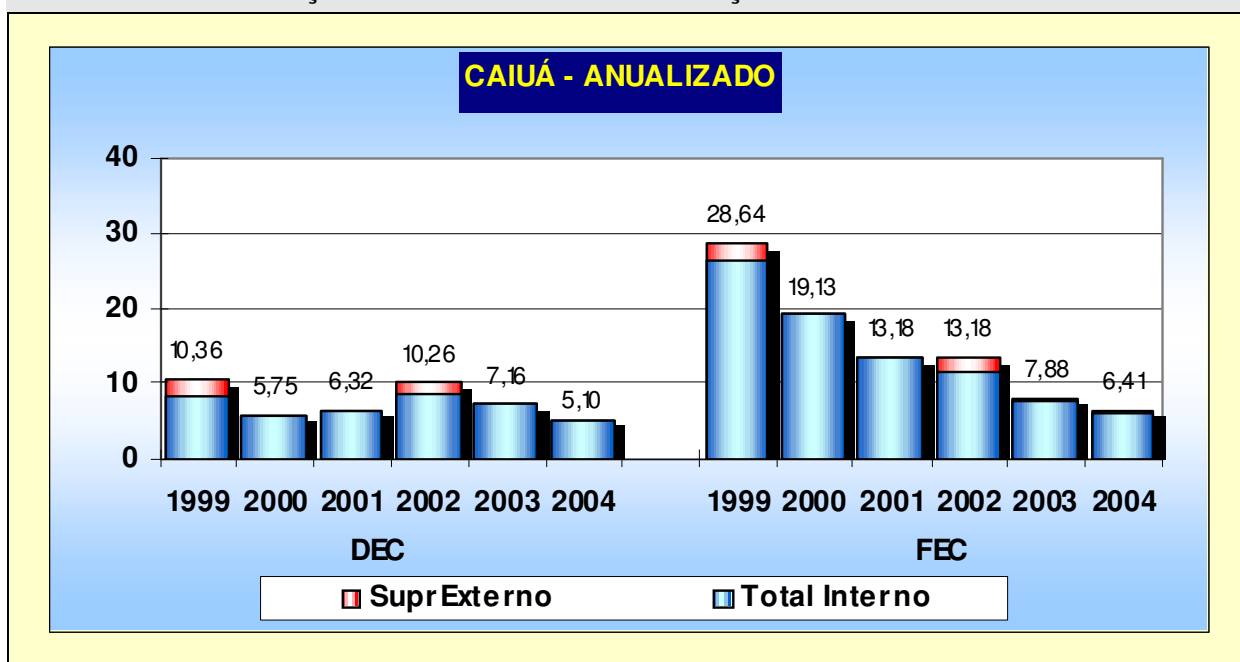
Evolução de DEC e FEC da Caiuá Serviços de Eletricidade S/A

FIGURA 4

Evolução de DEC e FEC da Companhia Jaguari de Energia



FIGURA 5

Evolução de DEC e FEC da Companhia Luz e Força de Mococa

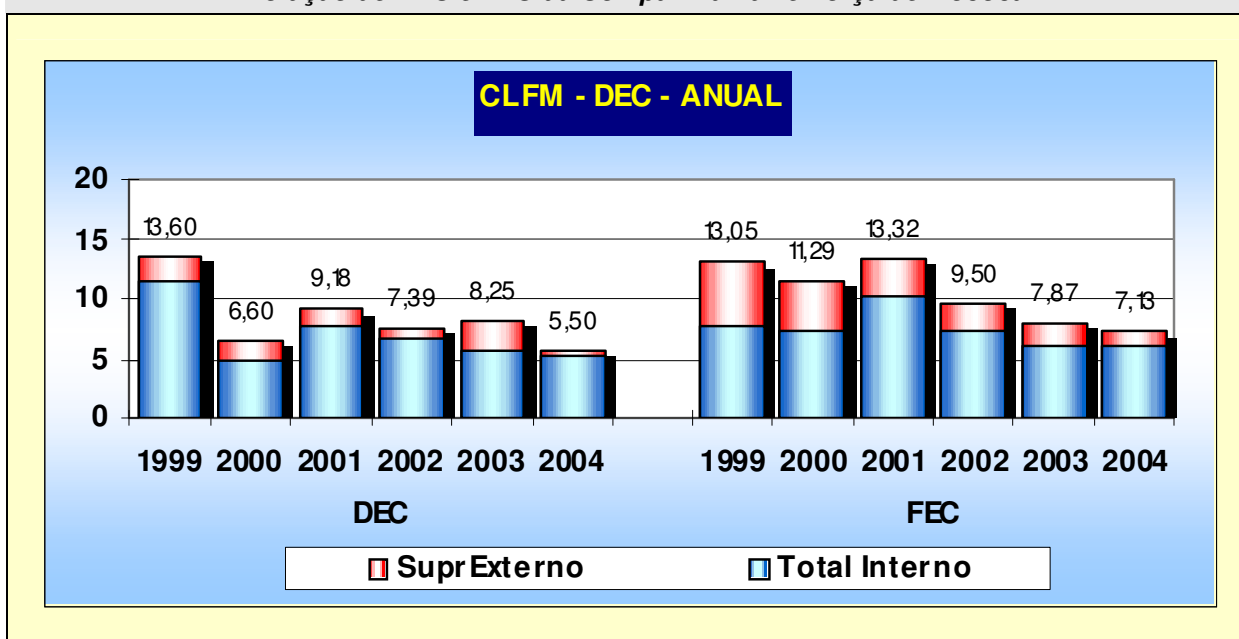


FIGURA 6

Evolução de DEC e FEC da Companhia Luz e Força Santa Cruz

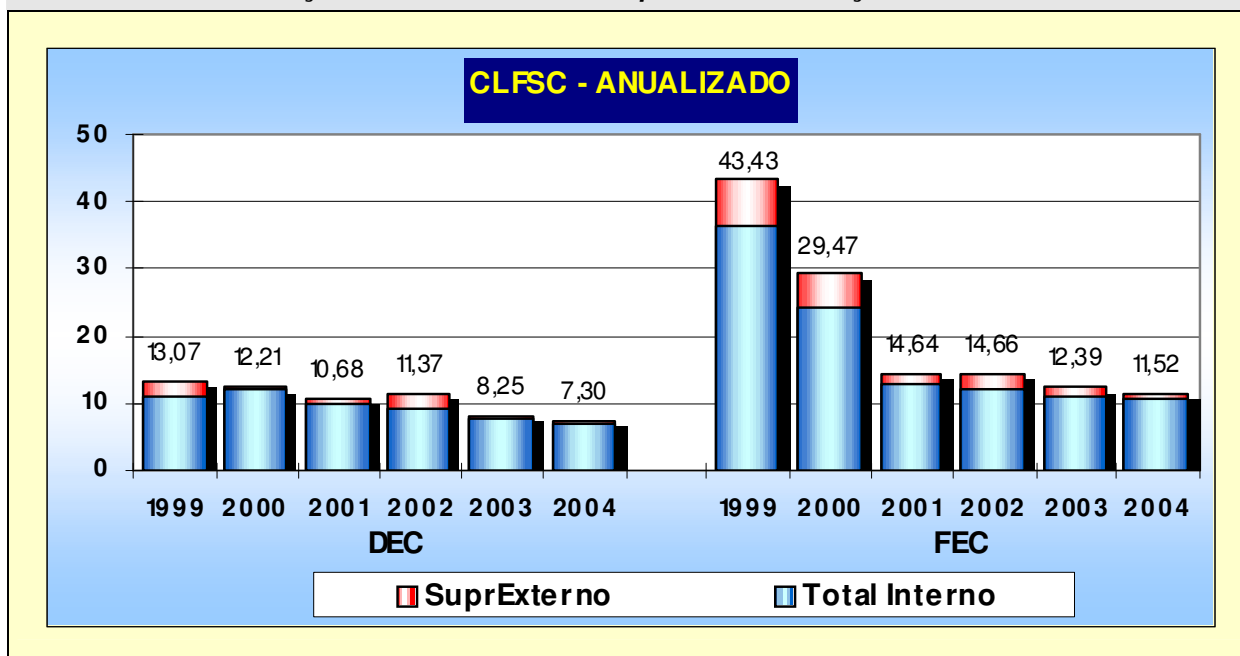


FIGURA 7

Evolução de DEC e FEC da Companhia Nacional de Energia Elétrica

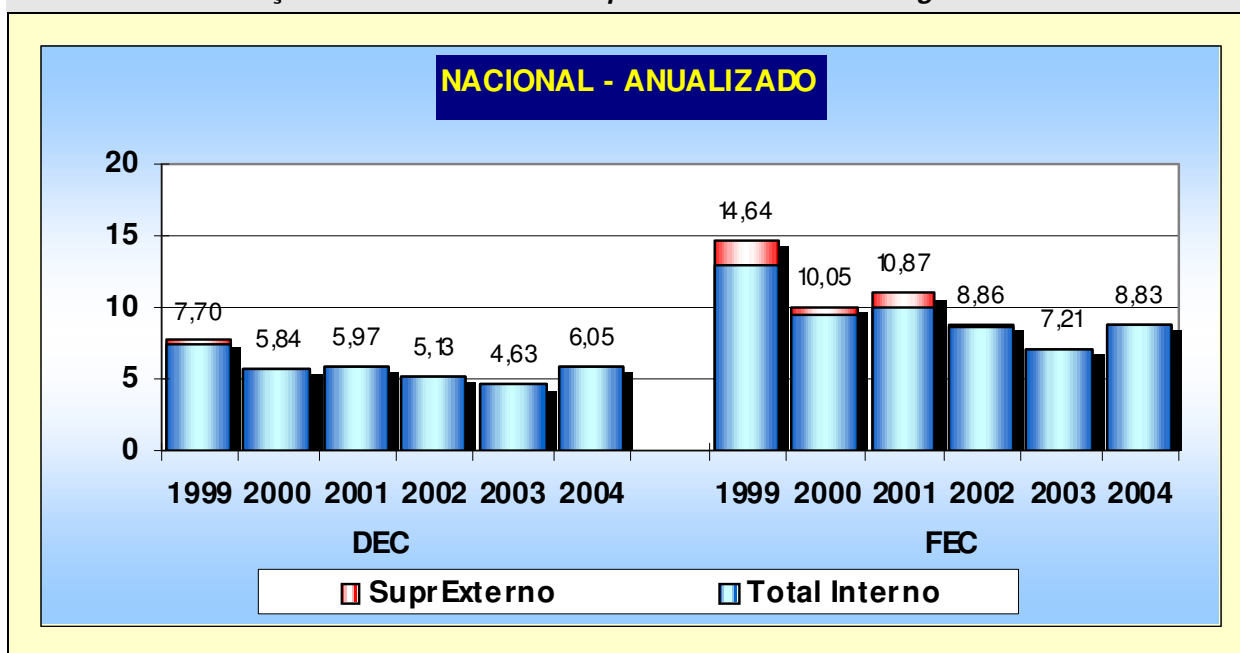


FIGURA 8

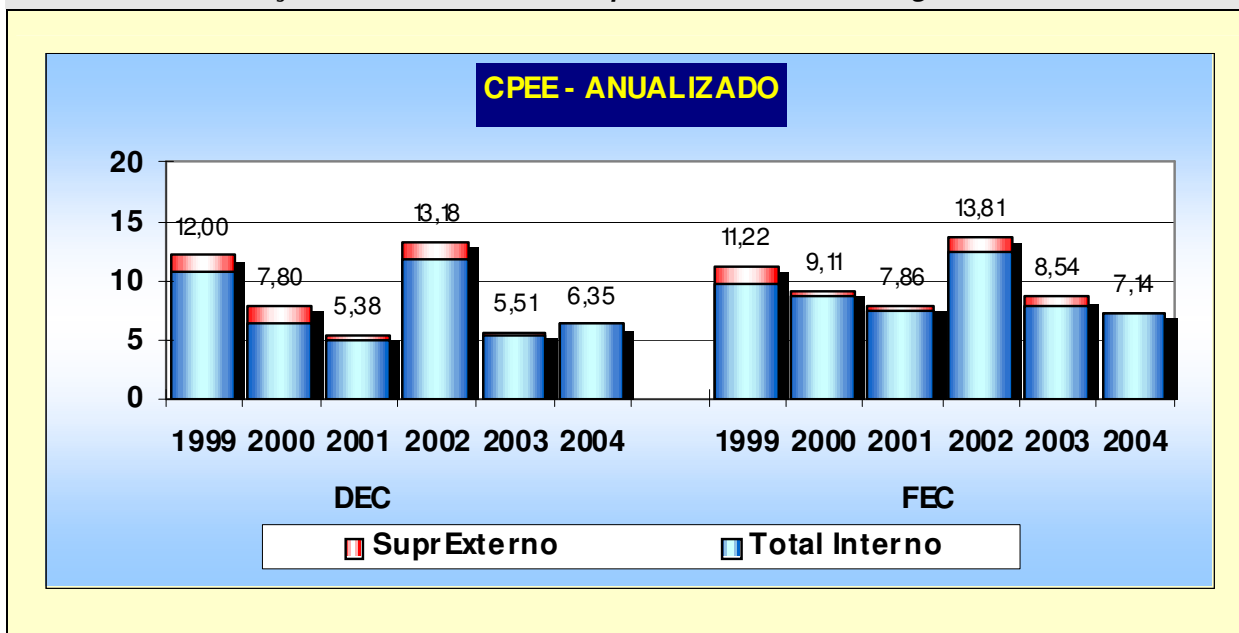
Evolução de DEC e FEC da Companhia Paulista de Energia Elétrica


FIGURA 9

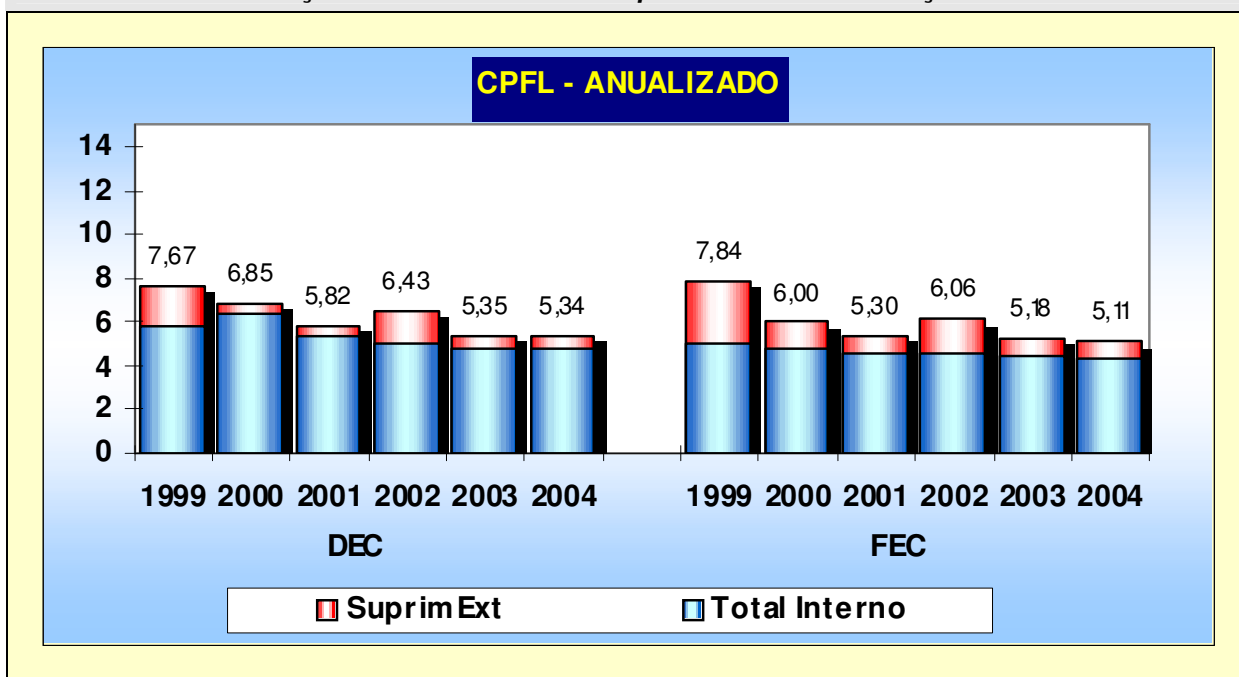
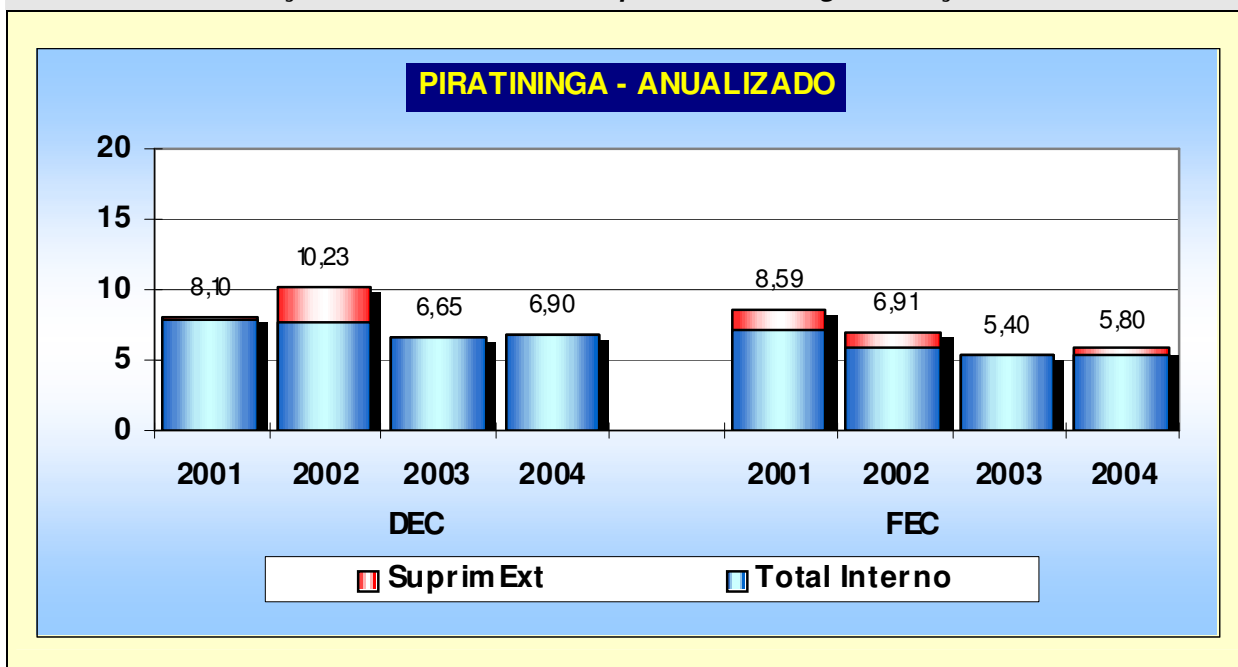
Evolução de DEC e FEC da Companhia Paulista de Força e Luz


FIGURA 10

Evolução de DEC e FEC da Companhia Piratininga de Força e Luz


No caso particular da Companhia Piratininga de Força e Luz, que é oriunda da cisão da Empresa Bandeirante de Energia S/A, ocorrida ano de 2001, não possui histórico nos anos anteriores, sendo que os dados apresentados são posteriores à cisão.

FIGURA 11

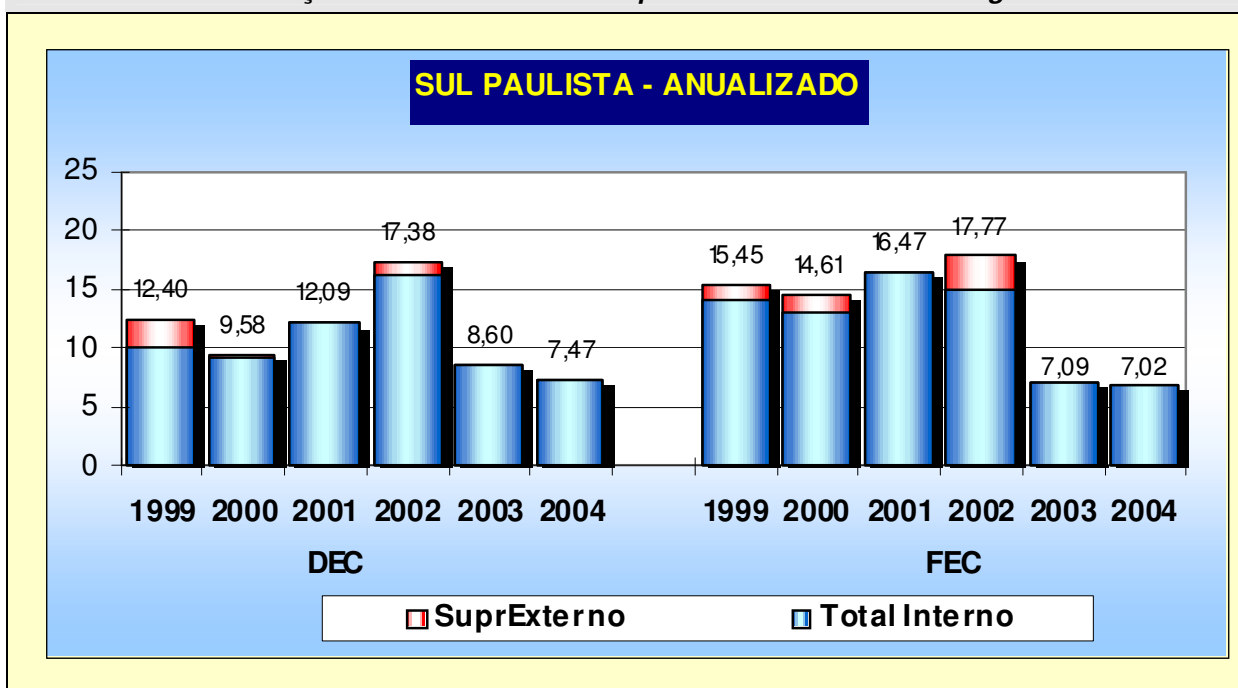
Evolução de DEC e FEC da Companhia Sul Paulista de Energia


FIGURA 12

Evolução de DEC e FEC da ELEKTRO – Eletricidade e Serviços S/A

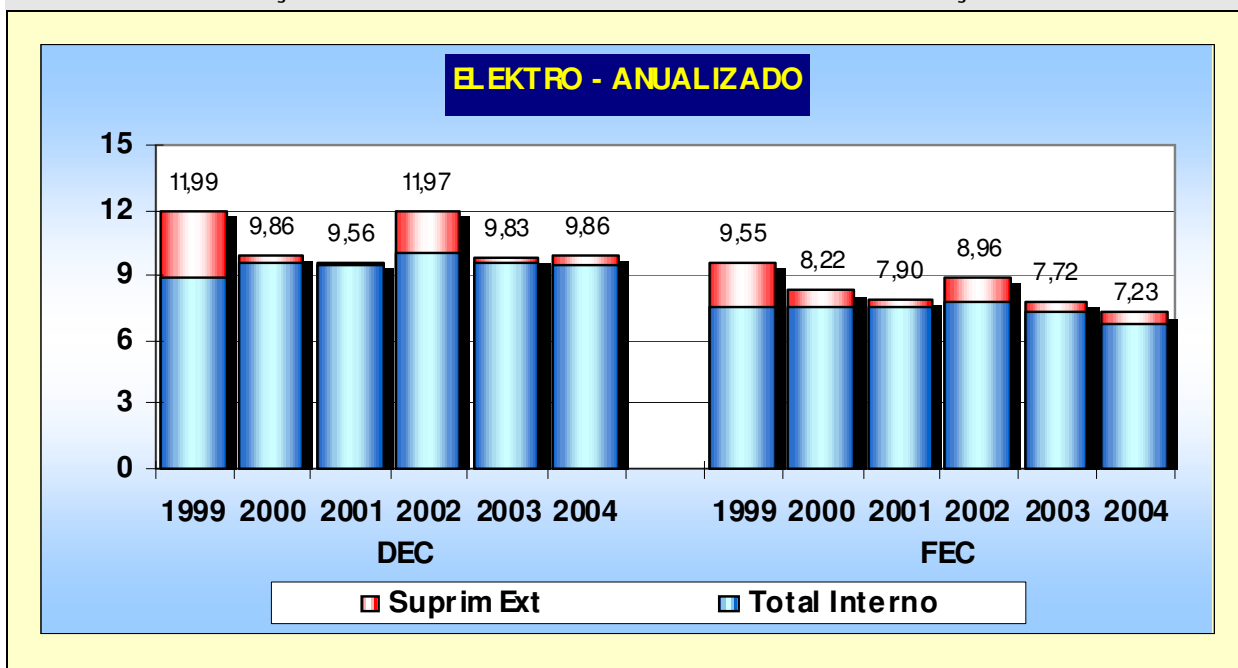


FIGURA 13

Evolução de DEC e FEC da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de S. Paulo S/A

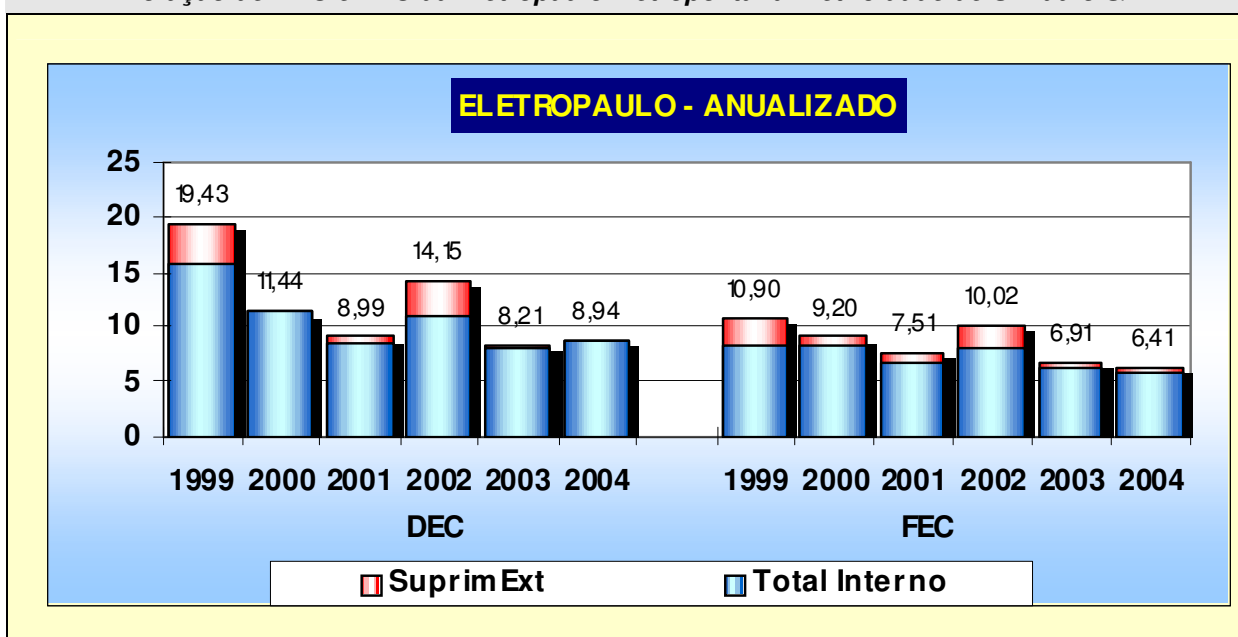


FIGURA 14

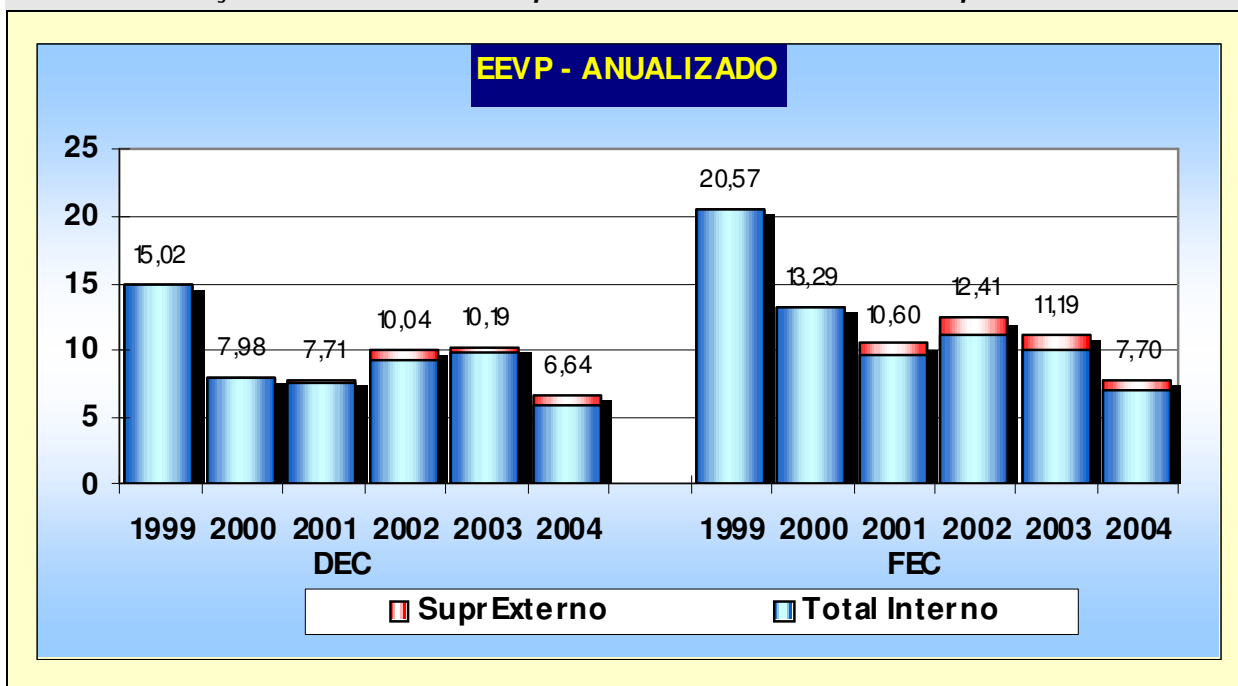
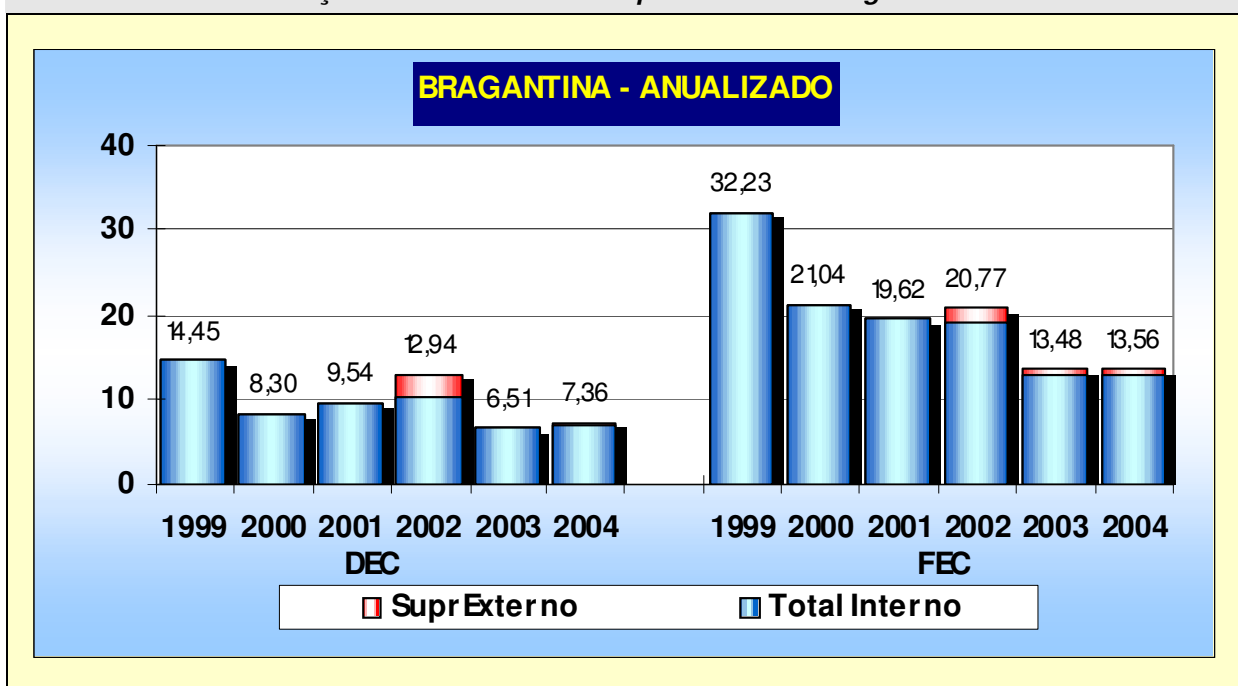
Evolução de DEC e FEC da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A


FIGURA 15

Evolução de DEC e FEC da Empresa Elétrica Bragantina S/A


Na fiscalização executada em 2004, foram notificadas 11 (onze) concessionárias que apresentaram transgressões aos padrões nos indicadores de qualidade apurados durante o ano de 2003, com emissão de Termos de Notificações (TN's) conforme previstos na Resolução Normativa ANEEL n° 63 de 12/05/2004.

Além dos indicadores de qualidade e prazos no atendimento comercial, a CSPE acompanha também outras obrigações estabelecidas nos contratos de concessão das concessionárias paulistas, dentre as quais destacam-se:

- Plano e resultados das inspeções e aferição de equipamentos de medição instalados nas unidades consumidoras;
- Resultados de pesquisa de satisfação efetuada com os consumidores;
- Relatórios de acidentes envolvendo empregados, contratados e terceiros;
- Relatório sobre programas/atendimentos sociais;
- Relatório sobre o mercado e faturamento;
- Relatório contendo a relação dos consumidores atendidos em alta tensão;
- Relatório contendo planejamento de obras e investimento em alta tensão.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

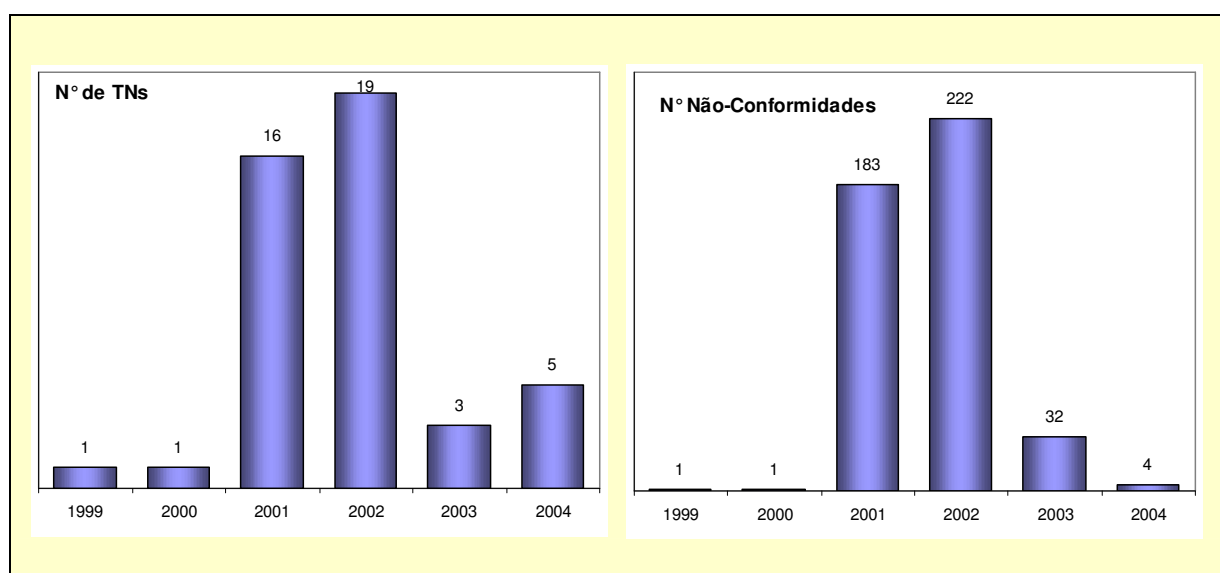
As empresas de distribuição de energia elétrica cumprem compromissos assumidos nos Contratos de Concessão devendo aplicar uma parcela da Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de Eficiência Energética. A Lei nº 9991 de 24/07/2000 determinou a aplicação anual de, no mínimo, 0,5% do ROL até 2005. A partir de 2006 o montante mínimo cai para 0,25% do ROL.

A Aneel regulamentou a aplicação dos recursos em eficiência energética através da Resolução Aneel nº 492 de 03/09/2002. A relação dos projetos enquadráveis, os critérios de aprovação, o detalhamento dos projetos e a forma de apresentação são descritos no Manual do Programa de Eficiência Energética – PEE. Os programas submetidos à Aneel são aprovados pela Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade – SRC/Aneel. Os tipos de projetos são: Comércio e Serviços, Educação, Gestão Energética Municipal, Iluminação Pública, Industrial, Poderes Públicos, Serviços Públicos, Residencial, Aquecimento Solar para Substituição do Chuveiro Elétrico e Rural. A relação dos Programas aprovados pela Aneel para o ciclo 2003/2004 consta na Figura 1.

Empresa	Nº Projetos	Investimento
Bandeirante	9	11,636,737.67
Caiuá	2	1,068,182.58
CNEE	1	422,072.80
CPEE	1	264,000.00
CPFL Paulista	124	16,567,324.60
CPFL Piratininga	93	10,743,568.37
EEB	1	669,777.60
EEVP	2	793,601.00
Elektro	5	9,015,886.45
Eletropaulo	32	26,553,472.09
Santa Cruz	2	872,789.93
Total	272	78,607,413.09
Programas revogados pela SRC/ANEEL:		
CJE	4	662,295.00
CLFM	1	164,350.00
Total	5	826,645.00

A atividade de acompanhamento ficou centralizada na SRC/Aneel e não é mais realizada pela CSPE. Toda a documentação referente ao andamento dos projetos é encaminhada diretamente à Aneel. Sendo assim, a principal atividade exercida pela CSPE em eficiência energética consiste na fiscalização dos projetos já encerrados. As fiscalizações dos programas em andamento também não são mais executadas pela CSPE.

No ano de 2004, foram realizadas quatro fiscalizações de campo, todas referentes ao Programa do ciclo 2001/2002. Foram emitidos 5 Termos de Notificação contendo um total de 4 não-conformidades. Na Figura 2 são apresentados os históricos anuais do número total de Termos de Notificação – TNs emitidos e do número total de não-conformidades encontradas pela fiscalização da Área de Eficiência Energética.



Em 2004, foi dado prosseguimento a quatro processos referentes à aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em Programas do ciclo 1998/1999 e 1999/2000. Dois processos foram considerados cumpridos e arquivados, o terceiro foi assinado e está em andamento e o último foi encaminhado à Aneel para aprovação, conforme as novas regras definidas na Resolução Normativa nº 063/2004 da Aneel.

Foram emitidos dois Autos de Infração em 2004, aplicando-se a penalidade de advertência. Em ambos os casos, foram negados o provimento ao recurso e, não sendo apresentado novo recurso, os processos foram arquivados, mantendo-se a penalidade original.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo, cumprem compromissos assumidos nos Contratos de Concessão devendo aplicar, anualmente, investimento em P&D. A tabela abaixo apresenta os percentuais mínimos para aplicação em P&D, em função da Receita Operacional Líquida - ROL, conforme dispostos na Lei nº 9.991/2000.

INVESTIMENTOS EM P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PERCENTUAIS MÍNIMOS					
Empresa	Fase de Transição			Fase Final	
	P&D (%ROL)	Eficiência (%ROL)	Prazo de validade	P&D (%ROL)	Eficiência (%ROL)
Geração	*0,25 1,00	-	Até 31/12/2005	1,00	-
Transmissão	-	-	-	1,00	-
Distribuição	0,50	0,50	Até 31/12/2005	0,75	0,25

Fonte: Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

* Percentual válido para as empresas Tractebel Energia, AES Tietê e Duke Energy Internacional.

A Lei 9991/2000 estabelece, também, regras para o destino dos recursos para P&D, sendo que uma das parcelas deve ser aplicada segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

As atividades realizadas pela CSPE, no ano de 2004, englobaram o acompanhamento e fiscalização nos cumprimentos das metas físicas e financeiras dos projetos que compõem os Programas de P&D.

A CSPE, através das atividades delegadas para P&D pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, desempenha no Estado de São Paulo o exercício das atividades de acompanhamento e fiscalização, nos cumprimentos das metas físicas e de investimentos dos projetos que compõem os Programas de P&D das 14 empresas de distribuição de energia elétrica.

ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DE P&D

Os acompanhamentos das execuções dos Programas são realizados por avaliações dos resultados de cada projeto, por meio dos Relatórios de Acompanhamento de Execução, encaminhados pelas empresas a cada quadrimestre, e pelas análises dos Relatórios Finais. O objeto é fazer uma avaliação individual quantitativa, que compreende a checagem da evolução do cronograma executivo, dos resultados alcançados e dos investimentos realizados. Engloba, também, atividades de regularização quando dos eventuais ajustes solicitados pelas empresas, decorrentes de dificuldades na execução das etapas do projeto.

FISCALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE P&D

A fiscalização consiste de ações de controle durante todo o desenvolvimento do Programa de P&D e de atividades de auditoria, em campo ou na CSPE, quais sejam:

- Avaliação técnica dos projetos:
 - Avaliação quantitativa: realizada através da análise dos formulários de acompanhamento, emitidos quadrimestralmente pela concessionária, bem como dos relatórios finais;
 - Avaliação qualitativa: realizada em campo, enfocando a verificação da metodologia empregada, equipe do projeto e principalmente a forma e o conteúdo dos resultados atingidos.
- Implementação dos investimentos em P&D: realizada através da contabilização dos gastos previstos e realizados, em conformidade com as etapas aprovadas nos Programas Anuais das empresas de energia elétrica.

No ano de 2004 foram realizadas 19 fiscalizações referentes aos Programas Anuais de P&D, sendo emitidos 19 Termos de Notificação que originaram 17 não conformidades, 17 determinações e 02 Autos de Infração.

PROGRAMAS ANUAIS DE P&D

A CSPE já finalizou os processos de acompanhamento e fiscalização dos Programas Anuais de P&D dos Ciclos 1998/1999, 1999/2000 e 2000/2001, os quais foram implementados de acordo com o disposto em cláusulas específicas dos Contratos de Concessão, verificando o cumprimento das metas físicas e aplicação de recursos. Os recursos a menor foram aplicados nos ciclos seguintes. Os quadros a seguir apresentam os resultados da totalização dos gastos previstos e realizados e o cronograma físico de execução dos Programas de P&D destes ciclos.

Quadro - 1

Investimentos - Ciclo 1998/1999				
	CONFORME PROGRAMA		Valores em R\$	Nº
CONCESSIONÁRIA	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA	PROJETOS
Bandeirante	1.869.862,00	1.920.248,33	50.386,33	6
CPFL	1.800.800,00	1.800.420,28	-379,72	8
Elektro	905.707,00	888.614,91	-17.092,09	4
Eletropaulo	3.672.420,00	3.922.727,75	250.307,75	8
TOTAL	8.248.789,00	8.532.011,27	283.222,27	26

Quadro - 2

CRONOGRAMAS FÍSICOS DE EXECUÇÃO - CICLO 1998/1999																									
Empresa	1 9 9 9												2 0 0 0												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Eletropaulo	ELPA Programa Ciclo 98/99																								
CPFL	CPFL Programa Ciclo 98/99																								
Elektro				ELEKTRO Programa Ciclo 98/99																					
Bandeirante							BAND Programa Ciclo 98/99																		

Ano ExercícioAntecipaçãoProrrogação

Quadro - 3

INVESTIMENTOS - CICLO 1999/2000				
Concessionária	Previsto	Realizado	Diferença	Nº
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	4.066.025,00	3.842.192,96	-223.832,04	9
Cia. Paulista de Força e Luz	2.173.439,00	1.963.491,46	-209.947,54	8
Elektro Eletricidade e Serviços	1.062.468,00	1.047.856,64	-14.611,36	7
Bandeirante Energia S.A.	2.155.271,40	2.160.975,36	5.703,96	12
Cia. Luz e Força Santa Cruz	76.880,40	85.901,70	9.021,30	1
Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.	81.482,00	73.235,02	-8.246,98	1
Empresa Elétrica Bragantina	53.049,00	59.542,51	6.493,51	
Cia. Nacional de Energia Elétrica	39.550,00	42.625,27	3.075,27	1
Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S.A.	65.390,00	66.221,10	831,10	
Cia. Paulista de Energia Elétrica	24.909,03	25.071,24	162,21	
Cia. Sul Paulista de Energia	33.107,21	33.112,05	4,84	
Cia. Jaguari de Energia	29.039,57	29.036,35	-3,22	
Cia. Luz e Força de Mococa	17.780,19	17.777,56	-2,63	
Cia. de Geração de Energia Elétrica Parapanema	788.448,52	700.694,90	-87.753,62	6
Cia. de Geração de Energia Elétrica Tietê	896.842,00	856.129,60	-40.712,40	6
TOTAL	11.563.681,32	11.003.863,72	-559.817,60	52

Quadro - 4

		CRONOGRAMAS FÍSICOS DE EXECUÇÃO – CICLO 1999/2000																							
Empresa		2 0 0 0												2 0 0 1											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
D I S T R I B U I Ç Ã O	Eletropaulo																								
	CPFL																								
	Elektro																								
	Bandeirante																								
	CLFSC																								
	CAIUA/EEB																								
	CNEE/EEVP																								
	CPEE + CSPE CJE + CLFM																								
G E R A Ç Ã O	Geração Parapanema																								
	Geração Tietê																								

 Ano Exercício
  Antecipação
  Prorrogação

Quadro - 5

INVESTIMENTOS - CICLO 2000/2001				
Concessionária	Previsto	Realizado	Diferença	Nº Projetos
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	11.466.629,50			13
Cia. Paulista de Força e Luz	5.409.137,60	5.465.040,43	55.902,83	19
Elektro Eletricidade e Serviços	3.204.729,88	2.905.411,68	-299.318,20	9
Bandeirante Energia S.A.	2.568.721,00	2.580.735,50	12.014,50	7
Cia. Piratininga de Força e Luz	2.528.970,00	2.537.288,00	8.318,00	6
Cia. Luz e Força Santa Cruz	219.093,98	225.158,51	6.064,53	1
Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.	254.000,00	269.678,14	15.678,14	1
Empresa Elétrica Bragantina	168.938,00	204.147,96	35.209,96	2
Cia. Nacional de Energia Elétrica	127.000,00	137.716,55	10.716,55	1
Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S.A.	212.370,00	224.583,71	12.213,71	2
Cia. Paulista de Energia Elétrica	76.175,46	72.797,11	-3.378,35	2
Cia. Sul Paulista de Energia	100.268,62	95.809,81	-4.458,81	
Cia. Jaguari de Energia	95.753,19	91.491,86	-4.261,33	
Cia. Luz e Força de Mococa	53.121,73	50.762,28	-2.359,45	
TOTAL	26.484.908,96			63

Quadro - 6

		2 0 0 1												2 0 0 2											
Empresa		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Distribuição	Eletropaulo																								
	CPFL																								
	Elektro																								
	Bandeirante																								
	Piratininga																								
	CLFSC																								
	CAIUA																								
	EEB																								
	CNEE																								
	EEVP																								
CPEE + CSPE CJE + CLFM																									

Ano Exercício

Antecipação

Prorrogação

Os Programas Anuais de P&D do Ciclo 2001/2002 já foram finalizados para a maioria das concessionárias. Estes programas são compostos de 77 projetos e investimentos da ordem de R\$ 33 milhões.

Quadro - 7

Concessionária	Previsto	Realizado	Diferença	Nº Projetos
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	13.059.754,00	12.611.049,07	-448.704,93	19
Cia. Paulista de Força e Luz	7.405.615,00	7.534.507,89	128.892,89	19
Elektro Eletricidade e Serviços	3.639.064,99	3.543.780,92	-95.284,07	8
Bandeirante Energia S.A.	3.964.782,00	4.409.861,40	445.079,40	13
Cia. Piratininga de Força e Luz	3.690.373,00	3.724.726,22	34.353,22	10
Cia. Luz e Força Santa Cruz	374.157,32	483.701,93	109.544,61	4
Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.	54.000,43	51.368,08	-2.632,35	1
Empresa Elétrica Bragantina	34.163,83	50.620,63	16.456,80	
Cia. Nacional de Energia Elétrica	39.503,14	37.594,57	-1.908,57	
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	22.336,52	20.333,23	-2.003,29	
Cia. Paulista de Energia Elétrica	95.351,02	86.647,29	-8.703,73	3
Cia. Sul Paulista de Energia	137.182,82	132.501,43	-4.681,39	
Cia. Jaguari de Energia	132.446,59	123.703,69	-8.742,90	
Cia. Luz e Força de Mococa	74.015,57	66.298,74	-7.716,83	
TOTAL	32.722.746,23	32.876.695,09	153.948,86	77

Quadro - 8

CRONOGRAMAS FÍSICOS DE EXECUÇÃO – CICLO 2001/2002

		2 0 0 2										2 0 0 3											
Empresa		Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan		
Distribuição	Eletropaulo		ELPA Programa Ciclo 01/02																				
	CPFL		CPFL Programa Ciclo 01/02																				
	Elektro			ELEKTRO Programa Ciclo 01/02																			
	Bandeirante				BAND Programa Ciclo 01/02																		
	Piratininga					CPiFL Programa Ciclo 01/02																	
	CLFSC					CLFSC Programa Ciclo 01/02																	
	CAIUA				CAIUA Programa Ciclo 01/02 (Coop. Grupo Rede)																		
	EEB				EEB Programa Ciclo 01/02 (Coop. Grupo Rede)																		
	CNEE				CNEE Programa Ciclo 01/02 (Coop. Grupo Rede)																		
	EEVP				EEVP Programa Ciclo 01/02 (Coop. Grupo Rede)																		
	CPEE + CSPE				CPEE/CSPE/CJE/CLFM Programa Ciclo 01/02																		
	CJE + CLFM																						

 Ano Exercício

 Antecipação

 Prorrogação

Está programado para 2005 o fechamento dos Programas Anuais de P&D do Ciclo 2002/2003, iniciados entre agosto/03 e janeiro/04 e finalizados em dezembro/04, com 91 projetos e investimentos da ordem de R\$ 36 milhões.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE P&D

Os Programas de P&D visam garantir um fluxo constante de recursos para um crescimento endógeno quanto à capacitação e inovação tecnológica do setor elétrico brasileiro. Em geral, os programas de P&D inclinam-se para questões de índole essencialmente técnica, negligenciando, no momento, os aspectos relativos à gestão corporativa, inibindo desta maneira a capacidade de internalizar os benefícios da pesquisa e desenvolvimento. Os investimentos aplicados em P&D, pelas empresas, deverão ter um retorno no mínimo de um para um, visando, em última instância, que ao consumidor final, que é quem deve ser o maior beneficiado.

O papel dos órgãos reguladores e fiscalizadores é de fundamental importância para estes Programas de P&D no sentido de promover e produzir, por meio desta nova modalidade de investimentos, uma substancial economia e benefícios sociais para a sociedade. Também deve alcançar as metas de maior produtividade e produzir conhecimentos que podem ser aplicados em processos, produtos e serviços no setor elétrico brasileiro.

Alguns exemplos de projetos com boas perspectivas de implantação em curto prazo nas empresas são apresentados a seguir:

➤ Softwares:

- SGT – Sistema de Gerenciamento de Transformadores: oferece recursos para pesquisar as condições de carregamento e a perda de vida anual percentual dos transformadores estratificados por localidades e pela potência instalada (Bandeirante Energia e Piratininga);
- Hydromax e Hydrodata: gerenciador de estudos de otimização da operação energética de usinas hidrelétricas e banco de dados históricos de volume, vazões naturais, geração e investimentos (Geração Paranapanema);
- Software Fluxo de Potência Ótimo - Versão *on-line*: desenvolvido para sistema de gerenciamento da operação (CPFL).

➤ Meio Ambiente:

- Monitoramento, controle e manejo integrado de macrófitas (plantas aquáticas) nos reservatórios (Geração Tietê);
- Restauração de áreas degradadas (Geração Paranapanema).

➤ Proteção de Sistemas Elétricos:

- Descargas Atmosféricas: vários projetos abrangendo estudos de medição, mapas de incidência, densidade e intensidades das descargas estão sendo desenvolvidos visando otimização de atividades operacionais de manutenção e melhorias nos dispositivos de proteção (Elektro/CPFL/Eletropaulo/Bandeirantes);

- Desenvolvimento de padrão de entrada de serviço de baixa tensão, com a incorporação de proteção contra surtos de tensão proveniente do sistema ou de descargas atmosféricas (Santa Cruz);
- Desenvolvimento de equipamento automático para a proteção e monitoração da baixa tensão de transformadores de distribuição convencionais (Caiuá/Bragantina).
- Controle de Qualidade:
 - Mapeamento de fenômenos relativos à qualidade do produto no sistema elétrico (Eletropaulo/Grupo CMS Energy);
 - O impacto de dispositivos eletrônicos de potência na qualidade de energia elétrica (Elektro);
 - Desenvolvimento de Software para Melhoria de Desempenho de Redes de Distribuição (CNEE/EEVP).
- Supervisão e Controle:
 - Pesquisa aplicada em tecnologias de sistemas de telecomunicações para telessupervisão, controle e monitoração de redes de energia elétrica (Eletropaulo/CPFL Paulista/Elektro/Bandeirante)

COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

APOIO À REGULARIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

A recente reestruturação do setor elétrico, em seu arcabouço legal, previu a necessidade de regulamentação dos serviços prestados pelas cooperativas visando adequá-las às novas orientações regulatórias e de direito da eletricidade.

As Cooperativas de Eletrificação Rural (CER) são agentes presentes no setor elétrico brasileiro desde a década de 40, contribuindo de modo significativo para a eletrificação e desenvolvimento rural.

Em 1999, iniciou-se um processo de âmbito nacional de regularização das CER's. O ordenamento legal prevê a possibilidade de duas formas de enquadramento: como Autorizadas, continuando a serem consideradas como um consumidor de energia para uso privativo de seus associados, para aquelas cujas unidades consumidoras atendidas são predominantemente rurais, e como Permissionárias para aquelas que atendem a público indistinto, ou seja, que já é significativo o atendimento das diversas classes e subclasses de consumidores.

A base legal para a regularização das cooperativas de eletrificação rural é a Resolução ANEEL N°. 12, publicada em 11 de janeiro de 2002, em substituição a Resolução N°.333 da ANEEL, de 02 de dezembro de 1999, e que cumpre o disposto no art. 23 da Lei No.9.074, de 07 de julho de 1995.

No Estado de São Paulo, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, dentro do convênio de cooperação com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, está conduzindo o processo de regularização das 17 cooperativas atuantes no Estado. Os trabalhos englobam desde as atividades de inspeção e fiscalização das instalações elétricas destinadas à prestação do serviço (subestações, redes de distribuição, etc.), a demarcação das áreas de atuação, até a conclusão da instrução dos Processos Administrativos com a emissão de pareceres técnicos e de enquadramento. Pós-regularização novas ações serão necessárias, destacando-se as concernentes à adaptação das permissionárias ao novo ambiente regulado.

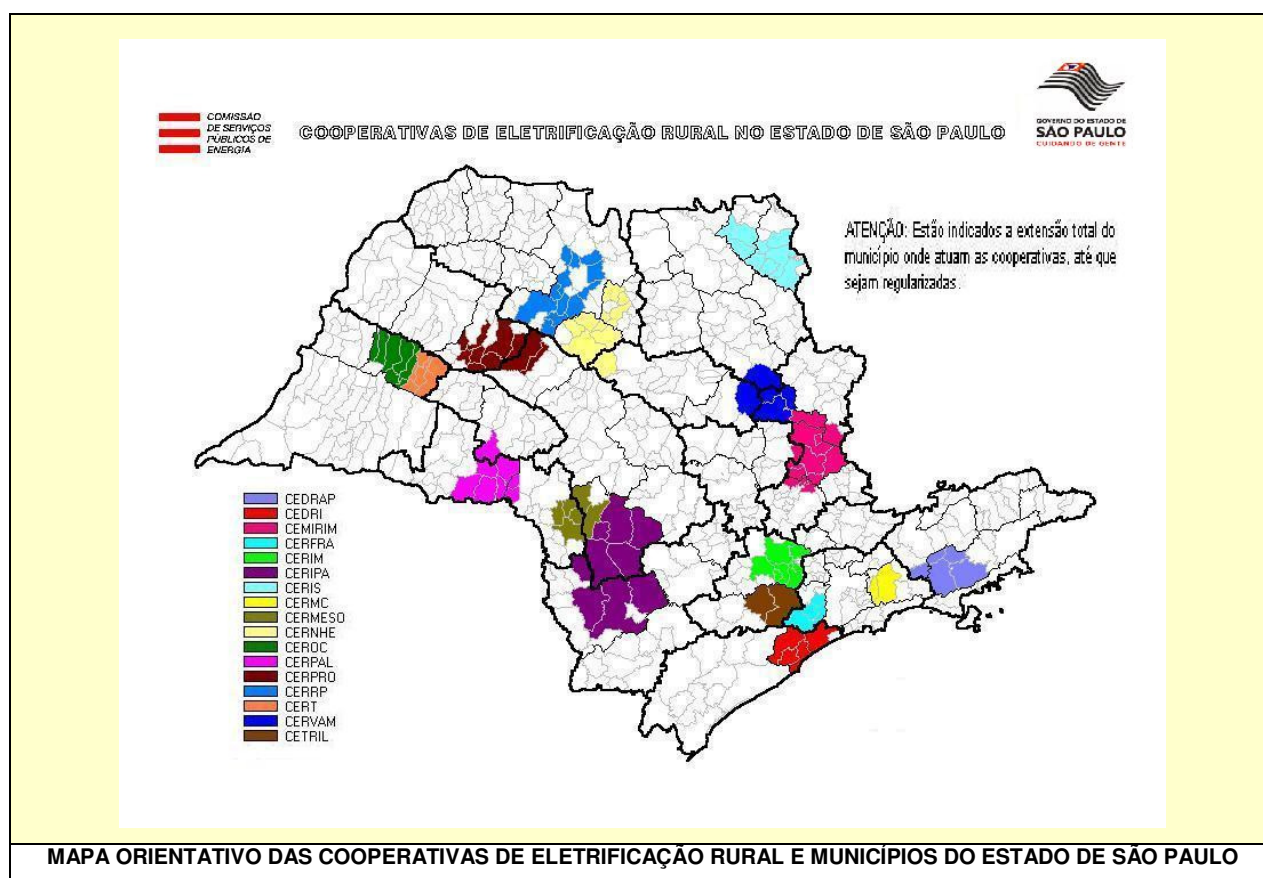
Através de diligências e estudos técnicos e de mercado atendido, a CSPE certificou que das 17 (dezessete) cooperativas do Estado de São Paulo, 13 (treze) cooperativas preenchem os requisitos para serem enquadradas como Permissionária de Serviço Público de Distribuição de Energia e as outras 04 (quatro) se enquadram na modalidade Autorizada, conforme segue:

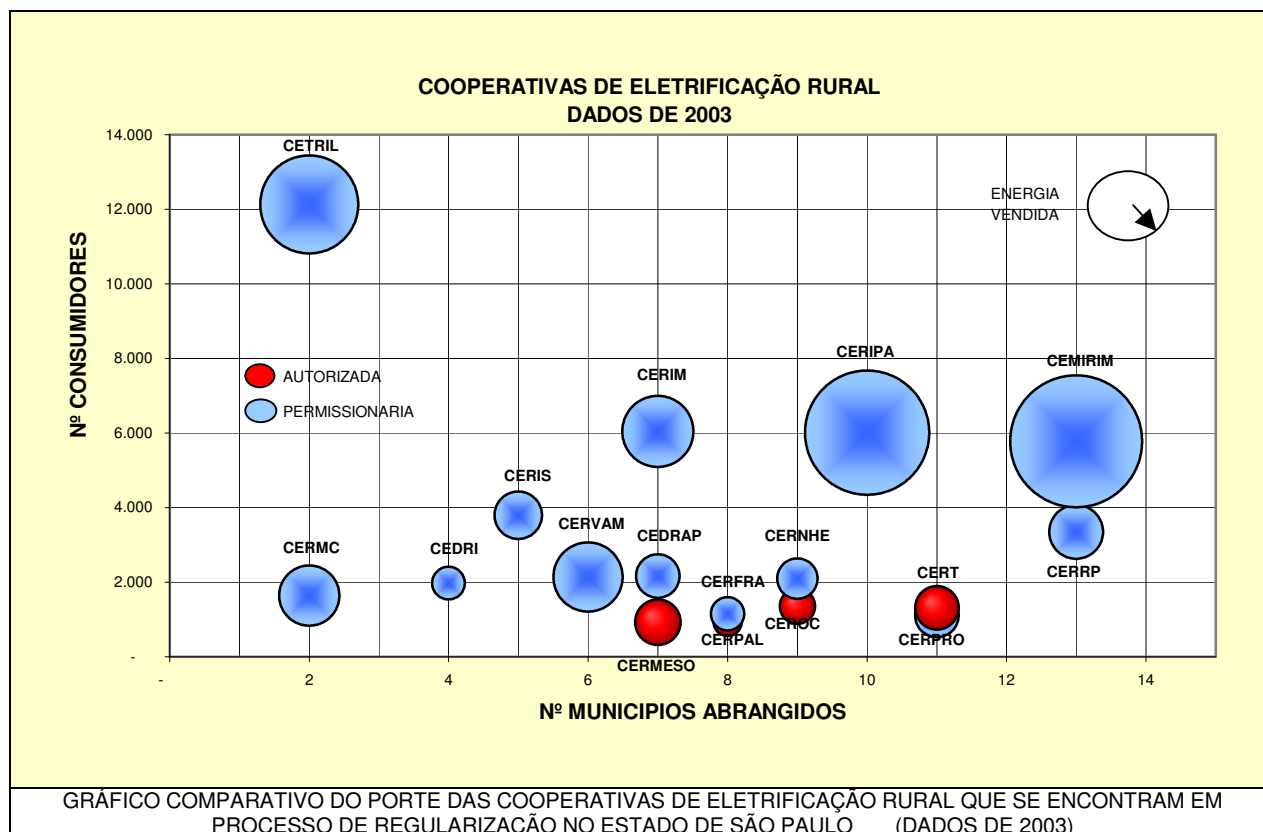
➤ **Permissionárias:**

1. CEMIRIM - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolv. da Reg. de Mogi Mirim;
2. CEDRAP - Coop. de Eletrif. Desenv. Rural do Alto Paraíba Ltda;
3. CERPRO - Coop. de Eletrif. Rural da Região de Promissão;
4. CETRIL - Cooperativa de Eletrificação e Telefonia Rurais de Ibiúna Ltda;
5. CERFRA - Cooperativa de Eletrificação e Desenv. da Região de Franca;
6. CERIPA - Coop. de Eletrif. Rural de Itaí-Paranapanema-Avaré;
7. CERIS - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Itapeceira Serra;
8. CERNHE - Cooperativa de Energ. Desenv. Rural de Novo Horizonte Ltda.;
9. CERMC - Coop. de Eletrificação Rural de Mogi das Cruzes;
10. CERRP - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de S J Rio Preto;
11. CERIM - Coop. Agr. Mista e de Elet Rural Itu-Mairinque;
12. CERVAM – Coop. de Energiz. e de Desenvolvimento Rural do Vale do Mogi;
13. CEDRI – Coop. de Energiz. e Desenvolvimento Rural do Vale do Itariri.

➤ **Autorizadas:**

14. CERMESO - Cooperativa de Eletrificação Rural da Média Sorocabana;
15. CERT - Cooperativa De Eletrificação Rural da Região De Tupã;
16. CERPAL - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Palmital;
17. CEROC - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Osvaldo Cruz.





No Estado de São Paulo, as 17 Cooperativas atendem cerca de 50 mil consumidores (cooperados), em 128 municípios.

Em 2004, destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas pelos técnicos da CSPE no processo de regularização:

- Inspeção e fiscalização das instalações elétricas das cooperativas, destacando-se as subestações, cabines de proteção e medição, redes de distribuição, quadros de medição de cooperados/consumidores, etc.
- Procedimentos e diligências à campo para o estabelecimento de poligonais (área de atuação das CERs);
- Coordenação e estudos de determinação de área de atuação (poligonais);
- Emissão de Pareceres técnicos relativos ao enquadramento das cooperativas;
- Mediação e orientação técnica;
- Suporte à ANEEL para preparação dos Contratos de Permissão;
- Suporte à ANEEL no processo da Audiência Pública ANEEL 040/04;
- Treinamento às cooperativas sobre normas do ambiente regulado;
- Desenvolvimento de Software (SINCOOR), em apoio a ANEEL para processamento dos dados das cooperativas, necessários para o estabelecimento das tarifas iniciais das permissionárias.

Pelo quadro apresentado a seguir, pode-se visualizar as realizações da CSPE referentes aos processos de demarcação de área de atuação das CERs em suas fronteiras com as concessionárias distribuidoras.

COOPERATIVA	ENQUADRAMENTO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	STATUS	ELEKTRO	CPFL	BANDEIRANTE / PIRATININGA	ELETROPAULO	CFLSC	EEVP	CNEE	CAIUÁ	CJE
CERMESO	AUTORIZADA	ANEEL	REGUL.					Acordo				
CEROC		ANEEL	CONCL.						Acordo		Acordo	
CERPAL		ANEEL	CONCL.		Acordo				Acordo			
CERT		ANEEL	CONCL.		Acordo				Acordo		Acordo	
CERIM	PERMISSIONÁRIA	ANEEL	CONCL.	Acordo		Acordo						
CERIPA		ANEEL	CONCL.	Acordo	Acordo			Acordo				
CERMC		ANEEL	CONCL.			Acordo						
CEMIRIM		ANEEL	CONCL.	Delim	Delim							Acordo
CETRIL		dez/02	CONCL.	Delim		Acordo						
CERVAM		ANEEL	CONCL.	Delim	Delim							
CERRP		ANEEL	CONCL.		Delim						Delim	
CEDRAP		ANEEL	CONCL.	Delim		Acordo						
CERFRA		ANEEL	CONCL.		Delim							
CERIS		ANEEL	CONCL.				Delim					
CEDRI		ANEEL	CONCL.	Delim								
CERPRO		ANEEL	CONCL.		Delim							
CERNHE		ANEEL	CONCL.								Delim	

ANEEL	Área Definida: Acordo firmado, Termo intruído ao P.A, sob análise da ANEEL
CONCL.	Procedimentos da CSPE concluídos
REGUL.	Publicada Resolução de Regularização como Autorizada No. 197, de 15/04/03.
Acordo	Acordo como Autorizada
Acordo	Acordo como Permissionária
Delim	Área definida pela CSPE a partir de diligências a campo realizadas

Quadro sinótico: Situação da instrução dos Processos Administrativos de regularização das Cooperativas e da definição das áreas de atuação em 31 de dezembro de 2004
--

Uma atividade de destaque e de grande relevância em 2004 foi o desenvolvimento do Sistema de Informações de Mercado das Cooperativas de Eletrificação Rural a serem regularizadas como Permissionárias – SINCOOR. Esse sistema computacional é composto por dois módulos: o de coleta de dados, no qual as cooperativas de eletrificação rural preencherão e enviarão à ANEEL as informações necessárias à fixação das tarifas iniciais, e o de simulação que deve ser utilizado pela ANEEL para o estabelecimento das tarifas iniciais.

A seguir são apresentadas: a tela do menu principal do módulo de Coleta de Dados do SINCOOR e a tela inicial do módulo de simulação.

ANEEL - Informações de Mercado 2003

ANEEL
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Cooperativa: .

MENU PRINCIPAL

Quadro M1-02

ORIENTAÇÕES

Orientações sobre o Preenchimento M1-03

Definições M1-04

DISPONIBILIDADE DE ENERGIA EM 2003

Energia Comprada M1-05

Geração Própria M1-09

MERCADO DA COOPERATIVA EM 2003

Receita de Fornecimento de Energia M1-10

Estrutura de Mercado 2003 M1-11

ENQUADRAMENTO À RESOLUÇÃO 456

Enquadramento de Mercado à Resolução 456 M1-15

Resultado do Enquadramento do Mercado à Resolução 456 M1-20

BALANÇO E CONSISTÊNCIAS

Dados do Balanço 2003 M1-24

Consistências dos Preenchimentos M1-25

Incluir Observações M1-26

Retornar

ANEEL - PR_ELETRORURAL_Simulador.xls

**SIMULAÇÃO DE TARIFAS DA COOPERATIVA
ELETRORURAL (PR)**

Quadro M2-07

RETORNAR

**SIMULADOR DAS
TARIFAS** M2-08

**COMPATIBILIZAÇÃO
COM O BALANÇO** M2-09

**ENERGIA COMPRADA
(SUPRIMENTO FUTURO)**

Tarifas de Suprimento Propostas M2-10

Custos da Energia Comprada M2-11

PERDAS M2-18

**VENDA DE ENERGIA
SITUAÇÃO PROPOSTA**

Receita Prevista
Tarifa Convencional M2-19

Tarifa Proposta
Tarifa Convencional M2-20

Receita Prevista
Tarifa Verde M2-21

Tarifa Proposta
Tarifa Verde M2-22

Receita Prevista
Tarifa Azul M2-23

Tarifa Proposta
Tarifa Azul M2-24

Proposta - Descontos, TUSD
Consumidores Livres, TUSD
Concessionárias, TUSD Geração e
Serviços Executados M2-25

**VENDA DE ENERGIA
MÉDIA DAS TARIFAS ATUALIZADAS
DAS DAS CONCESSIONÁRIAS**

Média das Tarifas Atualizadas
Convencional M2-26

Média das Tarifas Atualizadas
Horo-sazonal Verde M2-27

Média das Tarifas Atualizadas
Horo-sazonal Azul M2-28

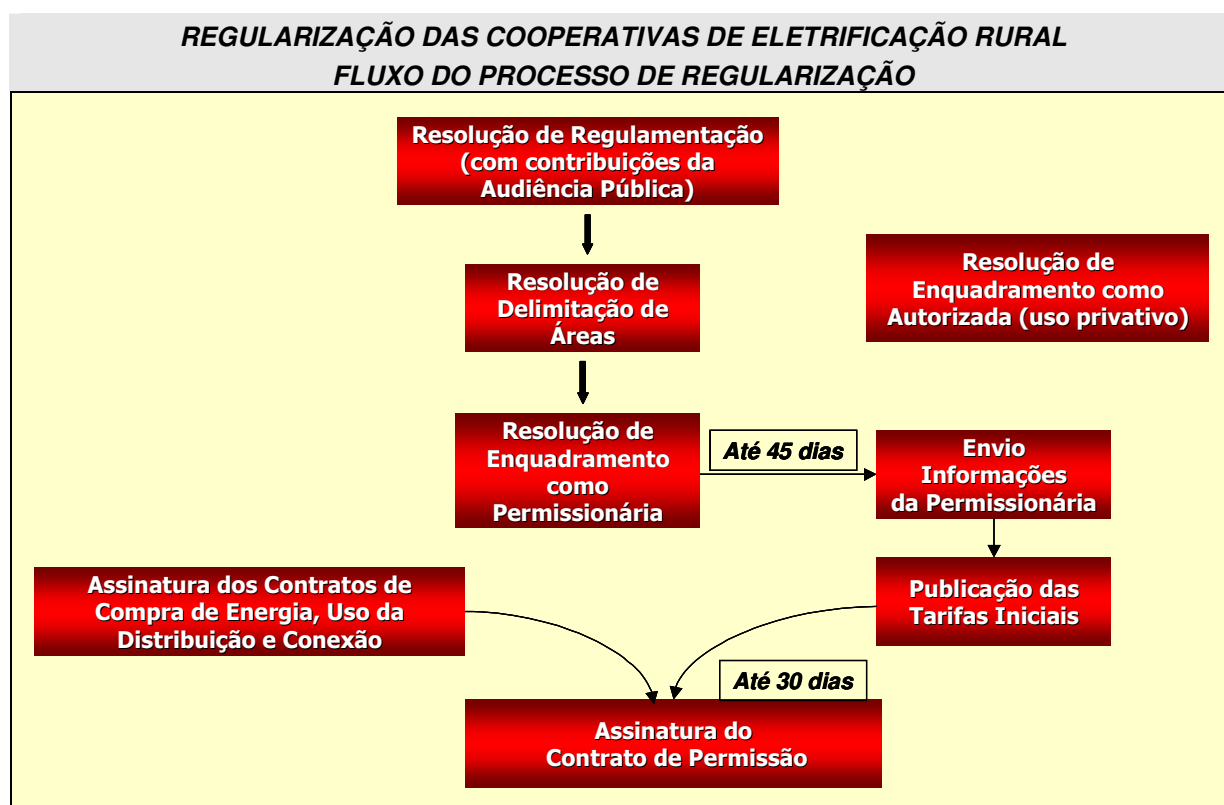
Proposta - Descontos, TUSD
Consumidores Livres, TUSD
Concessionárias, TUSD Geração e
Serviços Executados M2-29

**ENCARGOS SOBRE O
FORNECIMENTO** M2-30

APOIO A SIMULAÇÃO M2-31

OBSERVAÇÕES M2-32

Para melhor orientação, a seguir é apresentado um fluxograma que apresenta as etapas a serem cumpridas pela ANEEL para a efetiva conclusão do processo de regularização das cooperativas.



FISCALIZAÇÃO DE PCH'S E PCT'S

Com o contingenciamento de recursos da ANEEL, e conseqüente repasse para as agências reguladoras descentralizadas, o programa de atividades de fiscalização previstas para o ano de 2004 foram necessariamente revistas. Desta forma a meta física foi reduzida de 150 para 100 fiscalizações.

Em setembro de 2004, houve uma liberação de recursos adicionais para a área de fiscalização, restabelecendo as metas anteriormente fixadas de 150 visitas em campo.

A ação fiscalizadora da CSPE nas PCH's e PCT's resultou em 269 recomendações, 145 não conformidades e 80 termos de notificação.

PCH - PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA

Durante o ano de 2004 foram fiscalizadas 50 PCH's em operação, verificando-se uma sensível melhoria na conservação e manutenção dos equipamentos de geração, fruto das fiscalizações anteriores de verificação do cumprimento e do acompanhamento das não conformidades e recomendações, conforme TN's (termos de notificação) emitidos após cada visita.

Durante o ano de 2004 não foi acrescentada nenhuma nova PCH ao parque gerador do Estado de São Paulo.

Em cada visita realizada em campo foi aberto processo administrativo e emitido o termo de notificação, tanto para o envio de relatórios, como para a Notificação, para sanar as não conformidades encontradas.

Adicionalmente a CSPE tem participado de reuniões técnicas, audiências públicas no apoio à ANEEL, visando a renovação da Concessão para Geração de Energia Elétrica da UHE de Itupararanga, com potência Instalada de 55 MW, da CBA - Companhia Brasileira de Alumínio.

PCT – USINA TERMELÉTRICA DE PEQUENO PORTE

Com relação as PCT's em operação, a CSPE realizou 100 visitas em campo. Deste montante a maioria representava retorno de visitas anteriores objetivando-se a verificação do cumprimento de recomendações e não conformidades levantadas. Verificou-se que as ações de visitas resultaram em melhorias físicas e operacionais das PCT's.

Dado que as PCT's geralmente são implantadas em menor tempo, com maior facilidade na obtenção de licenças ambientais e, em muitos casos envolvendo recursos menores do que as PCH's, foram observados em 2004, registros na ANEEL de 33 novas Pequenas Centrais Termelétricas no Estado de São Paulo, sendo que 16 foram fiscalizadas pela CSPE, ficando as demais para serem fiscalizadas ano de 2005.

Segundo acompanhamento da CSPE a grande maioria das novas PCT's utilizam como combustível o óleo diesel ou gás natural, com potências médias variando de 300 kW a 700 kW.

ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DE GERAÇÃO E USINAS EMERGENCIAIS

No ano de 2004, a atividade de acompanhamento de obras de PCT's e PCH's em construção sofreu uma redução, ocasionada principalmente pela falta de investimentos em novas unidades de geração, cujo cenário se mantém desde o ano de 2002.

Devido ao baixo valor da energia, que atualmente não remunera o capital empenhado, muitos agentes que detinham a outorga para exploração de Unidades de Geração, ou autorização para construção de novas unidades, resolveram paralisar ou aguardar um momento mais propício para realizar suas reformas e construção de novas Usinas.

O incentivo do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e revisado pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, cujo objetivo é a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia. O Programa promoverá a implantação de 3.300 MW de capacidade, em instalações de produção com início de funcionamento previsto para até 30 de dezembro de 2006, sendo assegurada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS, a compra da energia a ser produzida, no período de 20 anos. Este habilitou, no Estado de São Paulo, 17 PCT's . Dentre estas usinas habilitadas, muitos aguardam a assinatura do contrato para iniciar as suas obras.

Foram realizadas 10 visitas de acompanhamento de obras e 02 visitas a usinas emergenciais. Por determinação da ANEEL a partir de maio de 2004, a fiscalização das usinas emergenciais ficou sob a responsabilidade da SFG ANEEL.

GÁS CANALIZADO – ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

O Estado de São Paulo está dividido em três áreas de concessão para prestação de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, conforme seguem:

- Área Sul: integrada pelas atuais regiões administrativas de Sorocaba e Registro, compreendendo 93 municípios. Concessionária: Gás Natural São Paulo Sul S/A, que deu início à distribuição de gás natural no dia 07 de fevereiro de 2002.
- Área Leste: integrada pelas atuais regiões administrativas da Grande São Paulo, São José dos Campos, Santos e Campinas, compreendendo 177 municípios. Concessionária: Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS.
- Área Noroeste: integrada pelas atuais regiões administrativas de Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Central, Barretos e Franca, compreendendo atualmente 375 municípios. Concessionária: Gás Brasileiro Distribuidora S.A., que deu início à distribuição de gás natural no dia 06 de janeiro de 2003.

Este relatório aborda as principais atividades realizadas, no ano de 2004, pela Comissão de Serviços Públicos de Energia, referentes ao controle, à regulação e à fiscalização dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo.

Além das atividades supracitadas, cabe salientar a existência de outras, que embora não estejam destacadas neste relatório, também são executadas pela CSPE, tais como: mediações, atendimento de ouvidoria, informações a órgãos de governo (Federal, Estaduais e Municipais) e a entidades universitárias.

Para apresentar a síntese das atividades realizadas pela CSPE, este capítulo foi dividido em módulos: regulação; fiscalização econômica, financeira e contábil; fiscalização da prestação dos serviços de distribuição; evolução dos sistemas de distribuição (fiscalização de metas) e de planos quinquenais de investimentos.

REGULAÇÃO

A CSPE elaborou e fez publicar 71 regulamentos em 2004, que se referem, exclusivamente, aos serviços de distribuição de gás canalizado, e que equivalem a um acréscimo de 29,09% com relação ao ano de 2003.

Dispositivo	Quantidade	Objeto
Portarias	01	Inclusão de alterações no Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado.
	02	Resultados da Revisão Tarifária e das Tabelas de Tarifas (COMGAS e Gás Brasileiro Distribuidora)
	02	Processo de Revisão Tarifária (Gás Brasileiro Distribuidora e Gás Natural São Paulo Sul).
	02	Alterações de artigos de Portarias da CSPE (Revisão Tarifária da Gás Brasileiro Distribuidora)
	03	Estrutura Tarifária e valores das Tabelas Tarifárias (COMGÁS e Gás Brasileiro Distribuidora)
	02	Atualização dos níveis das tarifas tetos (COMGAS e Gás Natural São Paulo Sul)
	01	Reajuste dos valores das Margens de Distribuição e repasse das variações dos preços do Gás e do Transporte às tarifas tetos (Gás Natural São Paulo Sul)
	01	Condição Transitória aos Usuários do Vale do Paraíba, Segmento Comercial (COMGAS)
	01	Instituição do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
	01	Valor do Montante Mínimo para aplicação no Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural no Estado de São Paulo.
	01	Novos padrões do indicador de Concentração de Odorante no Gás - COG e do Controle do Odor
	02	Segmentos de Usuários (COMGAS e Gás Brasileiro Distribuidora)
	30	Homologação de contratos de fornecimento (COMGAS, Gás Natural e Gás Brasileiro Distribuidora)
	04	Cálculo, cobrança e recolhimento da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Gás Canalizado (TFSGC)
Decretos	13	Declaração de utilidade pública de imóveis necessários à execução de obras de passagem de dutos de gás natural (COMGAS, Gás Natural São Paulo Sul e Gás Brasileiro Distribuidora.)
Consultas Públicas	03	Proposta de Portaria para regulamentação de novos padrões do indicador de Concentração de Odorante no Gás - COG e do Controle do Gás
		Proposta de regulamentação do "Manual de Elaboração e Avaliação do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural - Setores Residencial e Comercial - no Estado de SP".
		Proposta de regulamentação do "Procedimento para Comunicação de Incidentes, em situações que ponham em risco a Saúde e a Segurança Pública"
Audiências Públicas	02	Processo de Revisão Tarifária (COMGAS e Gás Brasileiro Distribuidora, cada uma em duas etapas distintas)

No âmbito do Estado de São Paulo, é também competência da CSPE, promover a indústria de gás, bem como a permanente divulgação e controle do cumprimento dos direitos e obrigações dos usuários e dos agentes dos serviços de distribuição de gás canalizado.

FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

A Fiscalização Econômica, Financeira e Contábil consiste em verificar o cumprimento da legislação societária e da específica do setor de gás canalizado, em especial no que preceitua o Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado. Também compreende a observância ao que determina a legislação de concessão de serviços públicos, os respectivos contratos de concessão e portarias da Comissão de Serviços Públicos de Energia.

A CSPE desenvolveu no ano de 2004 (início em maio) a fiscalização econômico-financeira nas 03 concessionárias de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo.

Foram aplicados, também, exames que possibilitaram a análise dos assuntos identificados durante o monitoramento e a avaliação da gestão e desempenho econômico-financeiro das concessionárias.

A etapa de execução da fiscalização em campo foi realizada nos seguintes períodos:

Concessionária	Período de Fiscalização
Gas Natural São Paulo Sul S.A.	14 a 18 de junho de 2004
Gás Brasileiro Distribuidora S.A.	01 a 08 de julho de 2004
Comgás – Companhia de Gás de São Paulo	12 a 23 de julho de 2004

Ao final de 2004, as informações e documentos relativos a estes processos estavam em fase de análise para posterior emissão de relatório e notificação às concessionárias.

Em 2004 foi encerrado o processo de fiscalização econômico-financeira da Comgás, referente ao ano de 2002, com o recolhimento pela concessionária do montante de R\$158.331,50, relativo a multas associadas ao Auto de Infração emitido em 2003.

PUBLICAÇÃO DE PORTARIAS

Durante 2004 foram editadas cinco Portarias de tarifas de distribuição de gás canalizado, sendo duas resultantes da revisão tarifária da Comgás e da Gás Brasileiro, uma de reajuste da margem da Gás Natural SPS e duas de atualização do preço do gás, respectivamente para a Comgás e para a Gás Natural SPS.

Ainda no ano de 2004, a CSPE concluiu a revisão do Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, cuja publicação ocorreu por meio da Portaria CSPE nº 323, de 1º de setembro de 2004.

REVISÃO TARIFÁRIA DAS CONCESSIONÁRIAS DE GÁS CANALIZADO

Em continuidade ao processo de revisão das tarifas de gás canalizado iniciado em 2003, com a definição e publicação da metodologia detalhada e início da revisão tarifária da Comgás, a CSPE publicou em janeiro de 2004, no endereço eletrônico desta Comissão na internet, a Nota Técnica nº3, Cálculo da Margem Máxima e Fator X da Comgás.

Foram apresentados para consulta pública as análises e critérios para definição do valor inicial da margem máxima (P0) e do Fator X, propostos pela CSPE, bem como, simultaneamente, foi apresentada a proposta de estrutura tarifária associada a esses valores e elaborada pela Comgás.

A primeira etapa da Audiência Pública referente à consulta disponibilizada foi realizada em fevereiro de 2004, onde foram recebidas as contribuições dos agentes envolvidos no processo. Na sequência, a CSPE revisou os elementos propostos, resultando em nova Consulta Pública onde foi apresentado por meio da Nota Técnica nº 4, o Valor Inicial da Margem Máxima, o Fator X e a Tabela Tarifária propostos pela Comissão. Em março de 2004 foi concluída a Audiência Pública com a realização de sua segunda etapa.

Foi então publicada por meio da Portaria CSPE nº 286, de 12/04/2004, a Nota Técnica nº5, Valores da Margem Máxima Inicial, do Fator X, da Estrutura e da Tabela Tarifária para o 2º Ciclo Tarifário da Comgás, após análise e aprovação do Conselho Deliberativo da CSPE.

Foram iniciados também os processos de revisão tarifária das concessionárias Gás Brasileiro e Gas Natural SPS, com a publicação das Portarias CSPE nº 288/2004 e nº 319/2004, respectivamente, referentes aos cronogramas de execução das etapas a serem cumpridas.

Com relação à Gás Brasileiro foram realizadas as duas etapas da Audiência Pública relativas às Notas Técnicas nº 1 – GB, realizada no Município de Bauru e nº 2 – GB, realizada na CSPE, para apresentação da proposta do Valor Inicial da Margem Máxima e da Estrutura Tarifária da Gás Brasileiro. Após aprovação do Conselho Deliberativo da CSPE foi publicada a NT nº 3 – GB, por meio da Portaria nº 340, de 08/12/2004, com os resultados da revisão tarifária a serem aplicados no 2º Ciclo Tarifário da Gás Brasileiro.

Cumprindo o cronograma estabelecido, em dezembro de 2004, a CSPE apresentou para Consulta Pública, no endereço eletrônico da Comissão na Internet, a Nota Técnica nº 1 – GN SPS, com a proposta do Valor Inicial da Margem Máxima para a Gas Natural SPS e a proposta de estrutura tarifária elaborada pela concessionária.

Este processo de Revisão Tarifária deverá ser concluído até maio de 2005, da mesma forma que os anteriores, ou seja, com a realização das duas etapas da Audiência Pública, apreciação e decisão do Conselho Deliberativo da CSPE e publicação dos resultados.

QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO

As atividades da CSPE visam garantir a prestação adequada dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo. Para isto, as atividades de fiscalização são realizadas de maneira rotineira, normalmente na própria sede da CSPE e, em campo, programadas ao longo do ano e, eventualmente, pontuais. O objetivo é verificar ou esclarecer ocorrências específicas ou procedimentos adotados pelas Concessionárias na apuração de indicadores de qualidade e na elaboração de relatórios encaminhados a CSPE, sempre em conformidade com prazos e demais disposições estabelecidos nos Contratos de Concessão e nos demais instrumentos regulatórios emitidos pela CSPE.

No âmbito da regulação, foi definido o Projeto de Qualidade para as três Concessionárias. Neste caso, as fiscalizações são realizadas de modo a avaliar os resultados apurados, com relação aos indicadores de qualidade considerados nos respectivos Contratos de Concessão. Estas fiscalizações têm caráter permanente e rotineiro, por isso são as mais frequentes. No ano de 2004, foi registrado, também, um importante número de fiscalizações de campo. Os resultados das fiscalizações realizadas ao longo de 2003 estão apresentados, detalhadamente, na sequência deste tópico.

Com relação às fiscalizações de campo, cabe destacar, ainda, que estas foram realizadas nas três concessionárias, a fim de verificar o real cumprimento das metas mínimas exigidas, da qualidade do atendimento comercial, da execução das obras programadas e de outras obrigações, nos termos do Contrato de Concessão e demais regulamentos da CSPE.

A Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, a Gás Brasileiro Distribuidora S.A. e a Gas Natural São Paulo Sul S.A. foram fiscalizadas, também, quanto ao cumprimento de outras obrigações contidas nos Contratos de Concessão e regulamentos da CSPE, a saber: obrigações societárias, contábeis, relativas à relação contratual entre o controlador e empresas coligadas/filiadas, planos de operação e de manutenção, plano para atendimento de situações de emergência, acidentes, planos para desenvolvimento de mercado de gás canalizado, contratos de suprimento de gás, etc.

Ainda no que se refere à atividade de fiscalização, foram analisados contratos de fornecimento de gás com volumes iguais ou superiores a 500.000 m³/mês, celebrados entre as Concessionárias e seus Usuários, objetivando a homologação prevista nos respectivos Contratos de Concessão.

FISCALIZAÇÃO DE CAMPO

Durante o ano de 2004, foi realizado um total de 24 (vinte e quatro) fiscalizações de campo, número 140 % superior ao verificado no ano anterior. A tabela a seguir apresenta a relação completa das fiscalizações de campo realizadas em 2004:

Mês	Concessionária	Objeto da Fiscalização	Período
Fevereiro	Comgás	Fiscalização da Concentração de Odorante no Gás e Características Físico Químicas	11 a 17 de Fevereiro
Fevereiro	Comgás	Fiscalização dos Procedimentos Usados para a Obtenção do Indicador TAE e do Incidente na Via Anhanguera, km 110	17 a 20 de Fevereiro
Março	Gas Natural SPS	Fiscalização da Concentração de Odorante no Gás e Características Físico Químicas	10 e 11 de Março
Abril	Gas Natural SPS	Fiscalização da Concentração de Odorante no Gás e Características Físico Químicas	14 e 15 de Abril
Maio	Gas Natural SPS	Plano Quinquenal de Investimentos e Acompanhamento de Obras	12 a 14 de Maio
Maio	Comgás	Fiscalização da Concentração de Odorante no Gás e Características Físico Químicas	19 a 26 de Maio
Junho	Comgás	Fiscalização de Obras e Instalações do Sistema de Distribuição	16 a 18 de Junho
Junho	Comgás	Fiscalização sobre os Procedimentos para a Comunicação de Situações de Risco e de Sinistros	21 a 23 de Junho
Julho	Gas Natural SPS	Fiscalização sobre Critérios e Procedimentos Adotados na Medição e Aplicação de Fatores de Correção	28 de Junho a 2 de Julho
Julho	Gas Brasileiro	Fiscalização de Obras e Instalações do Sistema de Distribuição	06 e 07 de Julho
Julho	Comgás	Fiscalização dos Procedimentos Usados na Apuração dos Indicadores PPTG, PPT e PPC, e do Volume	14 e 15 de Julho
Julho	Comgás	Fiscalização de Interrupção do Fornecimento de Gás Canalizado	27 a 30 de Julho
Agosto	Gas Natural SPS	Fiscalização dos Procedimentos Usados na Apuração dos indicadores PPTG, PPT e PPC, e do Volume Diário de Gás	17 e 18 de Agosto
Agosto	Gas Natural SPS	Fiscalização de Obras e Instalações do Sistema de Distribuição	18 e 19 de Agosto
Setembro	Comgás	Fiscalização da Concentração de Odorante no Gás e Características Físico Químicas	31 de Agosto a 02 de Setembro
	Comgás	Fiscalização de Obras e Instalações do Sistema de Distribuição	29 e 30 de Setembro
Outubro	Gas Brasileiro	Fiscalização de Obras e Instalações do Sistema de Distribuição - GBD	20 e 21 de Outubro
Outubro	Gas Brasileiro	Fiscalização sobre os Procedimentos Utilizados para a Obtenção da Concentração de Odorante no Gás - COG e as Características Físico Químicas - CFQ	26 a 28 de Outubro
Outubro	Gas Natural SPS	Fiscalização sobre os Procedimentos para a Comunicação de Situações de Risco e de Sinistros	29 de Setembro a 01 de Outubro

Mês	Concessionária	Objeto da Fiscalização	Período
Novembro	Gas Natural SPS	Fiscalização dos Procedimentos Utilizados para a Obtenção da Concentração de Odorante no Gás - COG e Características Físico Químicas - CFQ do Gás	24 e 25 de Novembro
Novembro	Gas Natural SPS	Fiscalização de Obras e Instalações de Sistema de Distribuição	17 e 18 de Novembro
Novembro	Gas Natural SPS	Fiscalização sobre Interrupções no Fornecimento de Gás Canalizado	22 e 23 de Novembro
Dezembro	Comgás	Fiscalização da Concentração de Odorante no Gás (COG) e Características Físico Químicas (CFQ)	07 a 09 de Dezembro
Dezembro	Comgás	Indicadores Individuais de Qualidade do Atendimento Comercial	13 a 16 de Dezembro

FISCALIZAÇÕES DE INDICADORES DE QUALIDADE

As fiscalizações relativas aos indicadores de qualidade, por terem caráter permanente e rotineiro, ocorrem em maior número e frequência do que as de campo. O objetivo central, neste caso, é o de verificar a evolução da qualidade dos serviços de distribuição de gás canalizado, por meio do monitoramento de indicadores.

De acordo com o que estabelece o Anexo II - Projeto de Qualidade, dos Contratos de Concessão, as Concessionárias devem encaminhar a CSPE, periodicamente, relatórios contendo os valores apurados para os diferentes indicadores de qualidade. Os referidos Contratos de Concessão prevêem o envio de um total anual de 78 relatórios de indicadores de qualidade, por Concessionária.

Neste sentido, os indicadores de qualidade dos serviços de distribuição de gás canalizado estão assim classificados:

➤ **Produto e Serviço:**

Deste grupo fazem parte os indicadores: Pressão, Poder Calorífico Superior (PCS), Características Físico-Químicas (CFQ) e Porcentagem de Perdas Totais de Gás (PPTG).

➤ **Segurança no Fornecimento:**

Deste grupo fazem parte os indicadores: Concentração de Odorante no Gás (COG), Índice de Vazamentos no Sistema de Distribuição de Gás (IVAZ), Tempo de Atendimento de Emergência (TAE), Frequência Média de Atendimento de Emergência (FME).

➤ **Atendimento Comercial:**

Este grupo é subdividido em:

I - Indicadores Comerciais Individuais:

Deste subgrupo fazem parte os indicadores:

- Prazo máximo para atendimento a pedido de ligação;
- Prazo máximo para atendimento a pedido de religação, após encerramento do motivo causador da suspensão do fornecimento, inclusive inadimplência;
- Prazo máximo para religação de Usuário que tenha sofrido corte indevido no fornecimento de gás;
- Tempo máximo de interrupção do fornecimento de gás para realização de serviço de manutenção programada no sistema de distribuição;
- Prazo máximo para devolução, ao Usuário, de valores referentes a erros de faturamento;
- Prazo máximo para troca de medidores;
- Prazo máximo para execução de serviços de assistência técnica; e
- Prazo máximo para verificação de Pressão ou PCS no ponto de entrega.

II - Indicadores Coletivos:

Deste subgrupo fazem parte os indicadores:

- Em outubro de 2003, AVISO - Antecedência mínima para comunicação de interrupção programada de fornecimento de gás;
- FONE - Número médio de chamadas telefônicas atendidas no 1º toque;
- TER - Tempo médio de execução de ramal;
- TMEO - Tempo médio de elaboração de estudos e orçamentos de serviços na rede de distribuição; e
- TMCE - Tempo médio de construção de extensões de rede, sendo TMCE-1 (extensões de até 300 m de comprimento), TMCE-2 (extensões com comprimento de 301 a 1000 m) e TMCE-3 (extensões com comprimento superior a 1000 m).

Com a implantação do Sistema de Qualidade do Gás Canalizado - SISQg e do seu Coletor de Dados, integralmente desenvolvidos pelo Centro de Informática da CSPE, e a consolidação do emprego destes a partir de 2005, deverá proporcionar a redução do volume de relatórios periódicos dos indicadores de qualidade previstos nos Contratos de Concessão, elaborados em papel, e principalmente, a otimização dos tempos tradicionalmente dedicados à análise desses relatórios, situação esta que resultará em importante avanço na fiscalização da qualidade dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo.

INDICADORES DE QUALIDADE – RESULTADOS POR CONCESSIONÁRIAS

Os resultados das fiscalizações e monitoramento dos indicadores de qualidade, por grupo de indicadores, do período de 2002 a 2004, apresentaram a seguinte evolução:

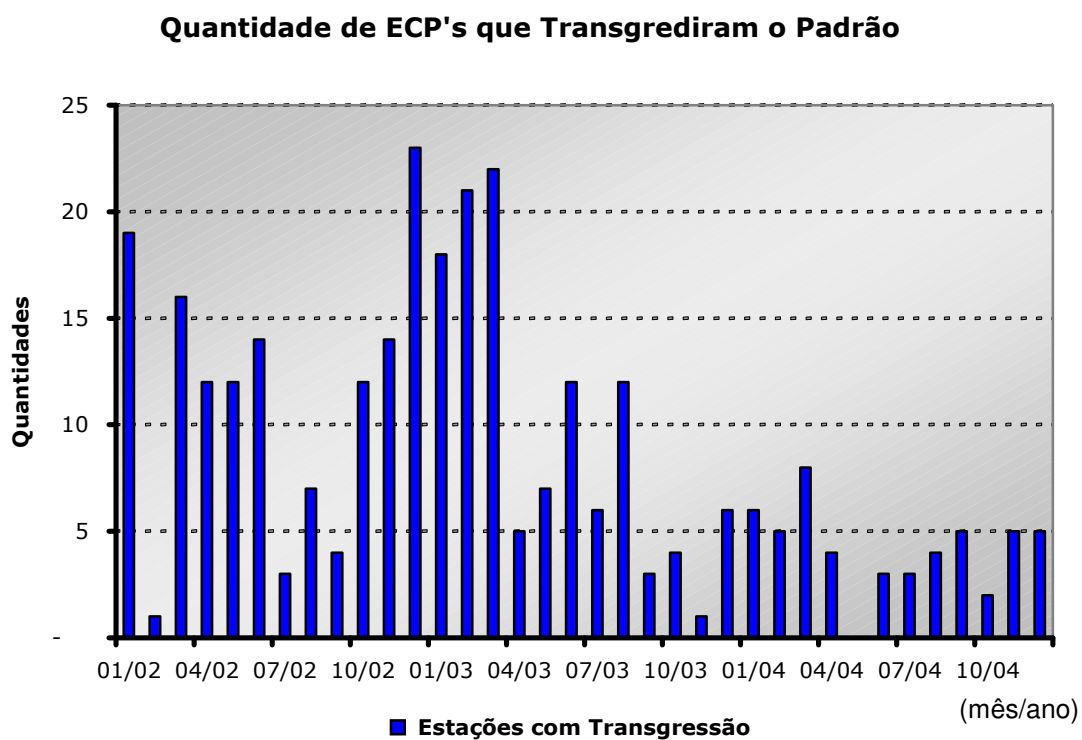
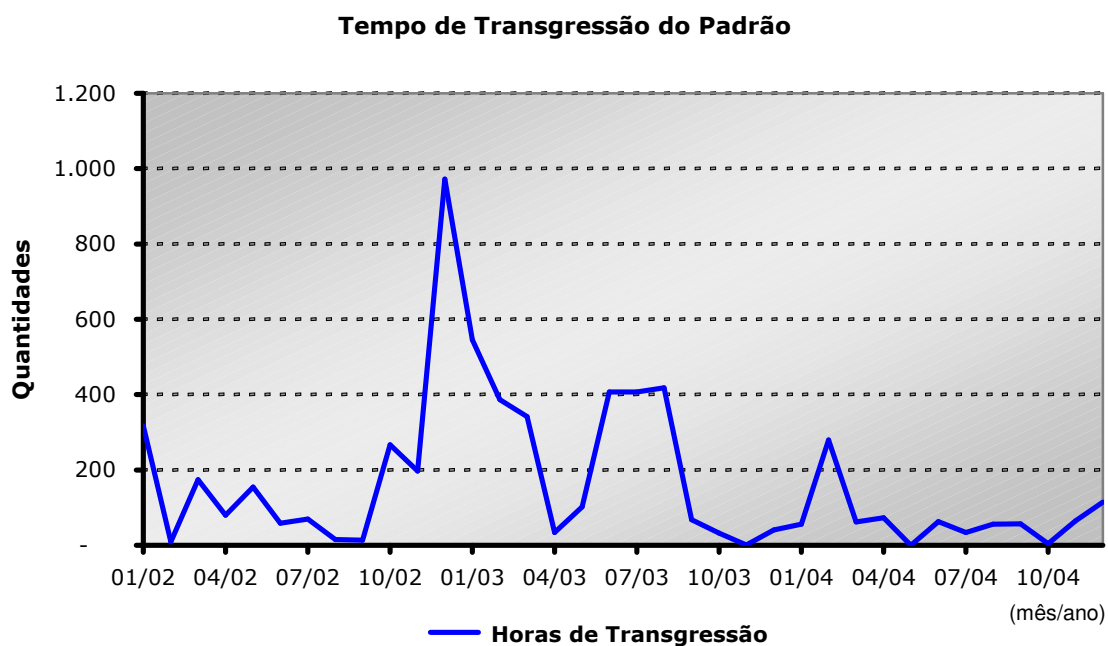
➤ **CONCESSIONÁRIA: COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO – COMGÁS**

➤ **Produto e Serviço:**

• **Pressão:**

A pressão medida é a média das pressões obtidas através de medição contínua, realizada em um determinado período, em equipamento específico instalado em usuários ou nas ETC's e ECP's, de forma a registrar as variações de pressão ocorridas no ponto de entrega ou no Sistema de Distribuição, em relação à pressão padrão de serviço. Por Sua vez, a pressão de serviço é a pressão do gás que a CONCESSIONÁRIA se compromete a manter a montante dos medidores instalados em seus Usuários ou no Sistema de Distribuição.

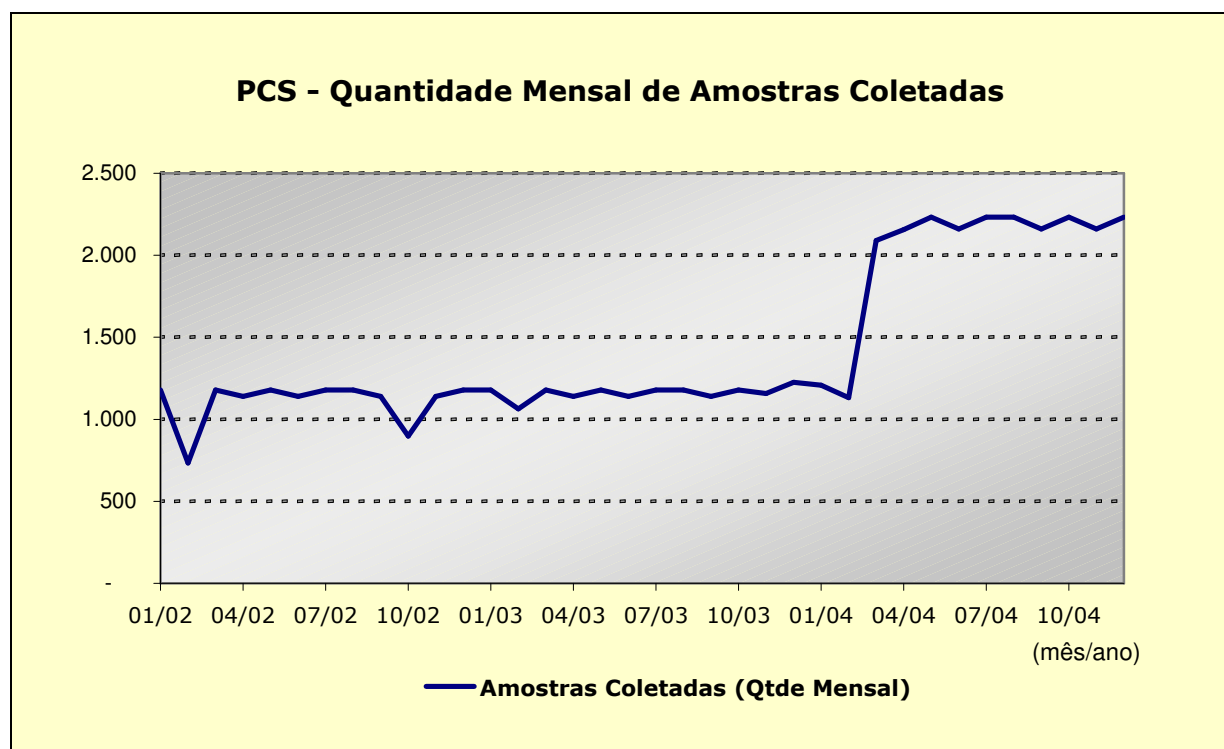
TRANSGRESSÕES DO PADRÃO DO INDICADOR PRESSÃO						
MÊS	2002		2003		2004	
	Estações com Transgressão	Horas de Transgressão	Estações com Transgressão	Horas de Transgressão	Estações com Transgressão	Horas de Transgressão
Janeiro	19	317	18	546	6	56
Fevereiro	1	9	21	387	5	280
Março	16	174	22	342	8	62
Abril	12	80	5	34	4	73
Maio	12	155	7	102	-	-
Junho	14	59	12	407	3	63
Julho	3	70	6	407	3	34
Agosto	7	15	12	418	4	56
Setembro	4	14	3	68	5	57
Outubro	12	267	4	32	2	4
Novembro	14	197	1	1	5	65
Dezembro	23	972	6	41	5	115
TOTAL	137	2.329	117	2.785	50	865

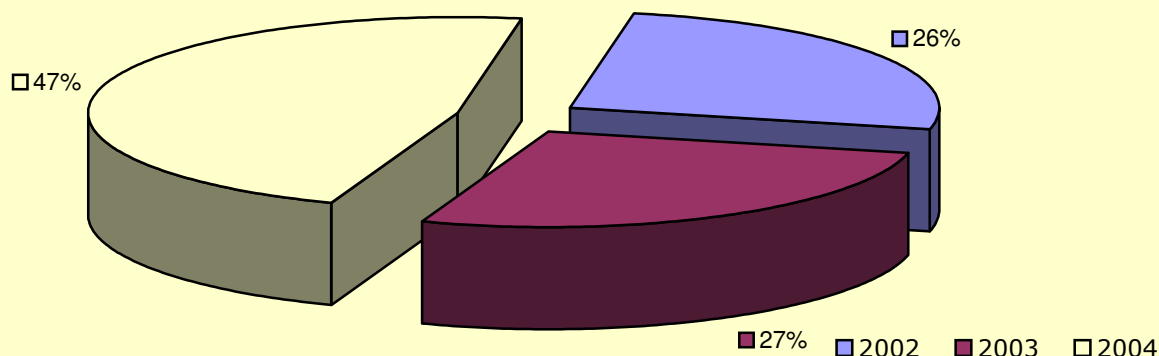


- Poder Calorífico Superior (PCS):**

É definido como a quantidade de calor, expressa em *kcal*, produzida pela combustão, à pressão constante, de uma massa de gás, saturado de vapor de água, que ocupa o volume de 1 m³, na temperatura de 293,15° K e à pressão absoluta de 101,325 kPa, com a condensação total do vapor de água de combustão.

PODER CALORÍFICO SUPERIOR - PCS						
MÊS	Amostras Coletadas (Qtde Mensal)			Amostras Coletadas (Porcentual)		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro	1.178	1.178	1.209	8,88	8,45	4,99
Fevereiro	733	1.064	1.131	5,53	7,64	4,67
Março	1.178	1.178	2.090	8,88	8,45	8,63
Abril	1.140	1.140	2.157	8,60	8,18	8,90
Maió	1.179	1.178	2.232	8,89	8,45	9,21
Junho	1.140	1.140	2.160	8,60	8,18	8,92
Julho	1.178	1.178	2.232	8,88	8,45	9,21
Agosto	1.178	1.178	2.232	8,88	8,45	9,21
Setembro	1.140	1.140	2.160	8,60	8,18	8,92
Outubro	897	1.178	2.232	6,77	8,45	9,21
Novembro	1.140	1.158	2.160	8,60	8,31	8,92
Dezembro	1.178	1.225	2.232	8,88	8,79	9,21
TOTAL	13.259	13.935	24.227	100,00	100,00	100,00

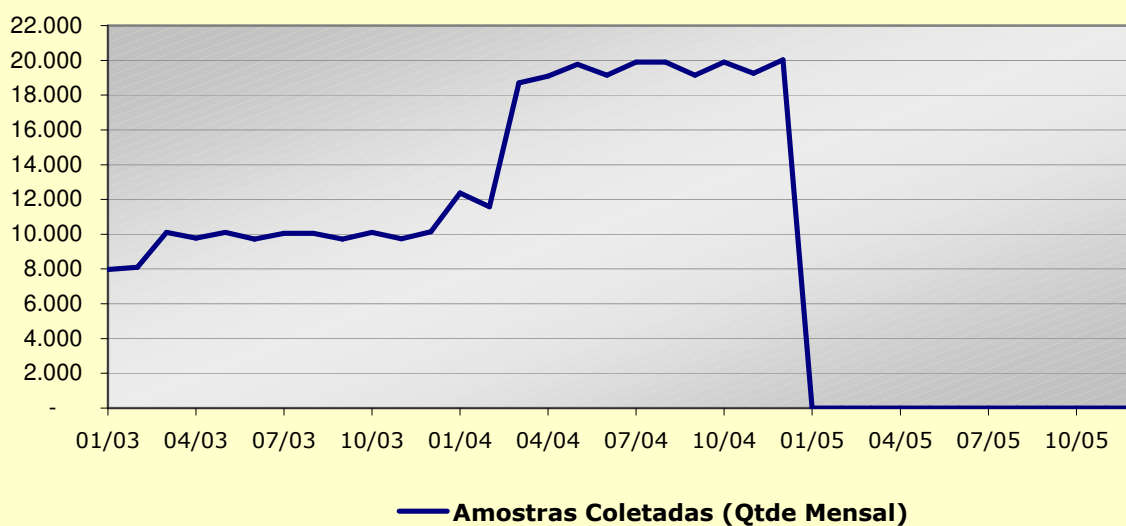
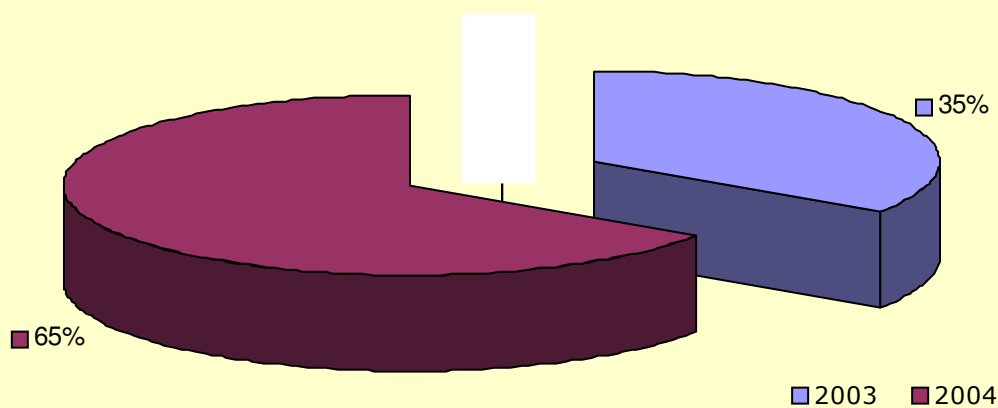


PCS - Porcentual Anual de Amostras Coletadas

- Características Físico Químicas (CFQ):**

São as características do GÁS, constantes de especificações definidas em portarias da Agência Nacional do Petróleo – ANP, ou de outras que venham a ser definidas pela CSPE.

CARACTERÍSTICAS FÍSICO QUÍMICAS				
MÊS	Amostras Coletadas (Qtde Mensal)		Amostras Coletadas (Porcentual)	
	2003	2004	2003	2004
Janeiro	7.966	12.369	6,89	5,65
Fevereiro	8.109	11.571	7,02	5,29
Março	10.108	18.704	8,74	8,55
Abril	9.780	19.086	8,46	8,72
Maio	10.106	19.778	8,74	9,04
Junho	9.716	19.140	8,41	8,75
Julho	10.044	19.902	8,69	9,10
Agosto	10.044	19.902	8,69	9,10
Setembro	9.720	19.140	8,41	8,75
Outubro	10.106	19.902	8,74	9,10
Novembro	9.738	19.260	8,42	8,80
Dezembro	10.153	20.026	8,78	9,15
TOTAL	115.590	218.780	100,00	100,00

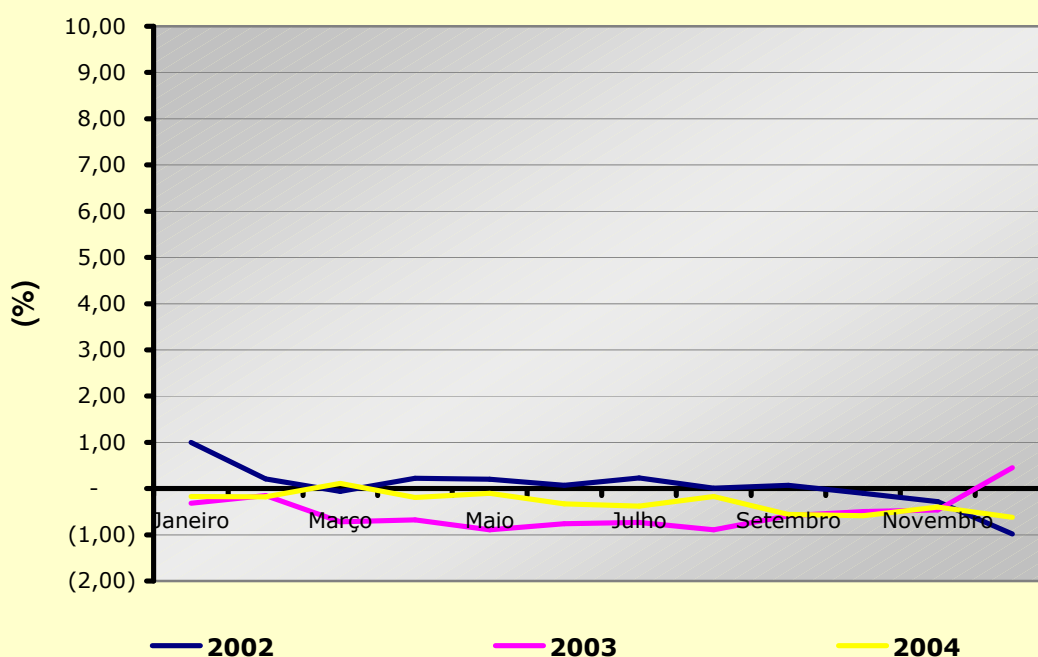
CFQ - Quantidade Mensal de Amostras Coletadas**CFQ - Porcentual Anual de Amostras Coletadas**

- Porcentagem de Perdas Totais de Gás (PPTG):**

Corresponde, em termos percentuais, à relação entre o volume total de gás perdido no sistema de distribuição e a soma dos volumes de gás, comprado e produzido.

PORCENTAGEM DE PERDAS TOTAIS DE GÁS - PPTG - GLOBAL						
MÊS	m³ (Ano Móvel)			% (Ano Móvel)		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro	22.936.242	(9.356.591)	(5.674.332)	1,00	(0,32)	(0,17)
Fevereiro	4.948.691	(4.535.390)	(6.249.596)	0,21	(0,15)	(0,18)
Março	(1.469.720)	(21.724.659)	3.685.223	(0,06)	(0,72)	0,11
Abril	5.368.875	(20.842.180)	(6.514.235)	0,22	(0,68)	(0,19)
Maio	5.101.227	(27.671.059)	(3.446.136)	0,20	(0,89)	(0,10)
Junho	1.930.193	(23.836.833)	(11.888.508)	0,07	(0,76)	(0,33)
Julho	6.023.420	(23.272.182)	(13.634.209)	0,23	(0,73)	(0,38)
Agosto	345.259	(28.898.776)	(6.079.371)	0,01	(0,89)	(0,17)
Setembro	1.933.926	(19.454.187)	(20.401.910)	0,07	(0,59)	(0,56)
Outubro	(2.926.496)	(16.631.242)	(21.718.971)	(0,10)	(0,50)	(0,59)
Novembro	(8.013.606)	(15.462.443)	(14.947.243)	(0,28)	(0,46)	(0,40)
Dezembro	(28.498.749)	15.063.937	(23.486.503)	(0,98)	0,45	(0,62)

PPTG - Perdas Totais de Gás (Ano Móvel)



O PPTG negativo não é, desde logo, expressão de que houve maior volume de faturamento do que o de compra. Em princípio, a diferença a maior de volume de faturamento pode ser decorrente de descasamento entre o período de suprimento (compra) e o de fornecimento (venda), devendo, portanto, a diferença ser compensada em período subsequente.

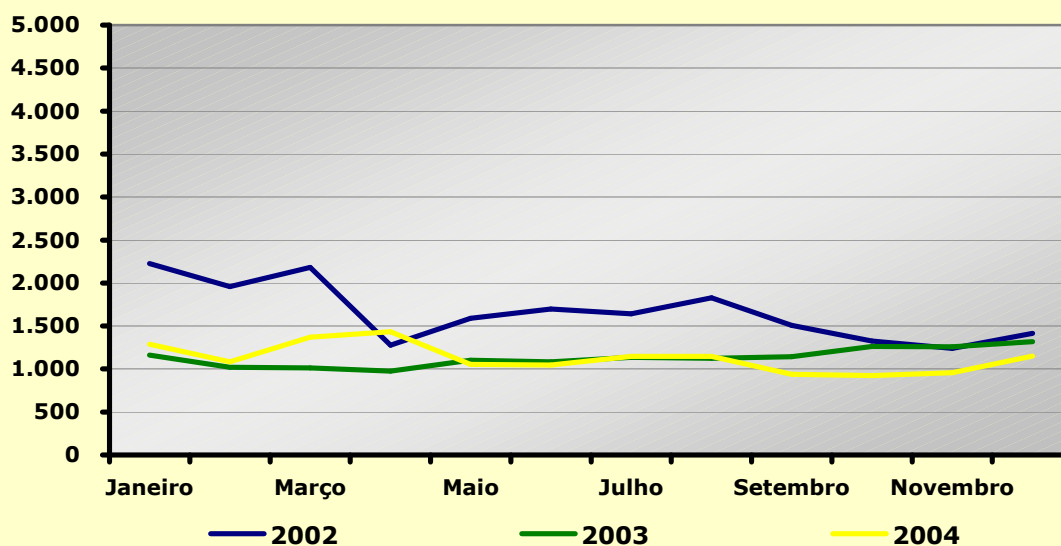
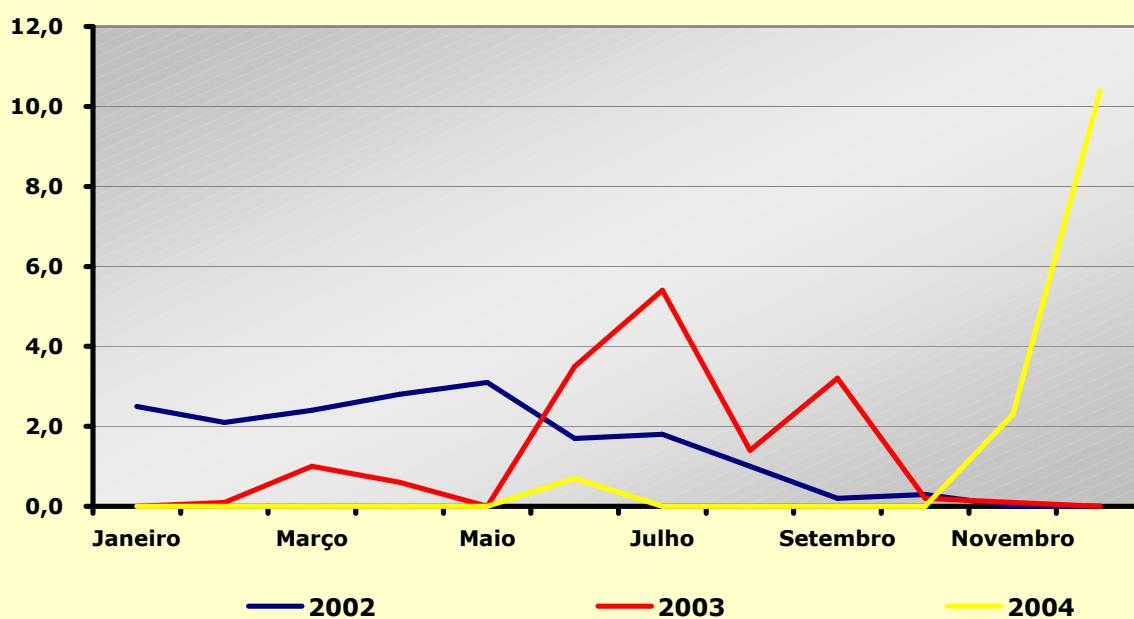
➤ **Segurança no Fornecimento:**

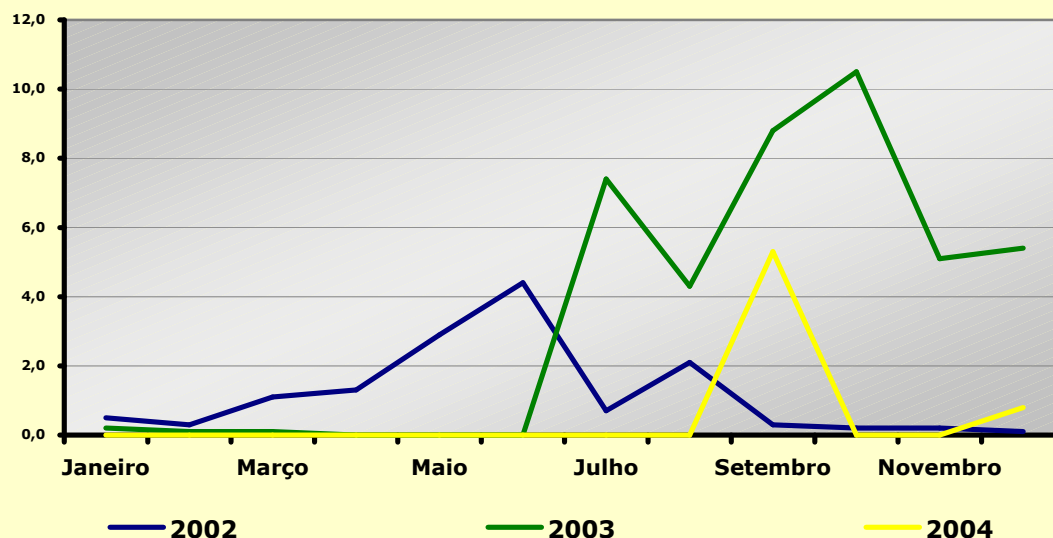
• **Concentração de Odorante no Gás – COG:**

É a quantidade de odorante presente no gás, expressa em mg/m³ de gás.

CONCENTRAÇÃO DE ODORANTE NO GÁS – COG															
Mês	Nº Amostras Coletadas			Fora do Padrão Mínimo						Fora do Padrão Máximo					
				Quant < 9 mg/m³			Média %			Quant > 20 mg/m³			Média %		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro	2.225	1.162	1.290	56	0	0	2,5	0,0	0,0	12	2	0	0,5	0,2	0,0
Fevereiro	1.958	1.020	1.083	42	1	0	2,1	0,1	0,0	6	1	0	0,3	0,1	0,0
Março	2.183	1.013	1.370	52	10	0	2,4	1,0	0,0	23	1	0	1,1	0,1	0,0
Abril	1.276	977	1.432	36	6	0	2,8	0,6	0,0	17	0	0	1,3	0,0	0,0
Mai	1.588	1.103	1.053	49	0	0	3,1	0,0	0,0	46	0	0	2,9	0,0	0,0
Junho	1.699	1.085	1.047	29	38	7	1,7	3,5	0,7	75	0	0	4,4	0,0	0,0
Julho	1.643	1.135	1.148	30	61	0	1,8	5,4	0,0	11	84	0	0,7	7,4	0,0
Agosto	1.829	1.125	1.147	18	16	0	1,0	1,4	0,0	39	48	0	2,1	4,3	0,0
Setembro	1.509	1.142	937	3	36	0	0,2	3,2	0,0	5	101	50	0,3	8,8	5,3
Outubro	1.326	1.262	923	4	2	0	0,3	0,2	0,0	3	132	0	0,2	10,5	0,0
Novembro	1.240	1.257	956	0	1	22	0,0	0,1	2,3	3	64	0	0,2	5,1	0,0
Dezembro	1.413	1.318	1.149	0	0	119	0,0	0,0	10,4	2	71	9	0,1	5,4	0,8

Nota: Até agosto/2004: Padrão da COG=15 a 25 mg/m³ - A partir de setembro/2004: Padrão da COG=9 a 20 mg/m³.

Evolução do N° de Amostras**Evolução da Média Percentual : COG < 9 mg/m³**

Evolução da Média Percentual : COG > 20 mg/m³

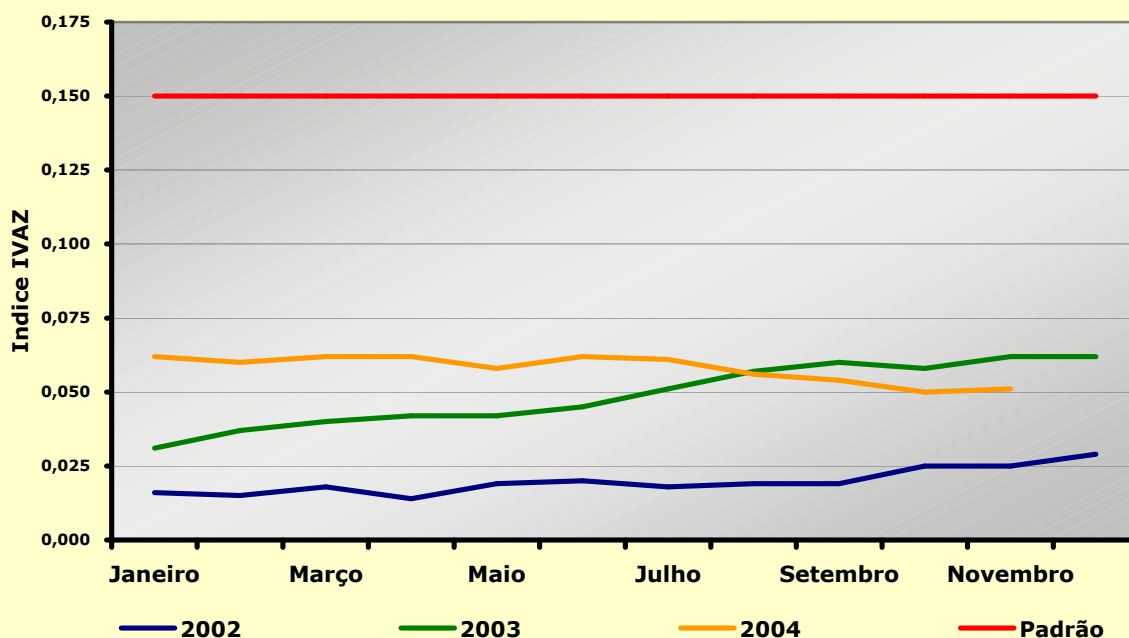
- Índice de Vazamentos nos Sistema de Distribuição de Gás (IVAZ):**

É definido como a relação entre a quantidade de vazamentos registrada no período de doze meses, reclamados por Usuários e/ou terceiros e efetivamente constatados, mais os identificados pela própria Concessionária, e o comprimento total da rede, por classe de pressão, por bairro, cidade e área de concessão.

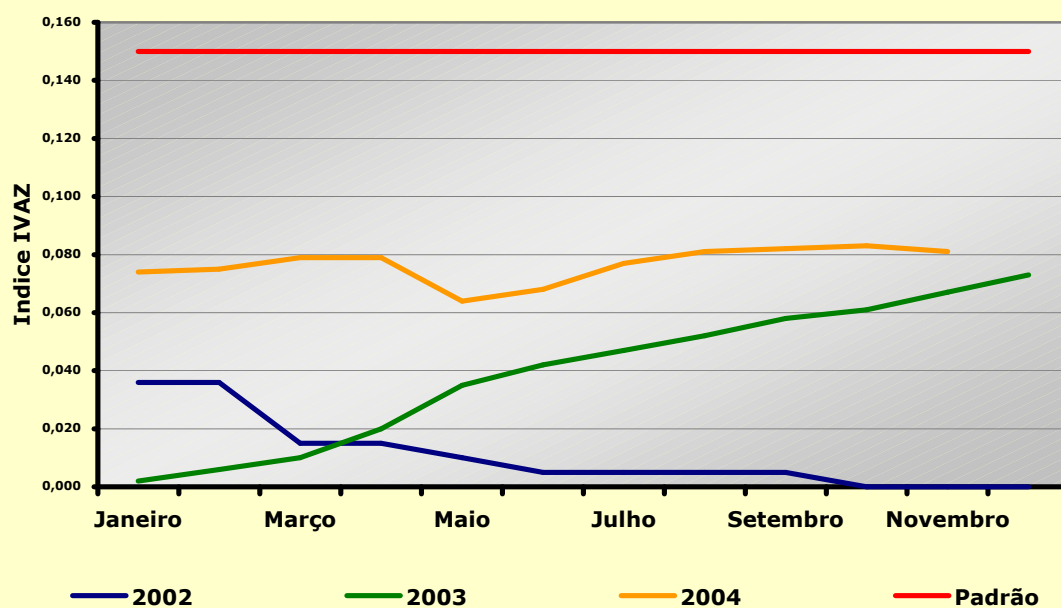
ÍNDICE DE VAZAMENTOS NOS SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS - IVAZ																
Mês	AÇO								POLIETILENO				FERRO FUNDIDO			
	Urbano			Padrão	Não Urbano			Padrão	Urbano			Padrão	Urbano			Padrão
	2002	2003	2004		2002	2003	2004		2002	2003	2004		2002	2003	2004	
Janeiro	0,016	0,031	0,062	0,15	0,030	0,019	0,007	0,15	0,036	0,002	0,074	0,15	0,868	1,338	1,237	2,80
Fevereiro	0,015	0,037	0,060	0,15	0,015	0,008	0,007	0,15	0,036	0,006	0,075	0,15	0,894	1,363	1,279	2,80
Março	0,018	0,040	0,062	0,15	0,015	0,008	0,007	0,15	0,015	0,010	0,079	0,15	0,977	1,321	1,335	2,80
Abril	0,014	0,042	0,062	0,15	0,015	0,008	0,007	0,15	0,015	0,020	0,079	0,15	0,996	1,320	1,335	2,80
Maio	0,019	0,042	0,058	0,15	0,015	0,008	0,007	0,15	0,010	0,035	0,064	0,15	1,068	1,275	1,396	2,80
Junho	0,020	0,045	0,062	0,15	0,015	0,008	0,007	0,15	0,005	0,042	0,068	0,15	1,063	1,251	1,486	2,80
Julho	0,018	0,051	0,061	0,15	0,015	0,012	0,003	0,15	0,005	0,047	0,077	0,15	1,107	1,231	1,535	2,80
Agosto	0,019	0,057	0,056	0,15	0,019	0,012	0,003	0,15	0,005	0,052	0,081	0,15	1,154	1,247	1,572	2,80
Setembro	0,019	0,060	0,054	0,15	0,019	0,012	0,003	0,15	0,005	0,058	0,082	0,15	1,185	1,283	1,578	2,80
Outubro	0,025	0,058	0,050	0,15	0,019	0,015	0,000	0,15	0,000	0,061	0,083	0,15	1,210	1,291	1,582	2,80
Novembro	0,025	0,062	0,051	0,15	0,023	0,011	0,000	0,15	0,000	0,067	0,081	0,15	1,272	1,271	1,584	2,80
Dezembro	0,029	0,062		0,15	0,023	0,011		0,15	0,000	0,073		0,15	1,317	1,255		2,80

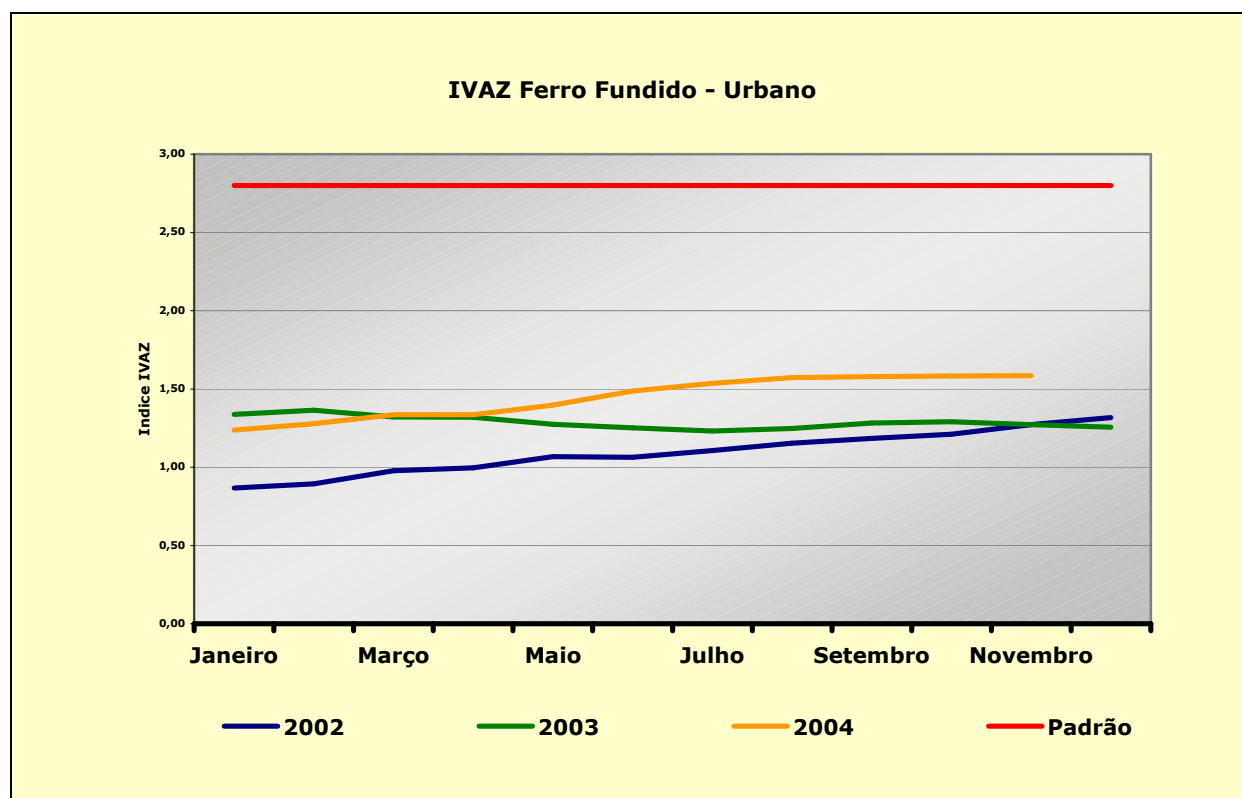
Nota : Padrão estabelecido no Contrato de Concessão em N° de vazamentos por km de rede por ano.

IVAZ Aço - Urbano



IVAZ Polietileno - Urbano



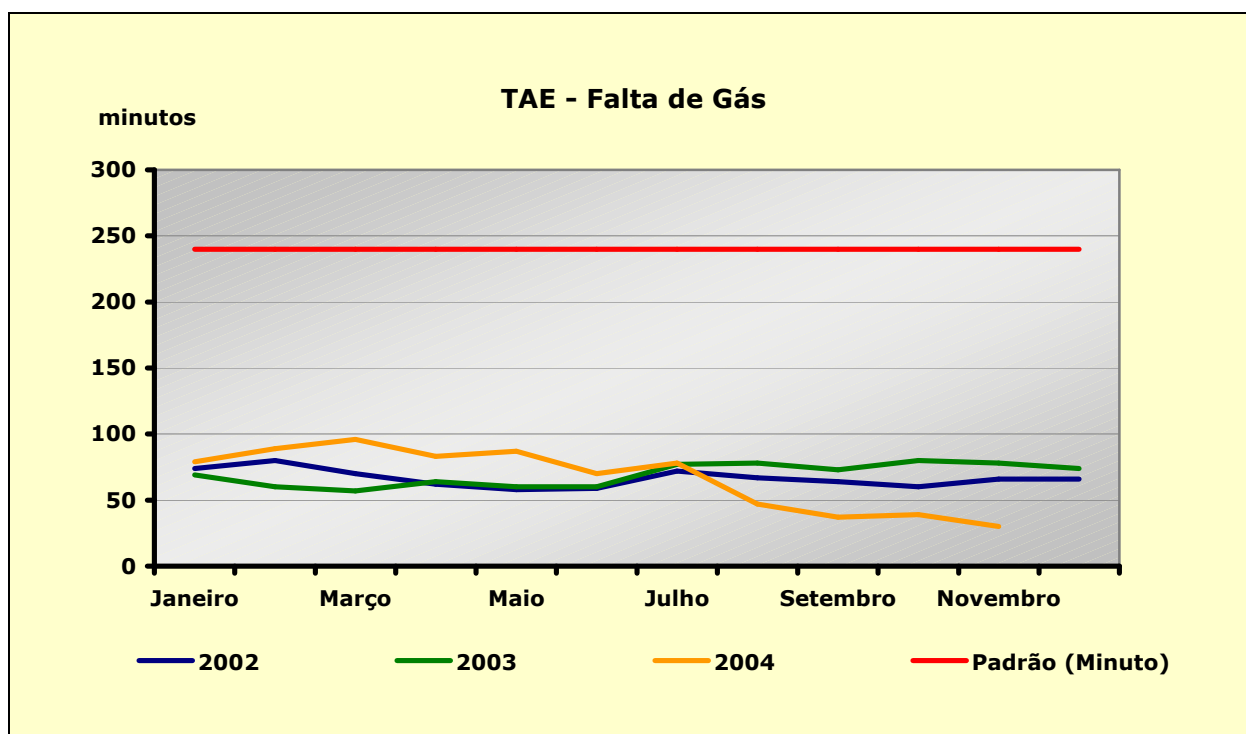
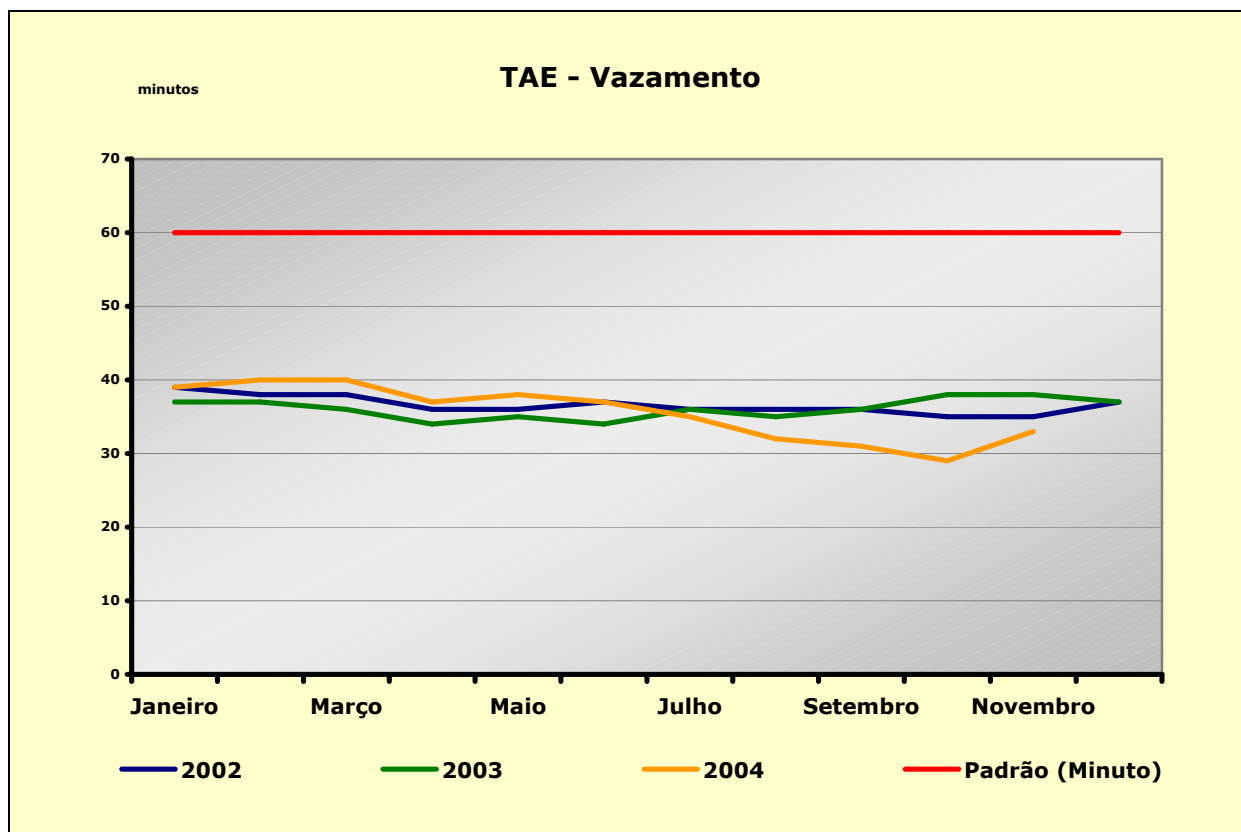


- Tempo de Atendimento de Emergência (TAE):**

É o tempo transcorrido desde o recebimento da solicitação de atendimento de uma determinada emergência (vazamento ou falta de GÁS), feita por Usuário ou não, até a interrupção da situação de risco detectada, quando da chegada da(s) equipe(s) da Concessionária.

TEMPO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA – TAE (*)								
MÊS	VAZAMENTO			Padrão (Minuto)	FALTA DE GÁS			Padrão (Minuto)
	2002	2003	2004		2002	2003	2004	
Janeiro	39	37	39	60	74	69	79	240
Fevereiro	38	37	40	60	80	60	89	240
Março	38	36	40	60	70	57	96	240
Abril	36	34	37	60	62	64	83	240
Maio	36	35	38	60	58	60	87	240
Junho	37	34	37	60	59	60	70	240
Julho	36	36	35	60	72	77	78	240
Agosto	36	35	32	60	67	78	47	240
Setembro	36	36	31	60	64	73	37	240
Outubro	35	38	29	60	60	80	39	240
Novembro	35	38	33	60	66	78	30	240
Dezembro	37	37		60	66	74		240

(*) Contempla sistema de distribuição e instalação interna.

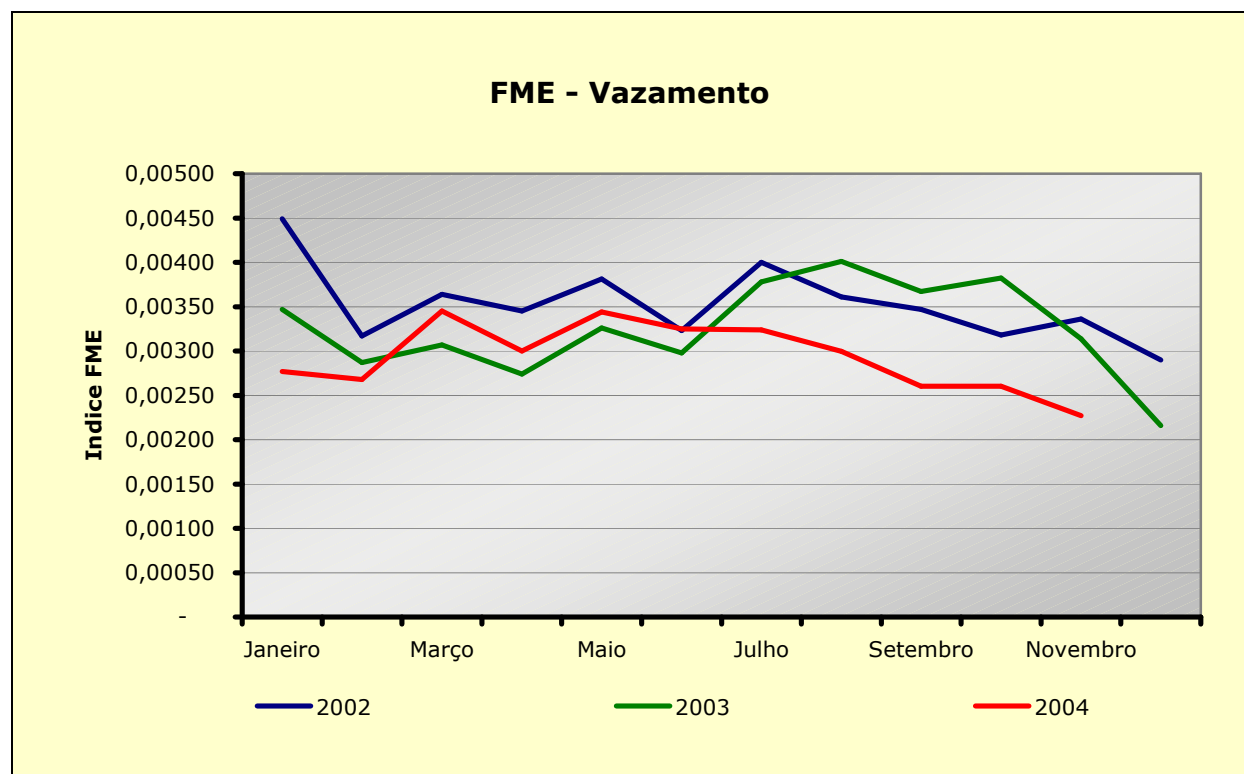


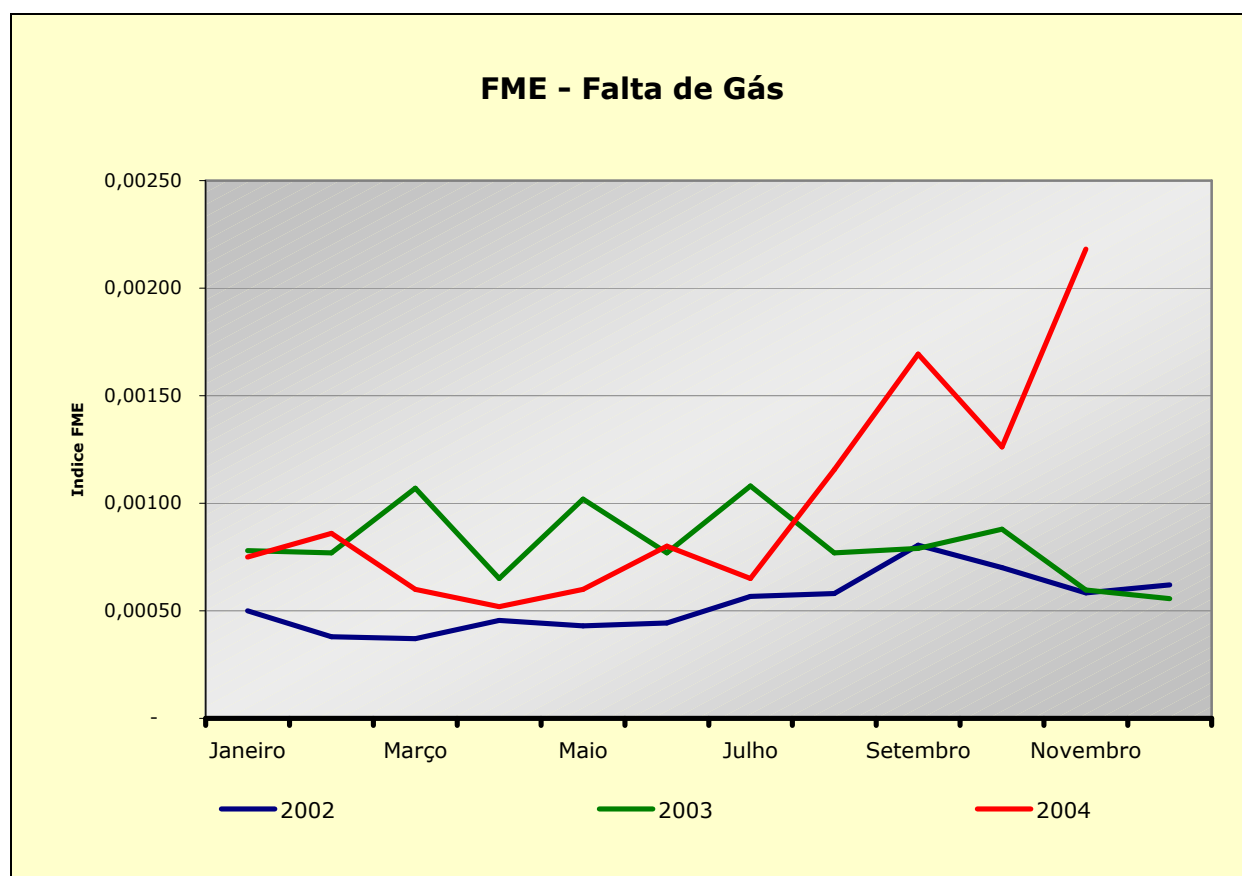
- **Frequência Média de Atendimento de Emergência (FME):**

Trata-se do quociente entre o número de atendimentos de ocorrências de emergência de um determinado grupo, num dado período, pela quantidade total de Usuários deste grupo.

FREQÜÊNCIA MÉDIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA - FME						
MÊS	VAZAMENTO Padrão (%) = não fixado			FALTA DE GÁS Padrão (%) = não fixado		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro	0,00449	0,00347	0,00277	0,00050	0,00078	0,00075
Fevereiro	0,00317	0,00287	0,00268	0,00038	0,00077	0,00086
Março	0,00364	0,00307	0,00345	0,00037	0,00107	0,00060
Abril	0,00345	0,00274	0,00300	0,00045	0,00065	0,00052
Mai	0,00381	0,00326	0,00344	0,00043	0,00102	0,00060
Junho	0,00323	0,00298	0,00325	0,00044	0,00077	0,00080
Julho	0,00400	0,00378	0,00324	0,00057	0,00108	0,00065
Agosto	0,00361	0,00401	0,00300	0,00058	0,00077	0,00116
Setembro	0,00347	0,00367	0,00260	0,00081	0,00079	0,00169
Outubro	0,00318	0,00382	0,00260	0,00070	0,00088	0,00126
Novembro	0,00336	0,00314	0,00227	0,00058	0,00060	0,00218
Dezembro	0,00290	0,00216		0,00062	0,00056	

(*) contempla apenas instalação interna.





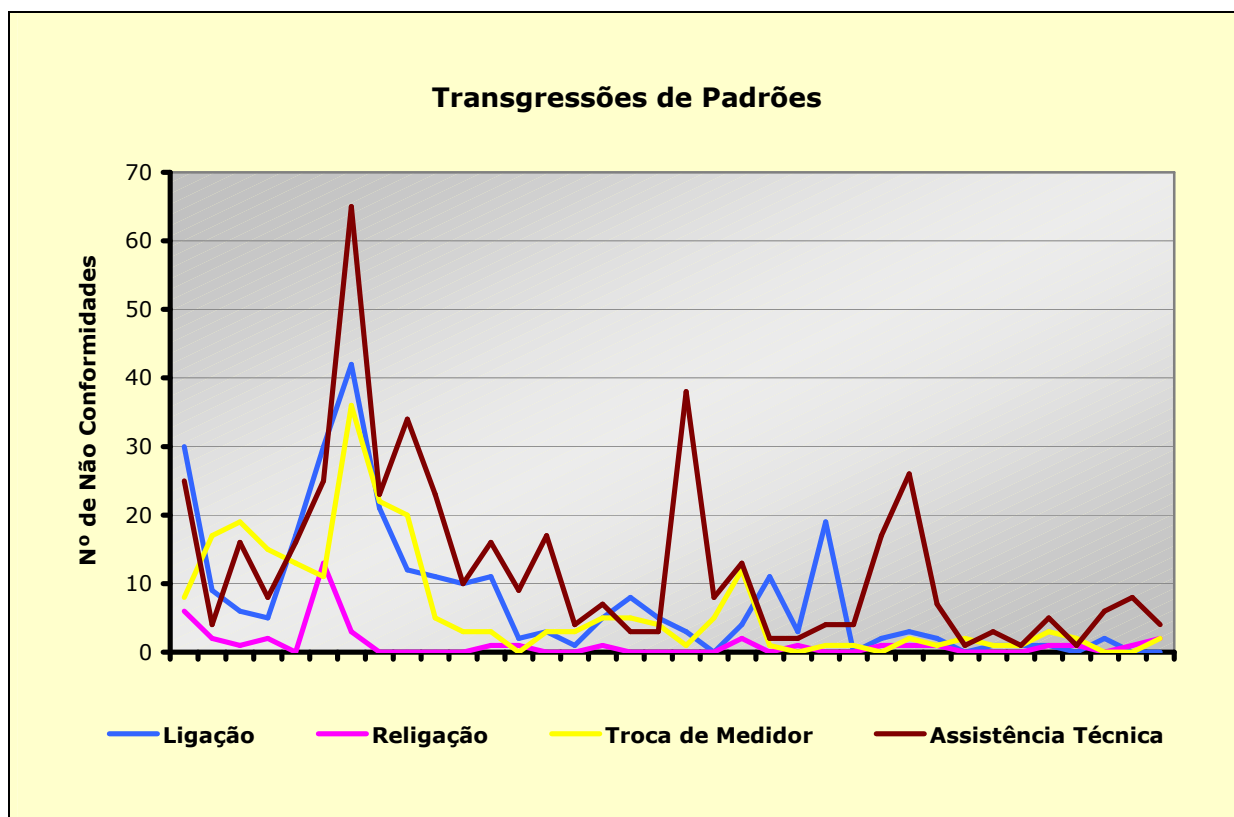
➤ **Atendimento Comercial:**

• **Indicadores Comerciais Individuais:**

Os principais Indicadores do Atendimento Comercial Individual, objeto dessa análise de desempenho, são os que se seguem:

- Prazo máximo para atendimento a pedido de ligação - por classe de pressão;
- Prazo máximo para atendimento a pedido de religação, após o encerramento do motivo que gerou a suspensão do fornecimento de gás;
- Prazo máximo para troca de medidor, na ocorrência de defeito no(s) equipamento(s) instalado(s) no Usuário;
- Prazo máximo para execução de serviços de assistência técnica, após aceitação do orçamento correspondente pelo Usuário

Indicadores Individuais					
Mês/Ano	Número de Não Conformidades				
	Ligação	Religação	Troca de Medidor	Assistência Técnica	Total Mensal
01/02	30	6	8	25	69
02/02	9	2	17	4	32
03/02	6	1	19	16	42
04/02	5	2	15	8	30
05/02	17	-	13	16	46
06/02	30	13	11	25	79
07/02	42	3	36	65	146
08/02	21	-	22	23	66
09/02	12	-	20	34	66
10/02	11	-	5	23	39
11/02	10	-	3	10	23
12/02	11	1	3	16	31
01/03	2	1	-	9	12
02/03	3	-	3	17	23
03/03	1	-	3	4	8
04/03	5	1	5	7	18
05/03	8	-	5	3	16
06/03	5	-	4	3	12
07/03	3	-	1	38	42
08/03	-	-	5	8	13
09/03	4	2	12	13	31
10/03	11	-	1	2	14
11/03	3	1	-	2	6
12/03	19	-	1	4	24
01/04	-	-	1	4	5
02/04	2	1	-	17	20
03/04	3	1	2	26	32
04/04	2	1	1	7	11
05/04	-	-	2	1	3
06/04	1	-	1	3	5
07/04	1	-	1	1	3
08/04	1	1	3	5	10
09/04	-	1	2	1	4
10/04	2	-	-	6	8
11/04	-	1	-	8	9
12/04	-	2	2	4	8
TOTAL	280	41	227	458	1.006



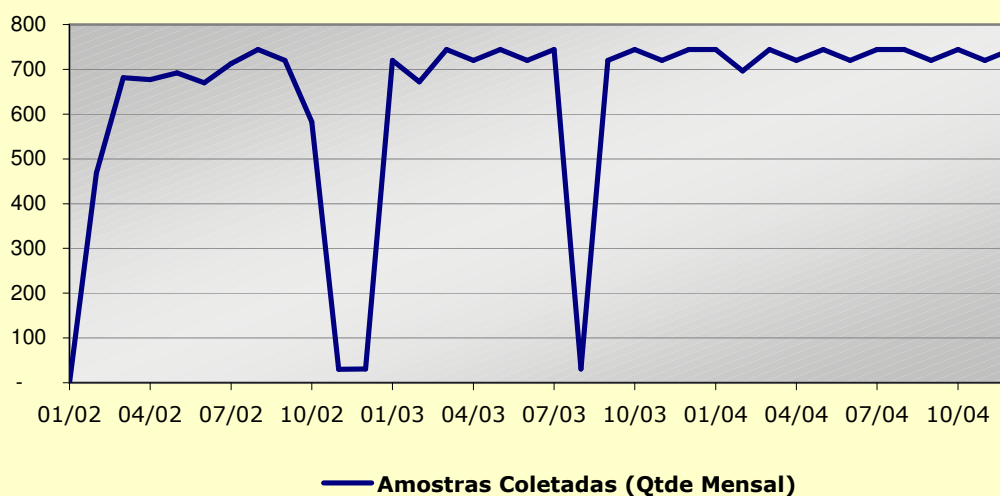
CONCESSIONÁRIA: GAS NATURAL SPS

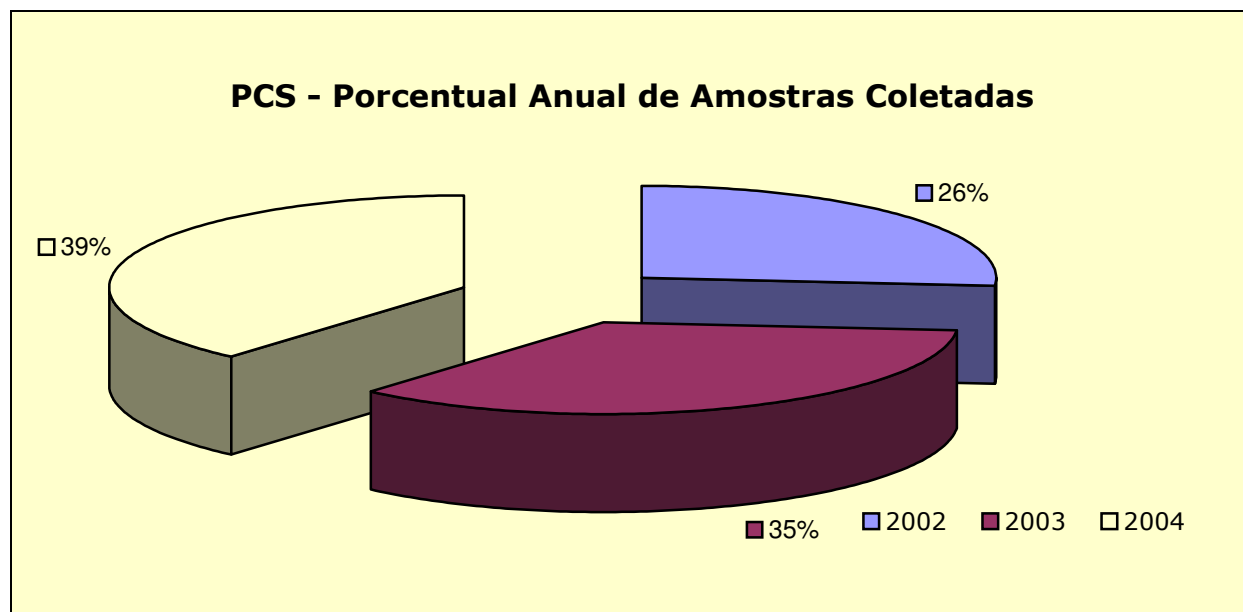
A Gas Natural São Paulo Sul S.A. iniciou a distribuição de gás natural em 07/02/2002. Em dezembro de 2004 apresentava 661,4 km de redes em operação (com diâmetro igual ou maior que 4"), construídas a partir de 2 Estações de Transferência de Custódia, 12 Estações de Controle de Pressão e 12.574 Usuários, sendo 126 industriais, 13 automotivos, 414 comerciais e 12.021 residenciais.

- **Poder Calorífico Superior (PCS):**

PODER CALORÍFICO SUPERIOR - PCS						
MÊS	Amostras Coletadas (Qtde Mensal)			Amostras Coletadas (Percentual)		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro	-	720	744	-	8,97	8,47
Fevereiro	468	672	696	7,79	8,38	7,92
Março	681	744	744	11,33	9,27	8,47
Abril	677	720	720	11,27	8,97	8,20
Maio	692	744	744	11,52	9,27	8,47
Junho	670	720	720	11,15	8,97	8,20
Julho	713	744	744	11,87	9,27	8,47
Agosto	744	31	744	12,38	0,39	8,47
Setembro	720	720	720	11,98	8,97	8,20
Outubro	583	744	744	9,70	9,27	8,47
Novembro	30	720	720	0,50	8,97	8,20
Dezembro	31	744	744	0,52	9,27	8,47
TOTAL	6.009	8.023	8.784	100,00	100,00	100,00

PCS - Quantidade Mensal de Amostras Coletadas

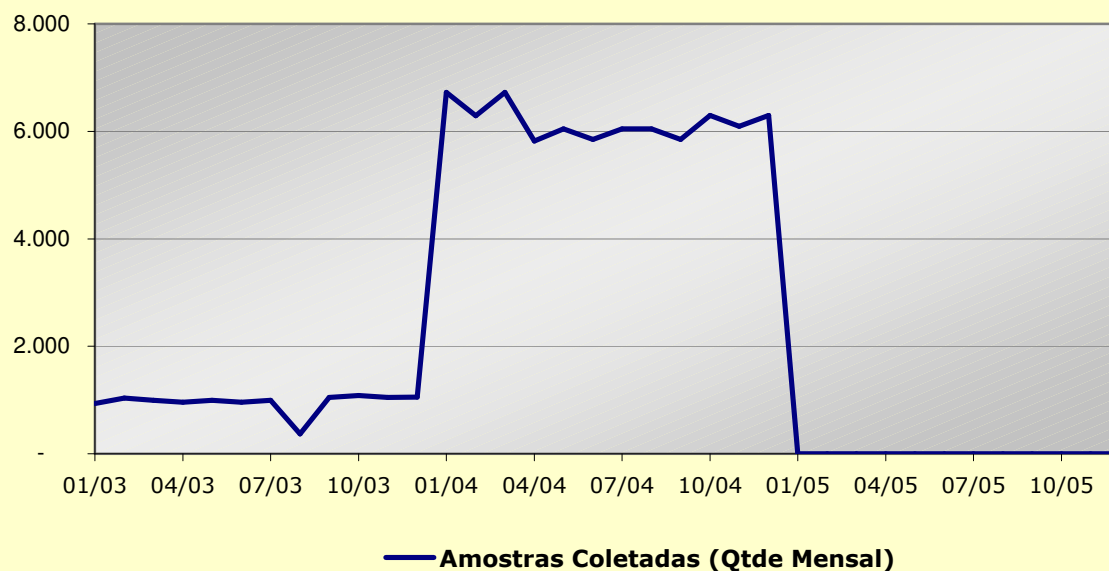




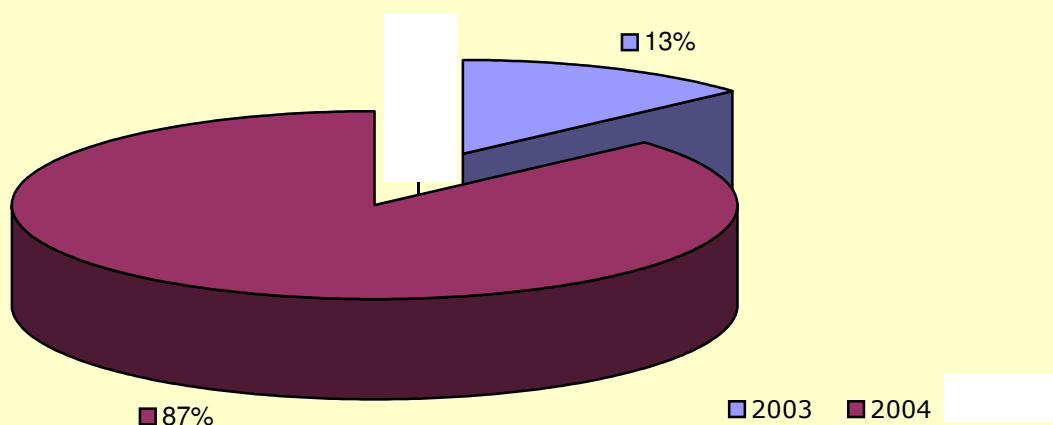
- Características Físico Químicas (CFQ):

CARACTERÍSTICAS FÍSICO QUÍMICAS - CFQ				
MÊS	Amostras Coletadas (Qtde Mensal)		Amostras Coletadas (Porcentual)	
	2003	2004	2003	2004
Janeiro	936	6.727	8,15	9,08
Fevereiro	1.036	6.293	9,03	8,49
Março	992	6.727	8,64	9,08
Abril	960	5.820	8,36	7,86
Mai	992	6.045	8,64	8,16
Junho	960	5.850	8,36	7,90
Julho	992	6.045	8,64	8,16
Agosto	372	6.045	3,24	8,16
Setembro	1.050	5.850	9,15	7,90
Outubro	1.085	6.295	9,45	8,50
Novembro	1.050	6.092	9,15	8,22
Dezembro	1.054	6.295	9,18	8,50
TOTAL	11.479	74.084	100,00	100,00

CFQ - Quantidade Mensal de Amostras Coletadas

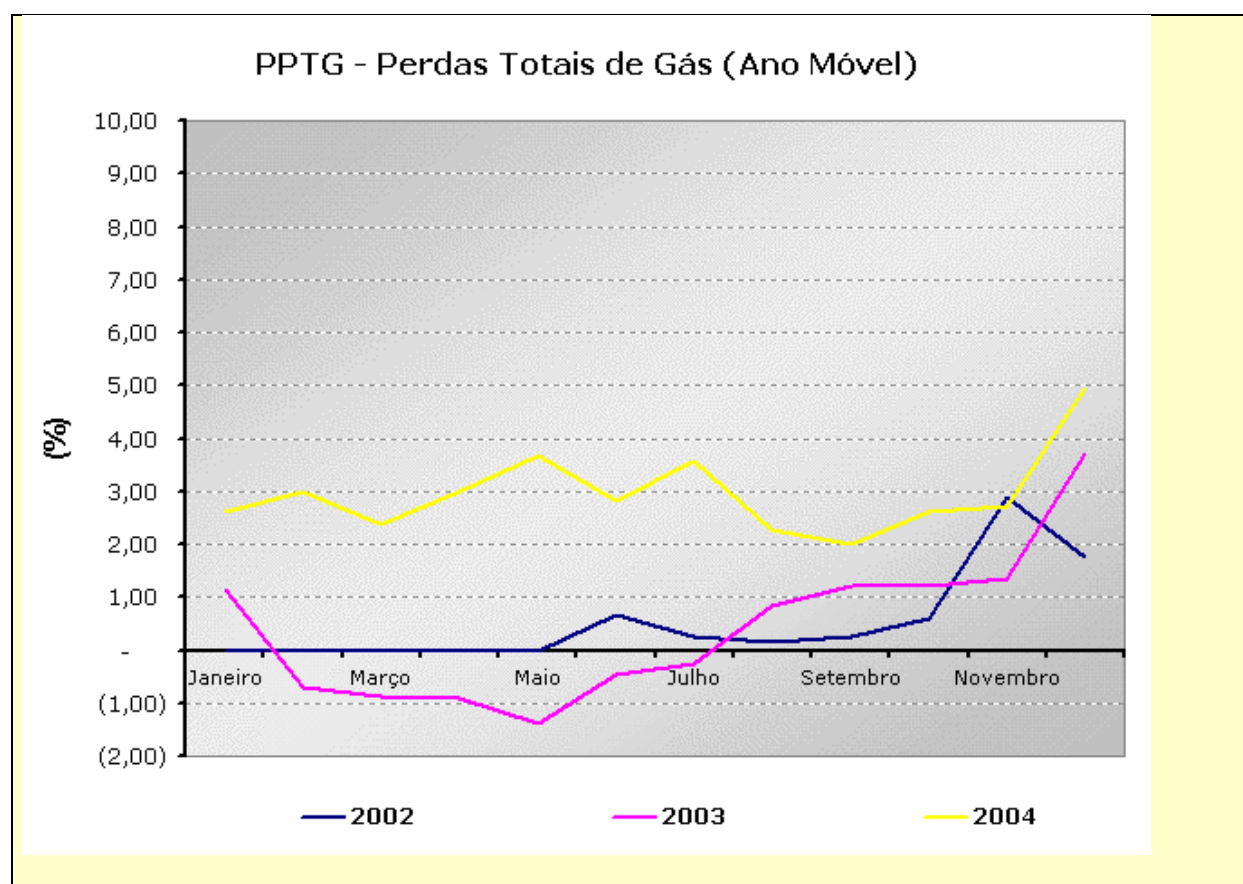


CFQ - Porcentual Anual de Amostras Coletadas



- Porcentagem de Perdas Totais de Gás (PPTG):

PORCENTAGEM DE PERDAS TOTAIS DE GÁS - PPTG - GLOBAL						
MÊS	m³ (Ano Móvel)			% (Ano Móvel)		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro	-	274.176	2.649.043	-	1,13	2,62
Fevereiro	-	(206.554)	3.322.146	-	(0,69)	2,98
Março	-	(311.169)	2.938.571	-	(0,87)	2,39
Abril	-	(375.555)	4.005.454	-	(0,90)	3,00
Maio	-	(663.489)	5.347.862	-	(1,38)	3,68
Junho	9.800	(252.505)	4.387.698	0,68	(0,47)	2,81
Julho	9.800	(161.068)	5.968.188	0,27	(0,27)	3,58
Agosto	9.800	530.612	4.077.133	0,17	0,83	2,29
Setembro	21.022	869.165	3.771.082	0,27	1,20	2,01
Outubro	64.361	993.901	5.111.552	0,61	1,23	2,61
Novembro	427.612	1.170.290	5.627.932	2,88	1,35	2,73
Dezembro	332.864	3.421.035	11.005.525	1,75	3,70	4,95



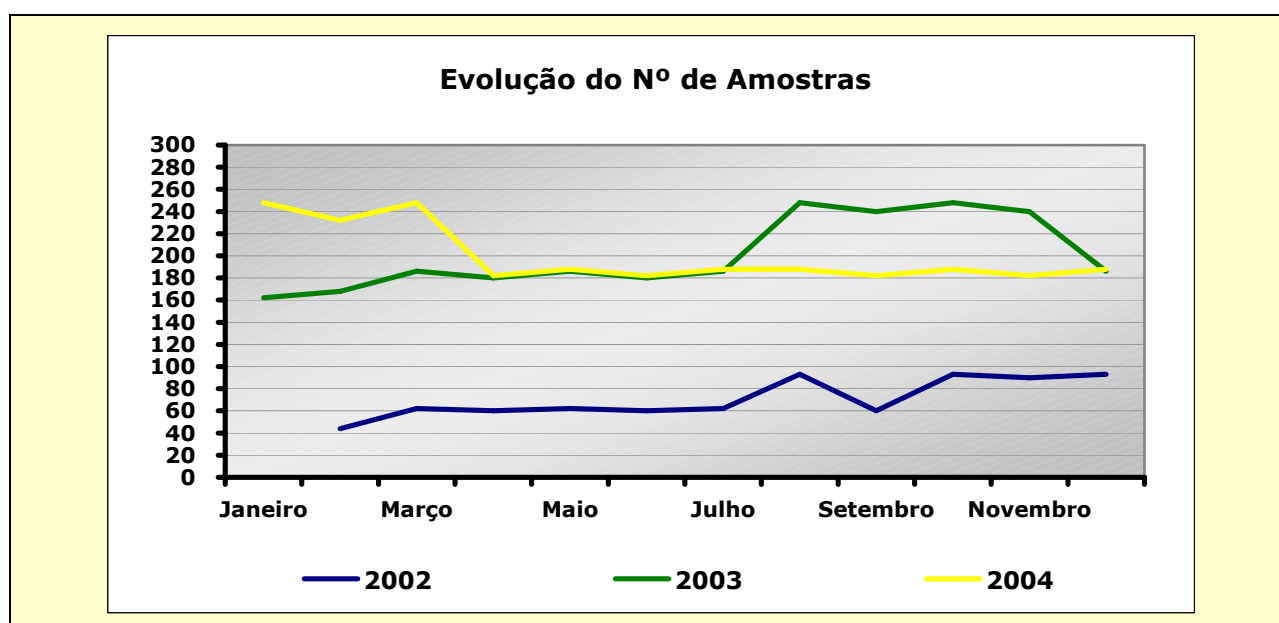
O PPTG negativo não é, desde logo, expressão de que houve maior volume de faturamento do que o de compra. Em princípio, a diferença a maior de volume de faturamento pode ser decorrente de descasamento entre o período de suprimento (compra) e o de fornecimento (venda), devendo, portanto, a diferença ser compensada em período subsequente.

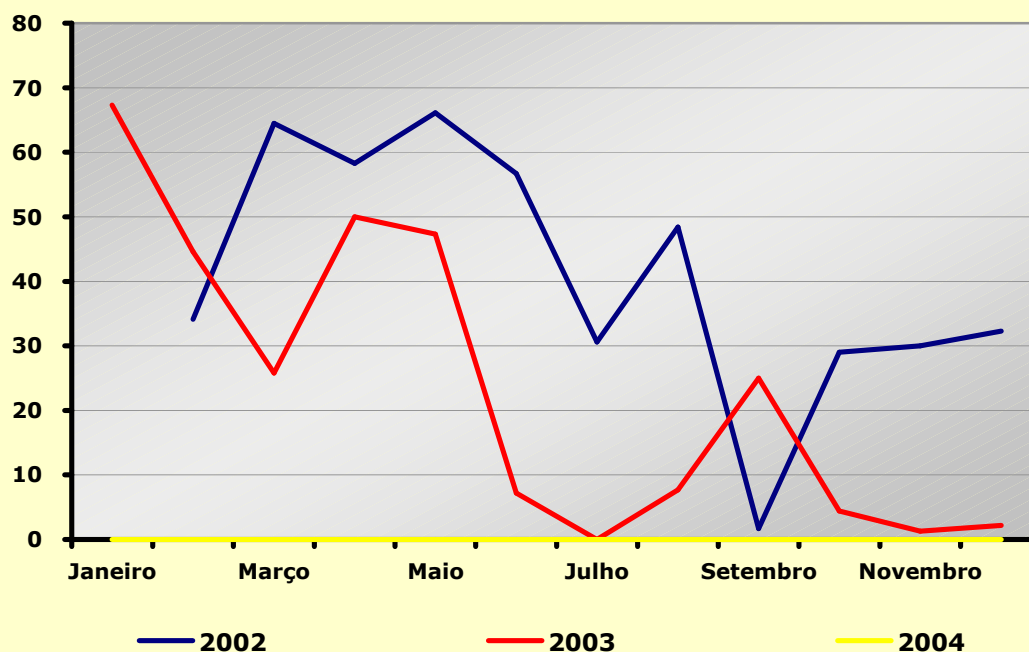
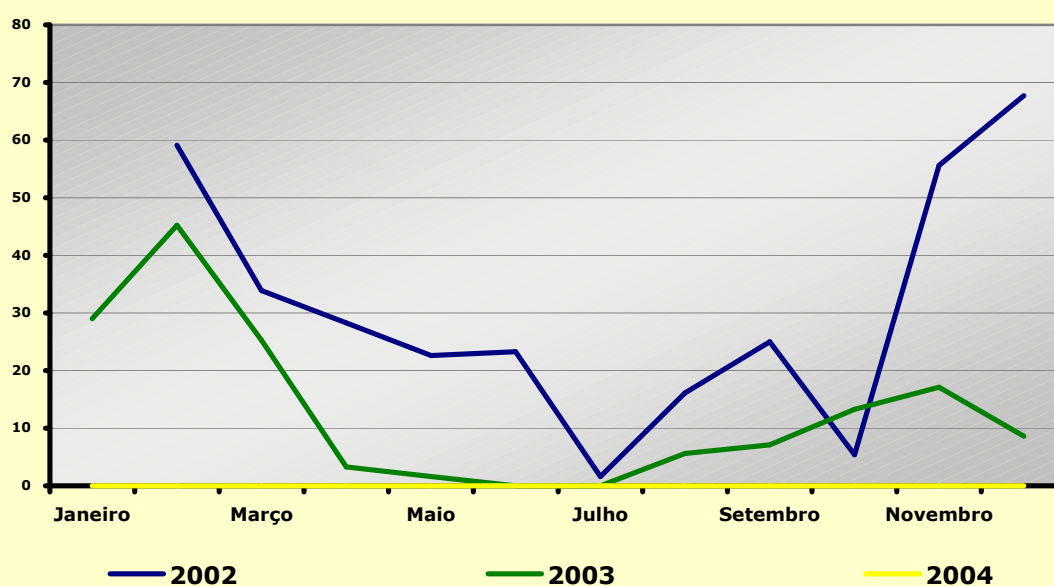
➤ **Segurança no Fornecimento:**

• **Concentração de Odorante no Gás – COG:**

CONCENTRAÇÃO DE ODORANTE NO GÁS – COG															
Mês	Nº Amostras Coletadas			Abaixo do Padrão Mínimo						Abaixo do Padrão Máximo					
				Quant < 15 mg/m³			Média %			Quant > 25 mg/m³			Média %		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro		162	248		109	0		67,3	0,0		47	0		29,0	0,0
Fevereiro	44	168	232	15	75	0	34,1	44,6	0,0	26	76	0	59,1	45,2	0,0
Março	62	186	248	40	48	0	64,5	25,8	0,0	21	47	0	33,9	25,3	0,0
Abril	60	180	182	35	90	0	58,3	50,0	0,0	17	6	0	28,3	3,3	0,0
Mai	62	186	188	41	88	0	66,1	47,3	0,0	14	3	0	22,6	1,6	0,0
Junho	60	180	182	34	13	0	56,7	7,2	0,0	14	0	0	23,3	0,0	0,0
Julho	62	186	188	19	0	0	30,6	0,0	0,0	1	0	0	1,6	0,0	0,0
Agosto	93	248	188	45	19	0	48,4	7,7	0,0	15	14	0	16,1	5,6	0,0
Setembro	60	240	182	1	60	0	1,7	25,0	0,0	15	17	0	25,0	7,1	0,0
Outubro	93	248	188	27	11	0	29,0	4,4	0,0	5	33	0	5,4	13,3	0,0
Novembro	90	240	182	27	3	0	30,0	1,3	0,0	50	41	0	55,6	17,1	0,0
Dezembro	93	186	188	30	4		32,3	2,2	0,0	63	16	0	67,7	8,6	0,0

Nota: Assinatura do Contrato de Concessão: 31/05/2000; Início de Operação da Gás Natural SPS em 07/02/2002.
Em Junho/2003 - Início Etapa de Transição.



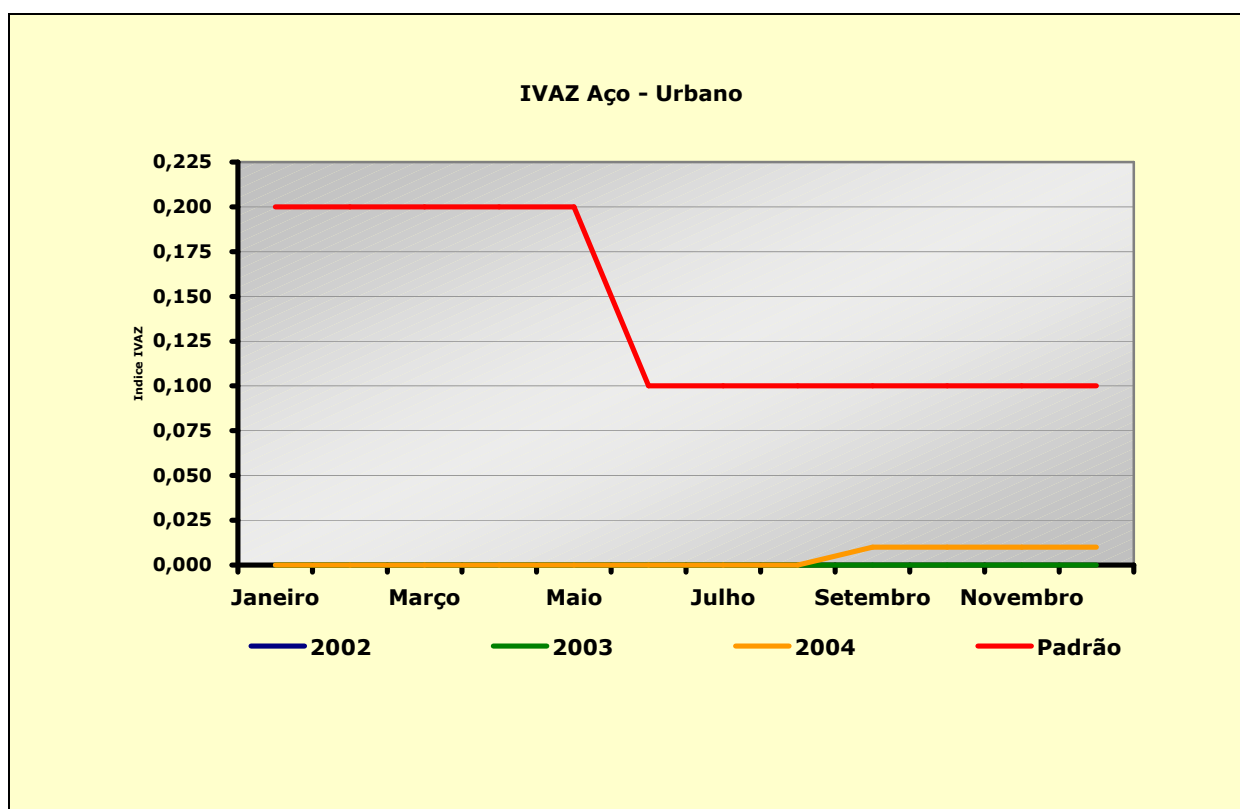
Evolução da Média Percentual : COG < 15 mg/m³**Evolução da Média Percentual : COG > 25 mg/m³**

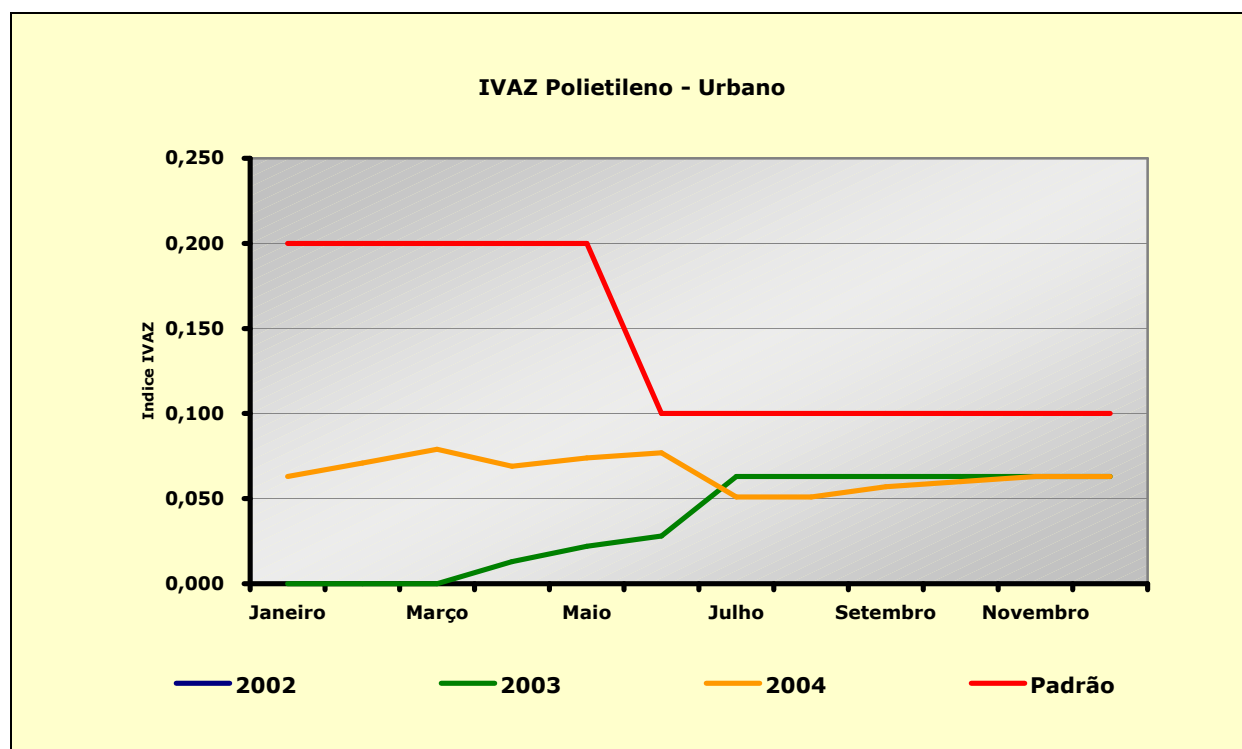
• Índice de Vazamentos nos Sistema de Distribuição de Gás (IVAZ):

ÍNDICE DE VAZAMENTOS NOS SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS - IVAZ																
Mês	AÇO								POLIETILENO							
	Urbano			Padrã	Não Urbano			Padrã	Urbano			Padrã	Não Urbano			Padrã
	2002	2003	2004		2002	2003	2004		2002	2003	2004		2002	2003	2004	
Janeiro		0,000	0,000	0,20		0,000	0,000	0,15		0,000	0,063	0,20		-	-	0,15
Fevereiro		0,000	0,000	0,20		0,000	0,000	0,15		0,000	0,071	0,20		-	-	0,15
Março		0,000	0,000	0,20		0,000	0,000	0,15		0,000	0,079	0,20		-	-	0,15
Abril		0,000	0,000	0,20		0,000	0,000	0,15		0,013	0,069	0,20		-	-	0,15
Maió		0,000	0,000	0,20		0,000	0,000	0,15		0,022	0,074	0,20		-	-	0,15
Junho		0,000	0,000	0,10		0,000	0,000	0,10		0,028	0,077	0,10		-	-	0,10
Julho		0,000	0,000	0,10		0,000	0,000	0,10		0,063	0,051	0,10		-	-	0,10
Agosto		0,000	0,000	0,10		0,000	0,000	0,10		0,063	0,051	0,10		-	-	0,10
Setembro		0,000	0,010	0,10		0,000	0,000	0,10		0,063	0,057	0,10		-	-	0,10
Outubro		0,000	0,010	0,10		0,000	0,000	0,10		0,063	0,060	0,10		-	-	0,10
Novembro		0,000	0,010	0,10		0,000	0,000	0,10		0,063	0,063	0,10		-	-	0,10
Dezembro		0,000	0,010	0,10		0,000	0,000	0,10		0,063	0,063	0,10		-	-	0,10

Nota: 1ª) O indicador IVAZ é expresso em nº de vazamentos por km de rede, por ano.

2ª) A etapa de maturidade teve início em 01.06.2003, quando, de acordo com o Contrato de Concessão, os padrões do IVAZ foram alterados da seguinte forma: Área - Urbana passou de 0,20 para 0,10 e Área não Urbana passou de 0,15 para 0,10.



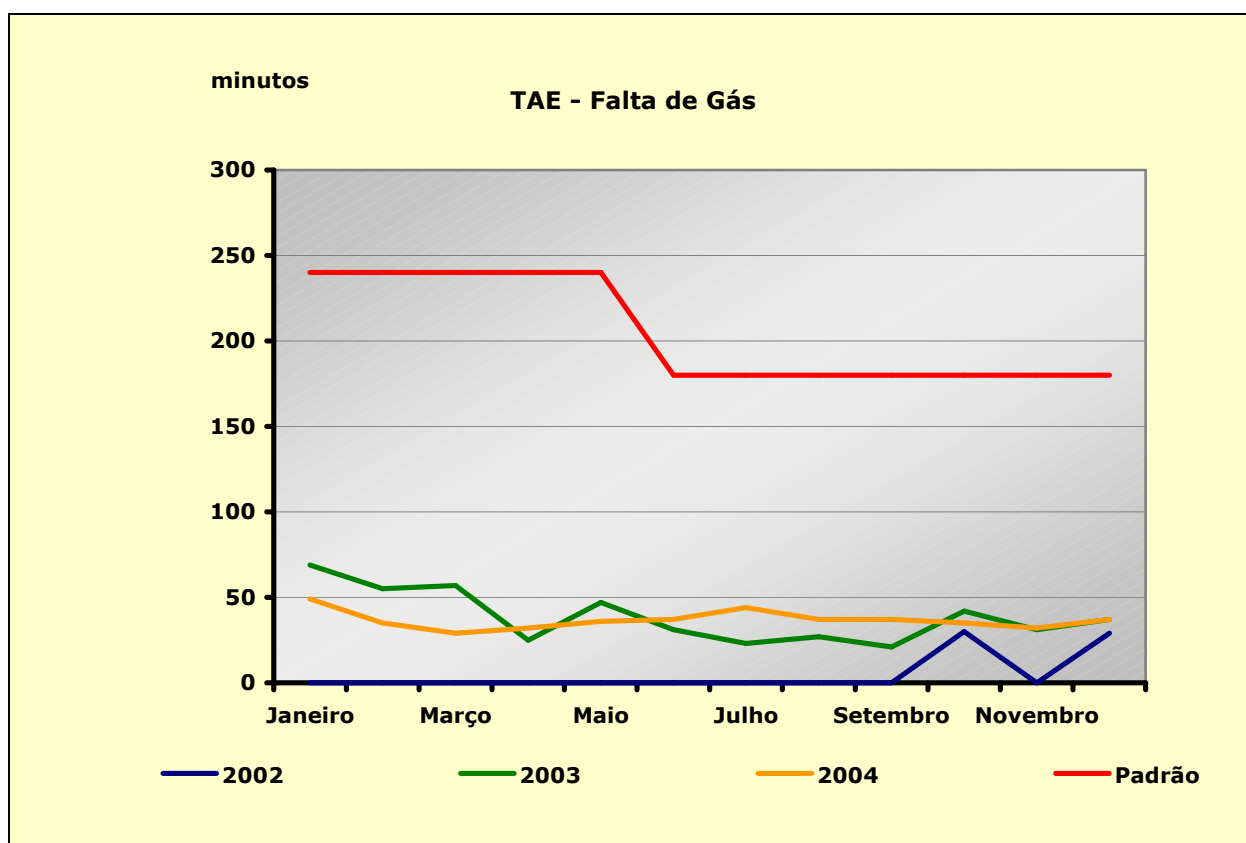
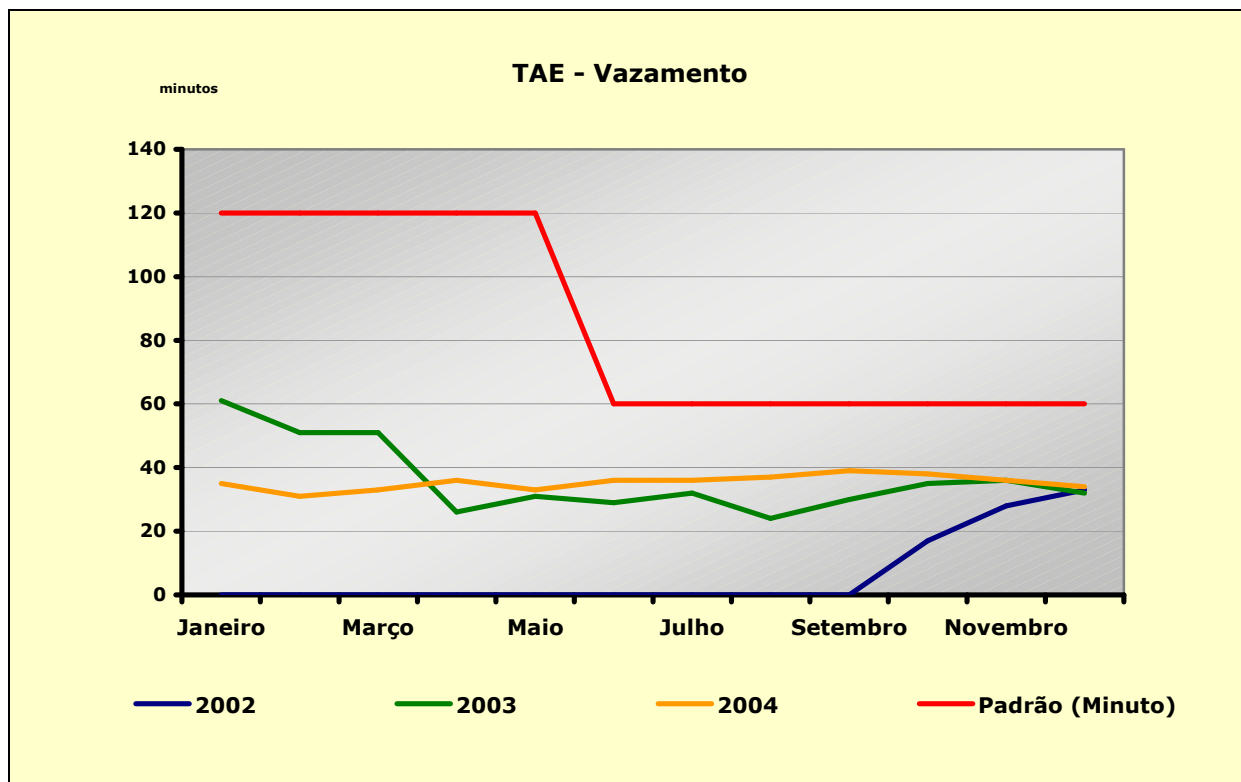


• Tempo de Atendimento de Emergência (TAE):

TEMPO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA – TAE (*)								
MÊS	VAZAMENTO			Padrão (Minuto)	FALTA DE GÁS			Padrão (Minuto)
	2002	2003	2004		2002	2003	2004	
Janeiro	0	61	35	120	0	69	49	240
Fevereiro	0	51	31	120	0	55	35	240
Março	0	51	33	120	0	57	29	240
Abril	0	26	36	120	0	25	32	240
Maio	0	31	33	120	0	47	36	240
Junho	0	29	36	60	0	31	37	180
Julho	0	32	36	60	0	23	44	180
Agosto	0	24	37	60	0	27	37	180
Setembro	0	30	39	60	0	21	37	180
Outubro	17	35	38	60	30	42	35	180
Novembro	28	36	36	60	0	31	32	180
Dezembro	33	32	34	60	29	37	37	180

(*) Contempla sistema de distribuição e instalação interna.

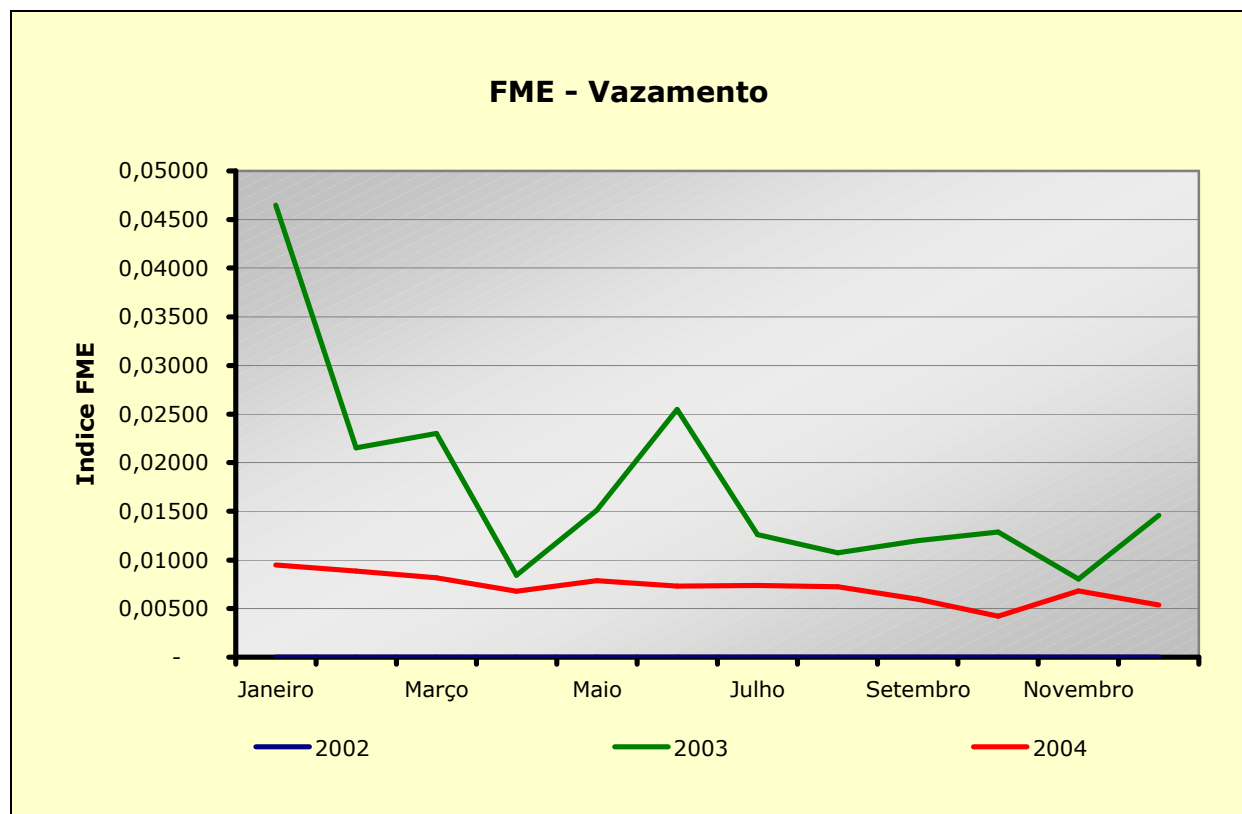
Observação: A etapa de transição teve início em 01.06.2003, quando, de acordo com o Contrato de Concessão, os padrões do TAE foram alterados da seguinte forma: Vazamento passou de 2 horas para 1 hora e Falta de Gás passou de 4 horas para 3 horas.

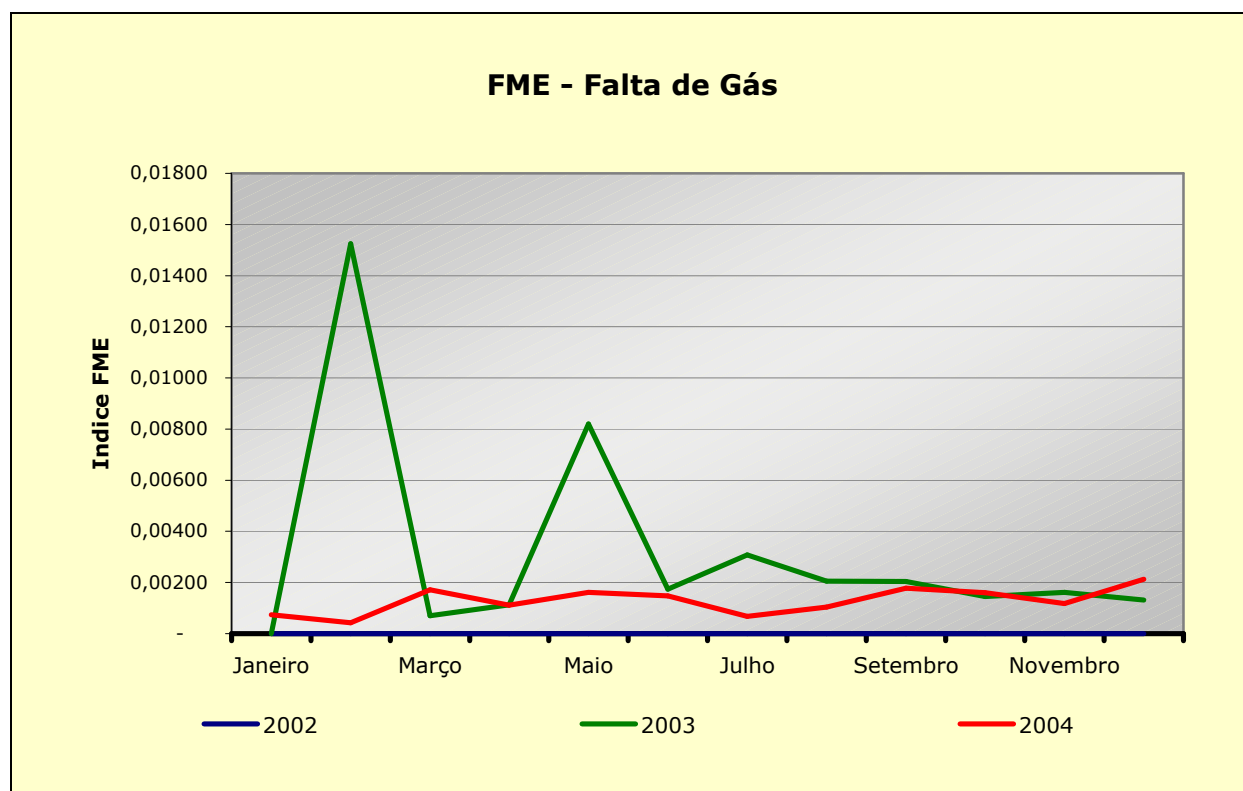


- **Frequência Média de Atendimento de Emergência (FME):**

FREQÜÊNCIA MÉDIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA – FME (*)						
MÊS	VAZAMENTO Padrão (%) = não fixado			FALTA DE GÁS Padrão (%) = não fixado		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro	-	0,04647	0,00949	-	0,00000	0,00074
Fevereiro	-	0,02153	0,00886	-	0,01525	0,00042
Março	-	0,02301	0,00819	-	0,00070	0,00172
Abril	-	0,00843	0,00679	-	0,00112	0,00111
Maio	-	0,01509	0,00788	-	0,00819	0,00162
Junho	-	0,02549	0,00731	-	0,00175	0,00148
Julho	-	0,01262	0,00739	-	0,00308	0,00068
Agosto	-	0,01076	0,00726	-	0,00205	0,00104
Setembro	-	0,01201	0,00595	-	0,00204	0,00178
Outubro	-	0,01290	0,00421	-	0,00146	0,00160
Novembro	-	0,00805	0,00682	-	0,00161	0,00118
Dezembro	-	0,01458	0,00538	-	0,00131	0,00212

(*) contempla apenas instalação interna.





➤ **Atendimento Comercial:**

A Concessionária Gas Natural SPS encaminhou, no ano de 2004, os relatórios referentes aos indicadores de qualidade do atendimento comercial, em sua área de concessão, referente ao subsistema de Itu. Na área de Concessão ocorreram atendimentos eventuais, com todos os padrões dentro dos prazos contratuais.

A quantidade de ocorrências referentes aos indicadores de atendimento comercial é ainda muito pequena para a realização de análise, aliado ao fato de que não houve nenhuma transgressão dos prazos contratuais.

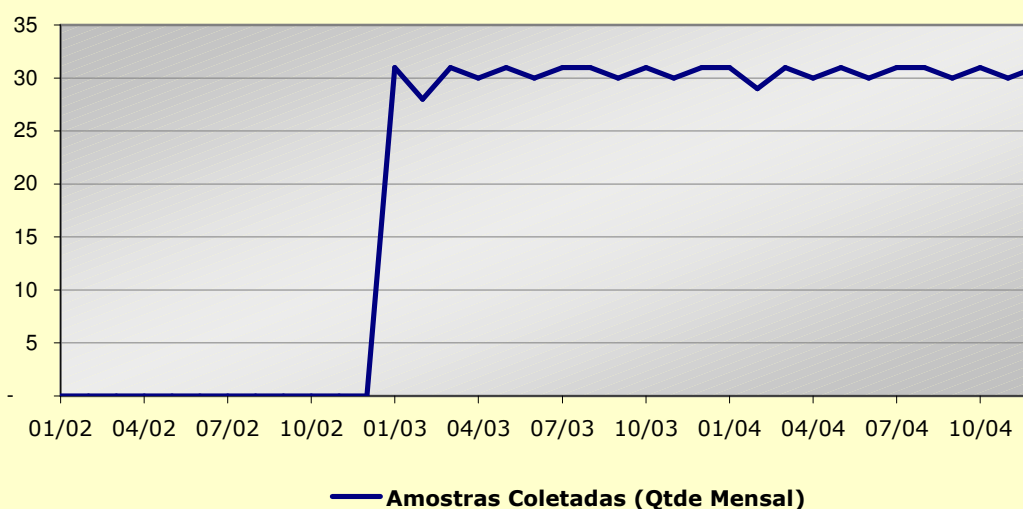
CONCESSIONÁRIA: GAS BRASILIANO DISTRIBUIDORA

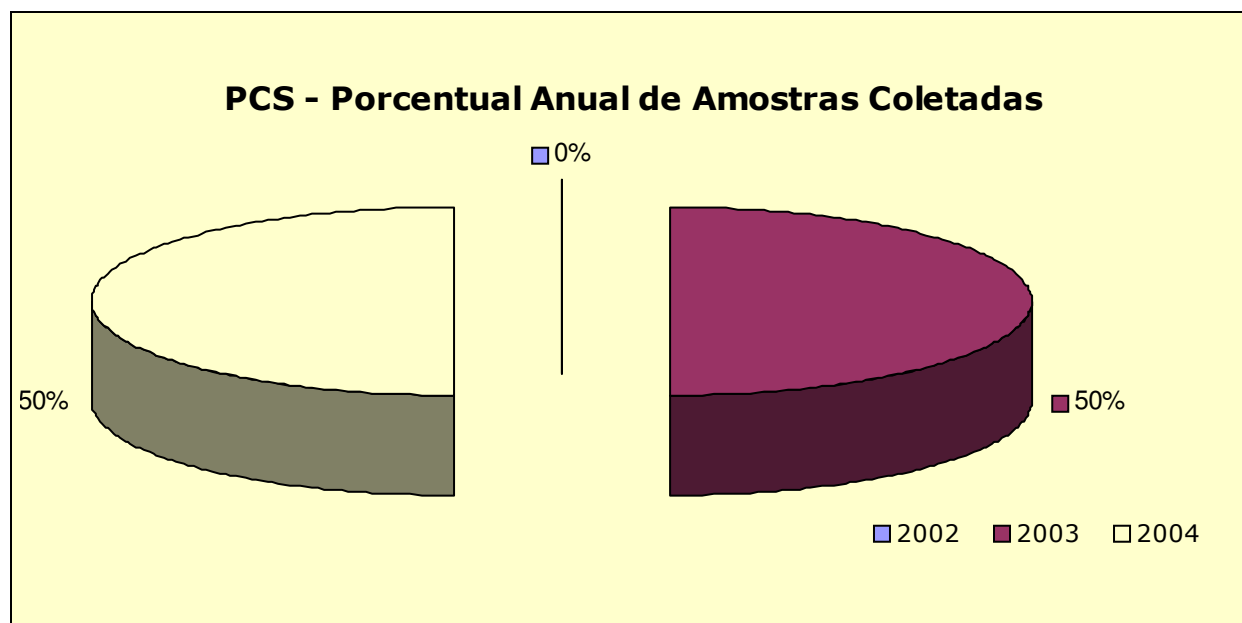
A Gás Brasileiro Distribuidora S.A., por sua vez, que iniciou a distribuição de gás natural em 06/01/2003, em dezembro de 2004 apresentava 177,45 km de redes em operação, construídas a partir de 3 Estações de Transferência de Custódia, 4 Estações de Controle de Pressão e 1319 Usuários, sendo 33 industriais, 3 automotivos, 68 comerciais e 1.211 residenciais.

- **Poder Calorífico Superior (PCS):**

PODER CALORÍFICO SUPERIOR - PCS						
MÊS	Amostras Coletadas (Qtde Mensal)			Amostras Coletadas (Porcentual)		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro	-	31	31	-	8,49	8,47
Fevereiro	-	28	29	-	7,67	7,92
Março	-	31	31	-	8,49	8,47
Abril	-	30	30	-	8,22	8,20
Maio	-	31	31	-	8,49	8,47
Junho	-	30	30	-	8,22	8,20
Julho	-	31	31	-	8,49	8,47
Agosto	-	31	31	-	8,49	8,47
Setembro	-	30	30	-	8,22	8,20
Outubro	-	31	31	-	8,49	8,47
Novembro	-	30	30	-	8,22	8,20
Dezembro	-	31	31	-	8,49	8,47
TOTAL	-	365	366	-	100,00	100,00

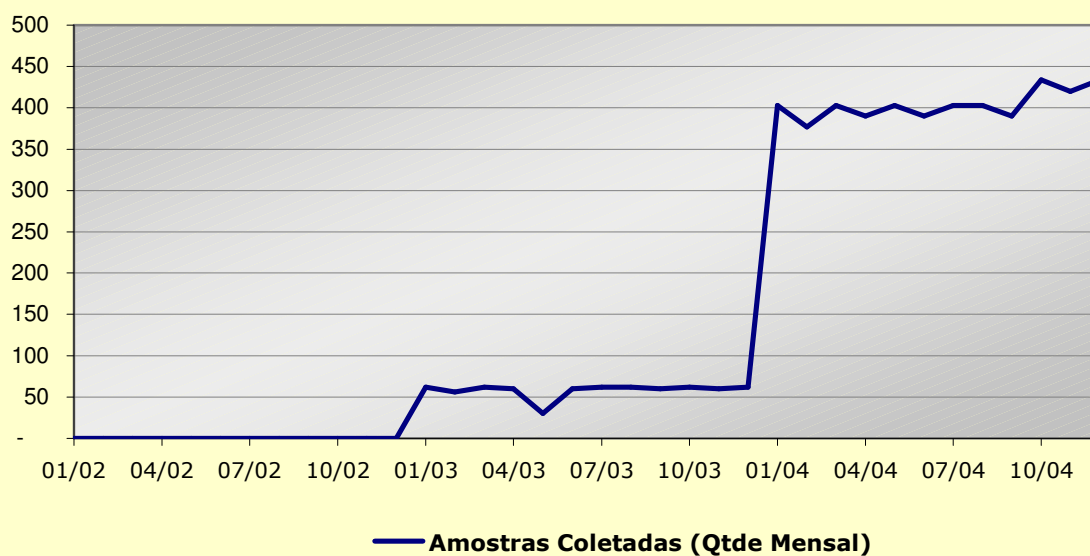
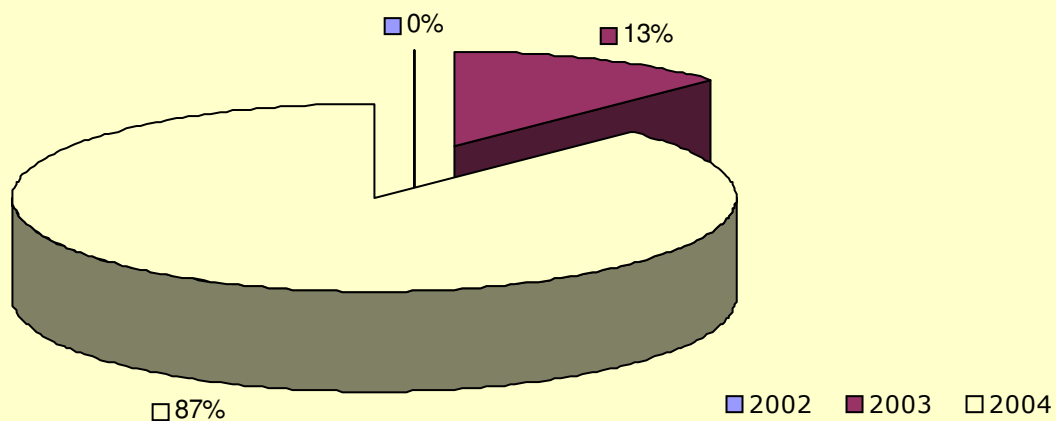
PCS - Quantidade Mensal de Amostras Coletadas





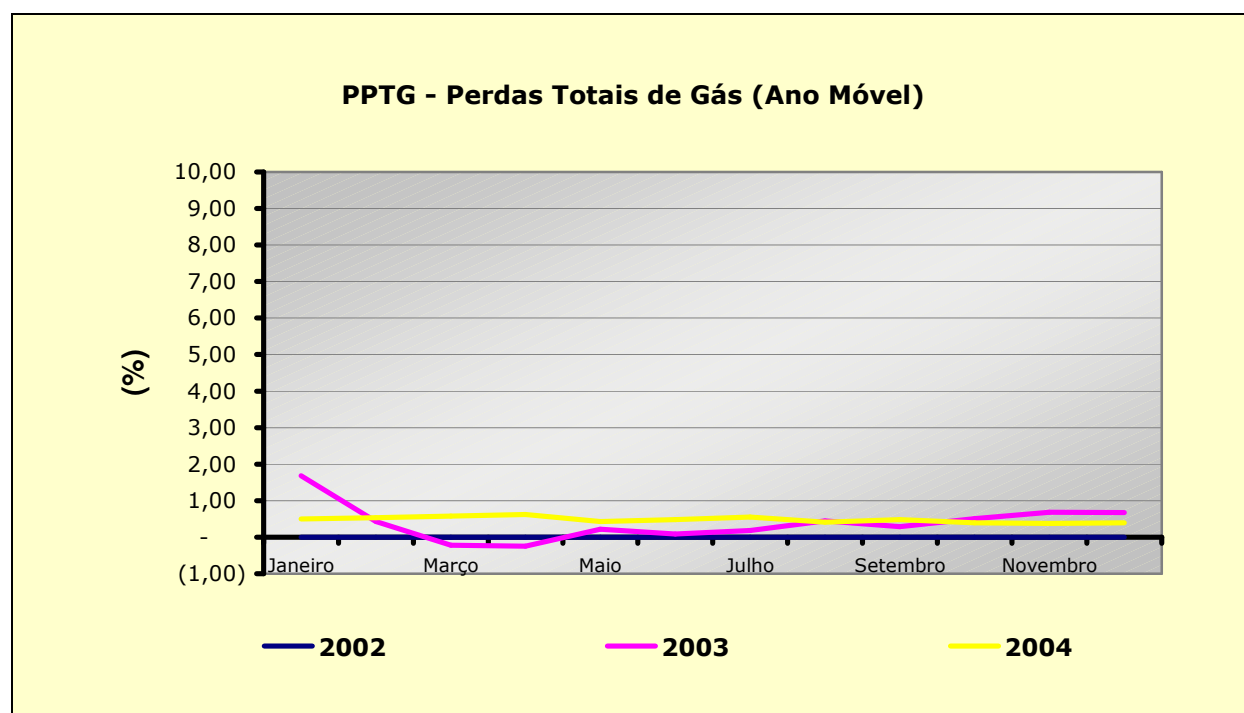
- Características Físico Químicas (CFQ):

CARACTERÍSTICAS FÍSICO QUÍMICAS - CFQ						
MÊS	Amostras Coletadas (Qtde Mensal)			Amostras Coletadas (Porcentual)		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro	-	62	403		8,88	8,31
Fevereiro	-	56	377		8,02	7,77
Março	-	62	403		8,88	8,31
Abril	-	60	390		8,60	8,04
Mai	-	30	403		4,30	8,31
Junho	-	60	390		8,60	8,04
Julho	-	62	403		8,88	8,31
Agosto	-	62	403		8,88	8,31
Setembro	-	60	390		8,60	8,04
Outubro	-	62	434		8,88	8,95
Novembro	-	60	420		8,60	8,66
Dezembro	-	62	434		8,88	8,95
TOTAL	-	698	4.850		100,00	100,00

CFQ - Quantidade Mensal de Amostras Coletadas**CFQ - Porcentual Anual de Amostras Coletadas**

- **Porcentagem de Perdas Totais de Gás (PPTG):**

PORCENTAGEM DE PERDAS TOTAIS DE GÁS - PPTG - GLOBAL						
MÊS	m³ (Ano Móvel)			% (Ano Móvel)		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro	-	13.498	209.947	-	1,68	0,50
Fevereiro	-	9.020	237.794	-	0,43	0,53
Março	-	(8.329)	277.207	-	(0,22)	0,58
Abril	-	(14.248)	309.680	-	(0,25)	0,62
Maio	-	18.587	228.047	-	0,22	0,43
Junho	-	10.708	260.917	-	0,09	0,48
Julho	-	27.825	310.826	-	0,18	0,55
Agosto	-	94.074	230.513	-	0,45	0,41
Setembro	-	74.273	281.872	-	0,29	0,48
Outubro	-	153.639	242.682	-	0,51	0,39
Novembro	-	230.935	257.038	-	0,68	0,38
Dezembro	-	256.597	278.500	-	0,67	0,39



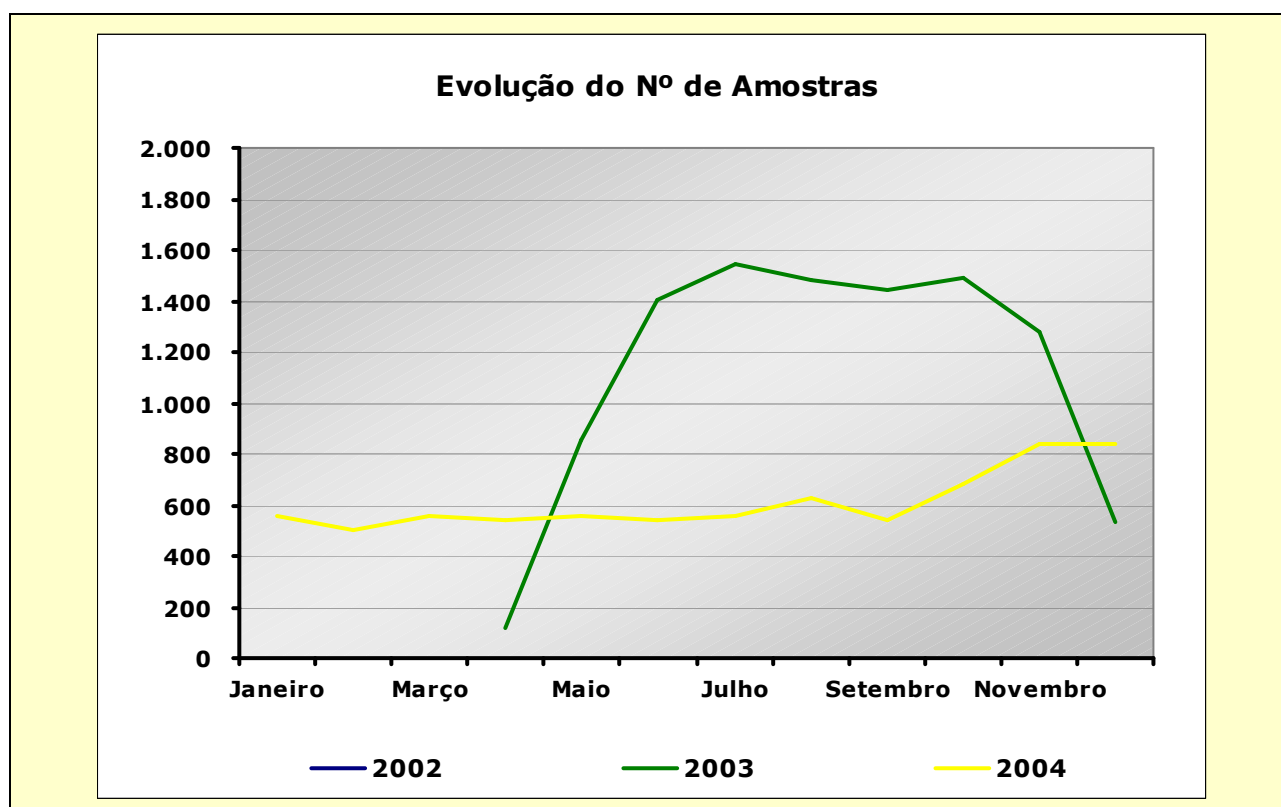
Nota: PPTG negativo não é, desde logo, expressão de que houve maior volume de faturamento do que o de compra. Em princípio, a diferença a maior de volume de faturamento pode ser decorrente de descasamento entre o período de suprimento (compra) e o de fornecimento (venda), devendo, portanto, a diferença ser compensada em período subsequente.

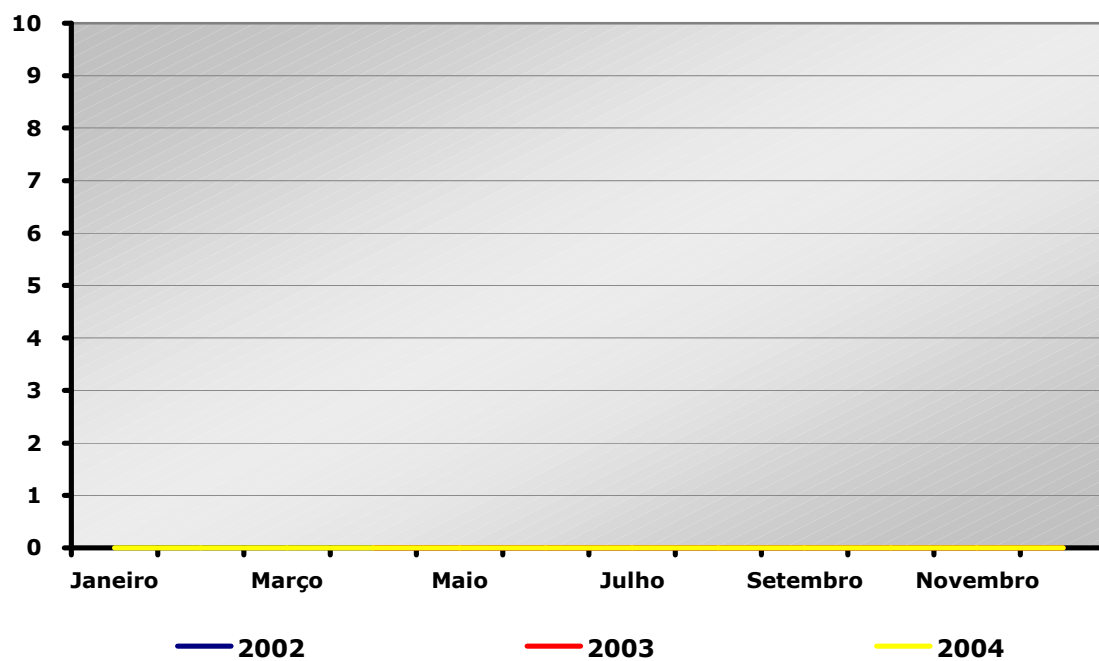
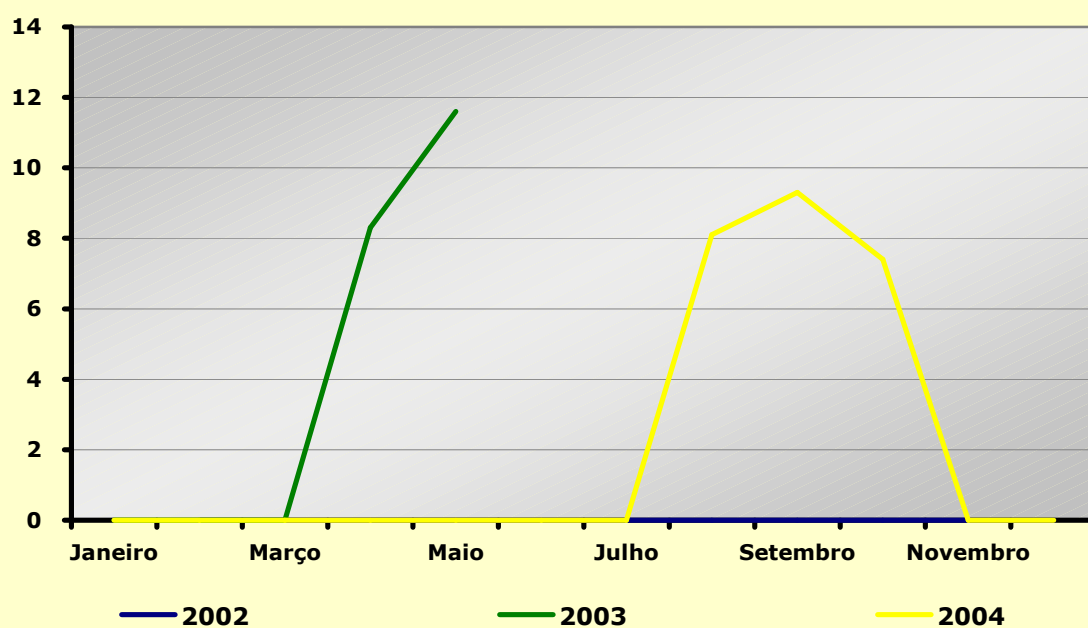
➤ **Segurança no Fornecimento:**

- **Concentração de Odorante no Gás – COG:**

CONCENTRAÇÃO DE ODORANTE NO GÁS – COG															
Mês	Nº Amostras Coletadas			Abaixo do Padrão Mínimo						Abaixo do Padrão Máximo					
				Quant < 15 mg/m³			Média %			Quant > 25 mg/m³			Média %		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro			558			0			0,0			0			0,0
Fevereiro			502			0			0,0			0			0,0
Março			558			0			0,0			0			0,0
Abril		120	540		0	0		0,0	0,0		10	0		8,3	0,0
Mai		856	558		0	0		0,0	0,0		99	0		11,6	0,0
Junho		1.403	540		0	0		0,0	0,0		107	0			0,0
Julho		1.548	558		0	0		0,0	0,0		2	0			0,0
Agosto		1.479	626		0	0		0,0	0,0		2	51			8,1
Setembro		1.442	540		0	0		0,0	0,0		0	50			9,3
Outubro		1.487	686		0	0		0,0	0,0		0	51			7,4
Novembro		1.277	840		0	0		0,0	0,0		0	0			0,0
Dezembro		537	837		0	0		0,0	0,0		0	0			0,0

Nota: Assinatura do Contrato de Concessão: 31/05/2000. Início de Operação da Gás Natural SPS em 07/02/2002.-Em Junho/2003 - Início Etapa de Transição.

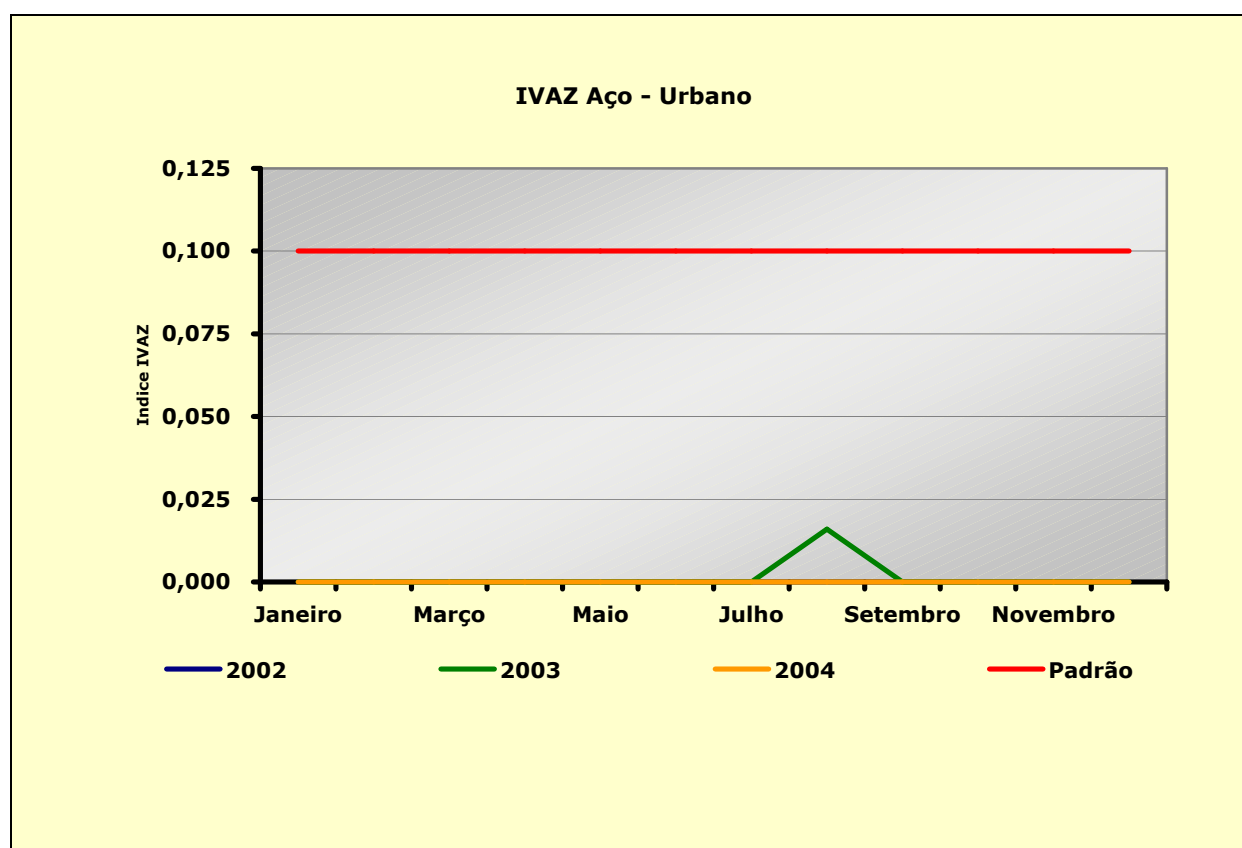


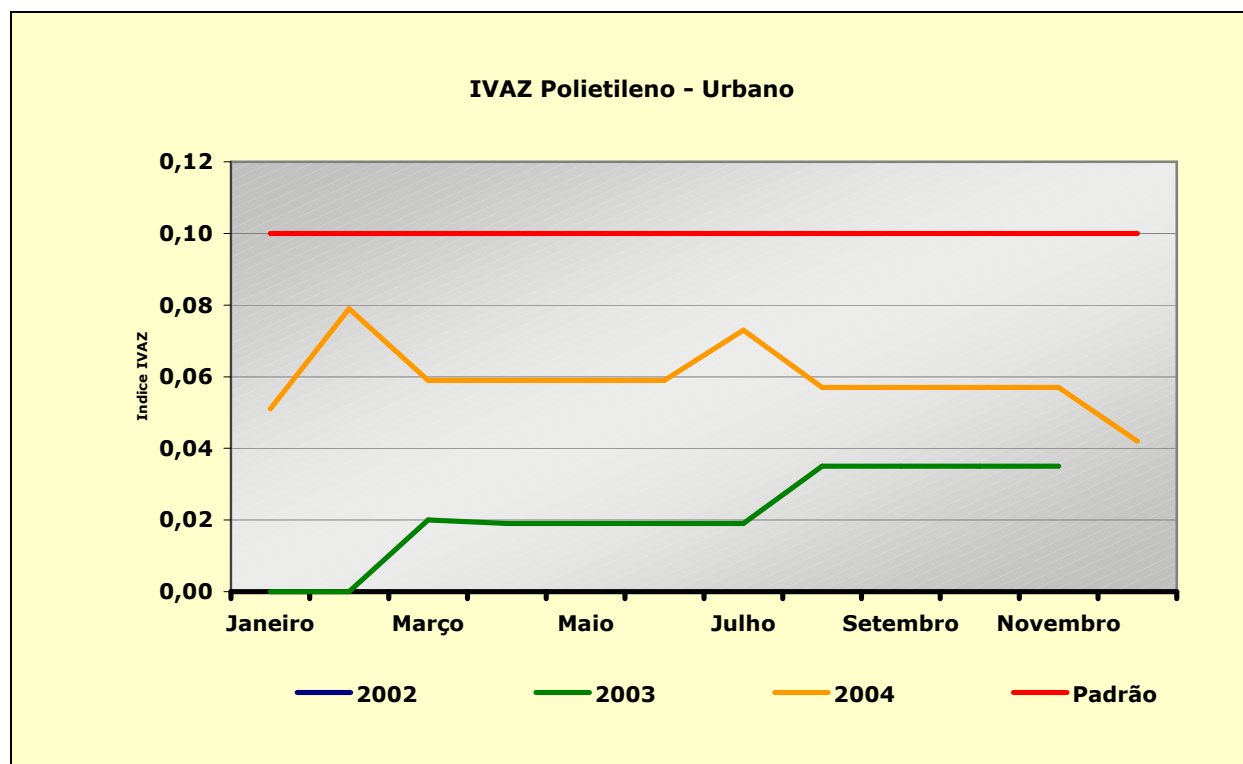
Evolução da Média Percentual : COG < 15 mg/m³**Evolução da Média Percentual : COG > 25 mg/m³**

• Índice de Vazamentos nos Sistema de Distribuição de Gás (IVAZ):

Mês	AÇO								POLIETILENO							
	Urbano			Padrão	Não Urbano			Padrão	Urbano			Padrão	Não Urbano			Padrão
	2002	2003	2004		2002	2003	2004		2002	2003	2004		2002	2003	2004	
Janeiro		0,000	0,000	0,10		0,000	0,000	0,10		0,000	0,051	0,10		-	-	0,10
Fevereiro		0,000	0,000	0,10		0,000	0,014	0,10		0,000	0,079	0,10		-	-	0,10
Março		0,000	0,000	0,10		0,000	0,014	0,10		0,020	0,059	0,10		-	-	0,10
Abril		0,000	0,000	0,10		0,000	0,014	0,10		0,019	0,059	0,10		-	-	0,10
Mai		0,000	0,000	0,10		0,000	0,014	0,10		0,019	0,059	0,10		-	-	0,10
Junho		0,000	0,000	0,10		0,000	0,014	0,10		0,019	0,059	0,10		-	-	0,10
Julho		0,000	0,000	0,10		0,000	0,014	0,10		0,019	0,073	0,10		-	-	0,10
Agosto		0,016	0,000	0,10		0,000	0,014	0,10		0,035	0,057	0,10		-	-	0,10
Setembro		0,000	0,000	0,10		0,000	0,014	0,10		0,035	0,057	0,10		-	-	0,10
Outubro		0,000	0,000	0,10		0,000	0,014	0,10		0,035	0,057	0,10		-	-	0,10
Novembro		0,000	0,000	0,10		0,000	0,014	0,10		0,035	0,057	0,10		-	-	0,10
Dezembro		0,000	0,000	0,10		0,000	0,014	0,10		0,051	0,042	0,10		-	-	0,10

Nota: Padrão estabelecido no Contrato de Concessão em N° de vazamentos por km de rede por ano.

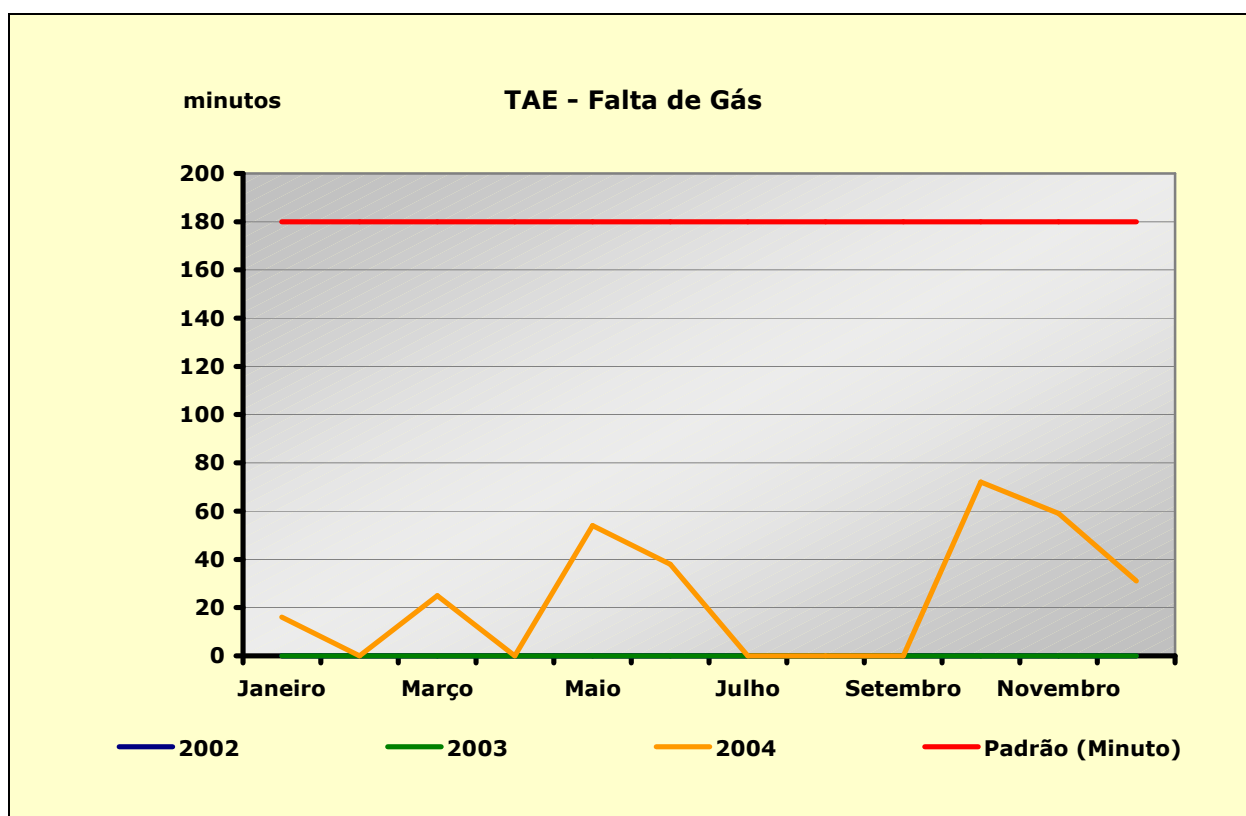
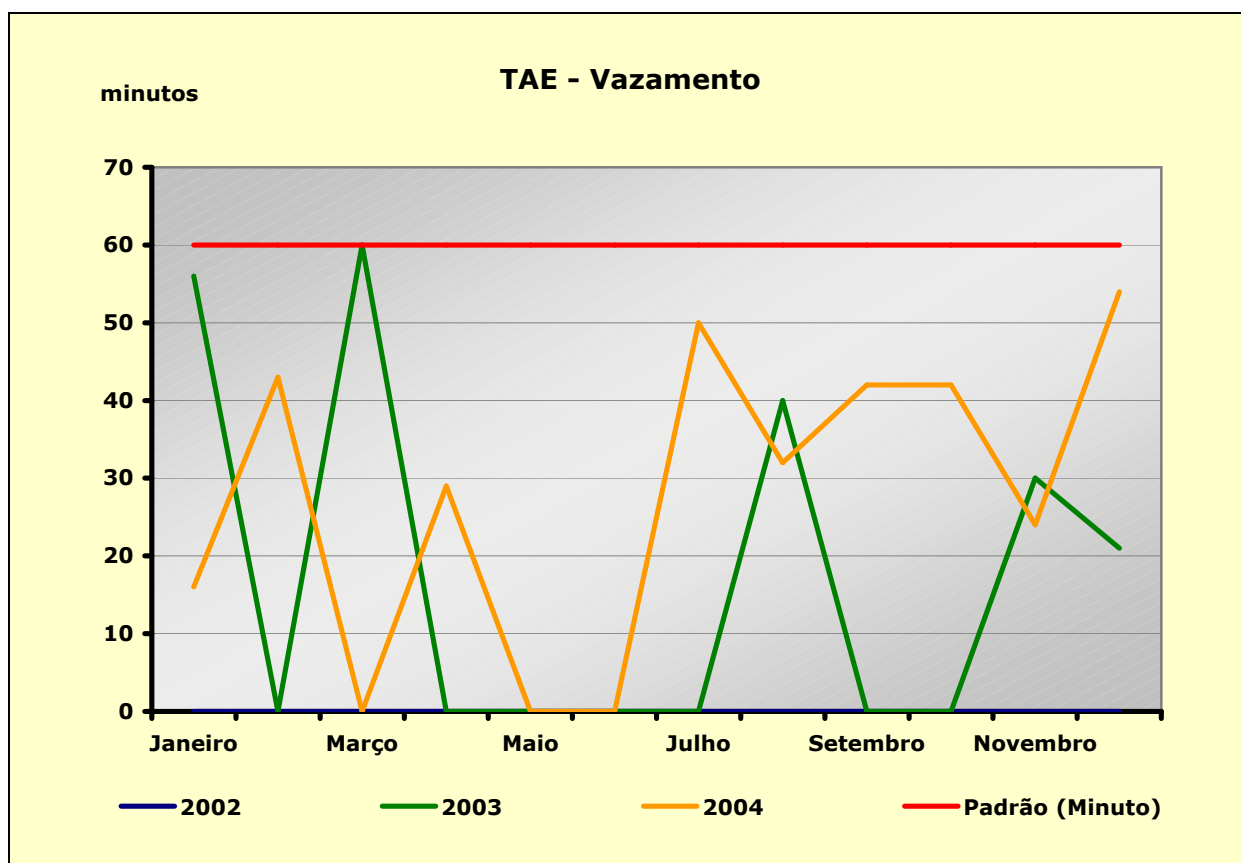




- Tempo de Atendimento de Emergência (TAE):

TEMPO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA – TAE (*)								
MÊS	VAZAMENTO			Padrão (Minuto)	FALTA DE GÁS			Padrão (Minuto)
	2002	2003	2004		2002	2003	2004	
Janeiro	0	56	16	60	0	0	16	180
Fevereiro	0	0	43	60	0	0	0	180
Março	0	60	0	60	0	0	25	180
Abril	0	0	29	60	0	0	0	180
Maio	0	0	0	60	0	0	54	180
Junho	0	0	0	60	0	0	38	180
Julho	0	0	50	60	0	0	0	180
Agosto	0	40	32	60	0	0	0	180
Setembro	0	0	42	60	0	0	0	180
Outubro	0	0	42	60	0	0	72	180
Novembro	0	30	24	60	0	0	59	180
Dezembro	0	21	54	60	0	0	31	180

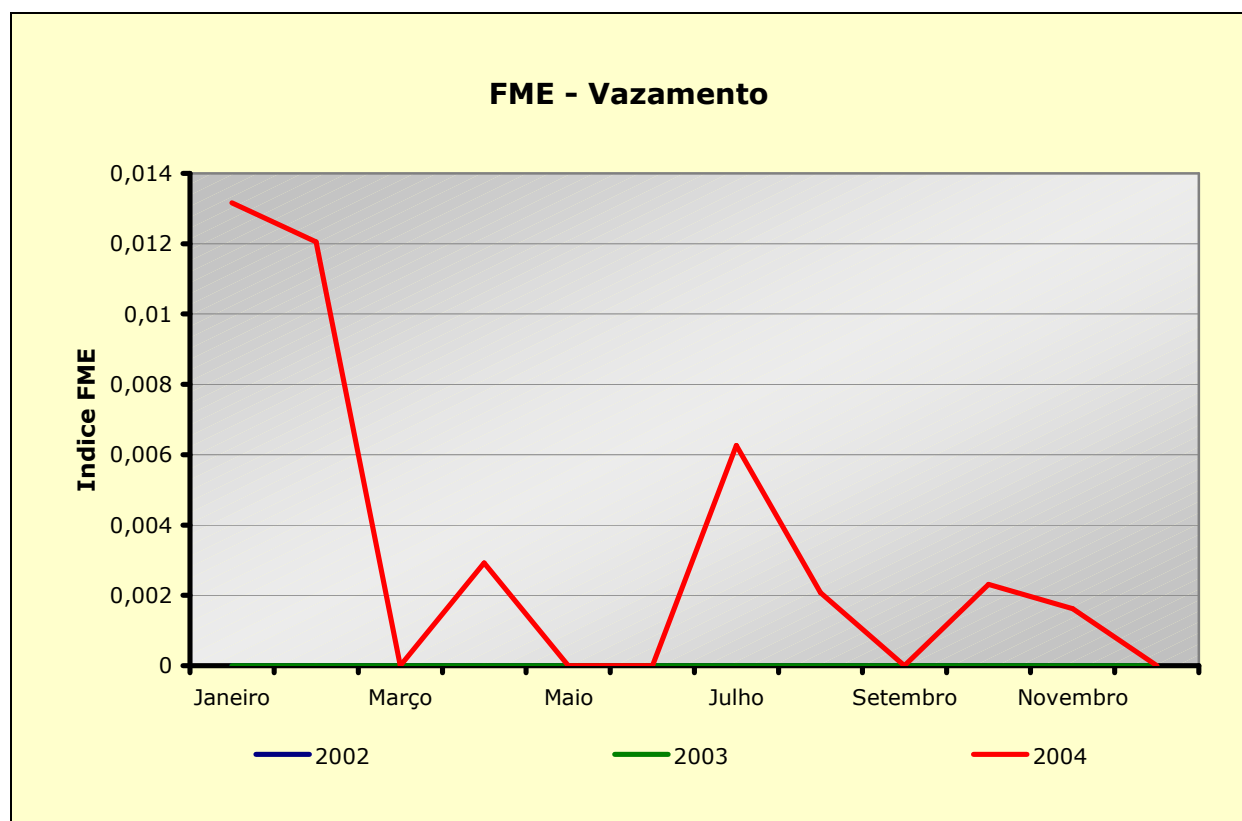
(*) Contempla sistema de distribuição e instalação interna.

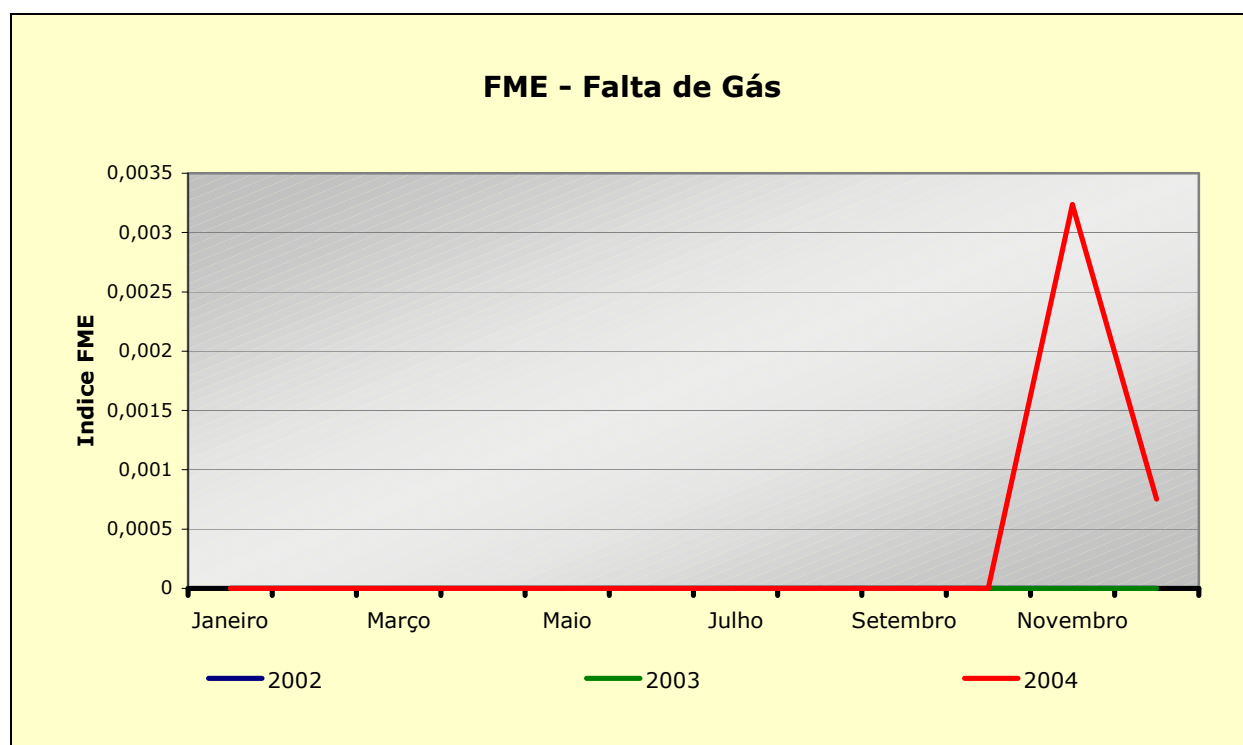


- **Frequência Média de Atendimento de Emergência (FME):**

FREQÜÊNCIA MÉDIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA – FME (*)						
MÊS	VAZAMENTO Padrão (%) = não fixado			FALTA DE GÁS Padrão (%) = não fixado		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Janeiro	0	0,00000	0,01316	0	0,00000	0,00000
Fevereiro	0	0,00000	0,01205	0	0,00000	0,00000
Março	0	0,00000	0,00000	0	0,00000	0,00000
Abril	0	0,00000	0,00292	0	0,00000	0,00000
Maió	0	0,00000	0,00000	0	0,00000	0,00000
Junho	0	0,00000	0,00000	0	0,00000	0,00000
Julho	0	0,00000	0,00626	0	0,00000	0,00000
Agosto	0	0,00000	0,00208	0	0,00000	0,00000
Setembro	0	0,00000	0,00000	0	0,00000	0,00000
Outubro	0	0,00000	0,00231	0	0,00000	0,00000
Novembro	0	0,00000	0,00162	0	0,00000	0,00324
Dezembro	0	0,00000	0,00000	0	0,00000	0,00075

(*) contempla apenas instalação interna.





➤ **Atendimento Comercial:**

A Concessionária Gás Brasileiro Distribuidora enviou, no ano de 2004, os relatórios referentes aos indicadores de qualidade do atendimento comercial, em sua área de concessão, concernentes aos subsistemas de Araraquara, Araçatuba e São Carlos. Na área de Concessão ocorreram atendimentos eventuais, com todos os padrões dentro dos prazos contratuais.

A quantidade de ocorrências referentes aos indicadores de atendimento comercial é ainda muito pequena para a realização de análise, aliado ao fato de que não houve nenhuma transgressão dos prazos contratuais.

TERMOS DE NOTIFICAÇÃO E AUTOS DE INFRAÇÃO EMITIDOS EM 2004

A partir dos procedimentos de fiscalização dos serviços de distribuição de gás canalizado previstos nos Contratos de Concessão e nos demais dispositivos regulatórios emitidos pela CSPE, foram emitidos 11 Termos de Notificação e lavrados 04 Autos de Infração, distribuídos da seguinte maneira:

TERMOS DE NOTIFICAÇÃO		
Concessionária	Quantidade	
	2003	2004
COMGÁS	14	06
Gas Natural	03	04
Gás Brasileiro	07	01
TOTAL	24	11

AUTOS DE INFRAÇÃO		
Concessionária	Quantidade	
	2003	2004
COMGÁS	04	01
Gas Natural	01	01
Gás Brasileiro	01	02
TOTAL	06	04

INVESTIMENTOS, METAS MÍNIMAS E PLANOS QÜINQÜENAIIS

INVESTIMENTO REALIZADOS EM 2004

Concessionária	Investimentos (R\$ x 1000)	
	2003	2004
COMGÁS	230.271	276.117
Gas Natural	59.588	66.420
Gás Brasileiro	9.419	14.200
Total	299.278	356.737

Obs.: O investimento acumulado em 2004 foi 19,20% maior do que o registrado em 2003.

METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS – PREVISÃO x REALIZAÇÃO

As metas mínimas, estabelecidas nos Contratos de Concessão, bem como os resultados obtidos por cada Concessionária, são mostrados nos quadros a seguir:

➡ **CONCESSIONÁRIA: COMGÁS**

METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS - COMGÁS							
Metas	Descrição das Metas Mínimas Contratuais	Prazo para Execução ⁽¹⁾	Metas e unidades		Realização das Metas ⁽²⁾		
					2004	99 a 04	%
I	Acréscimo de 200 mil usuários, em 10 anos, com mínimo de 10 mil usuários a.a.	até o 5º ano	70.000	usuários	32.949	121.297	173
		6º ao 10º ano	130.000	usuários	-	-	-
II	Construir 400 km de rede, em 5 anos	até o 5º ano	400	km	272	1.089	272
III	Substituir / Aferição de 65% dos medidores em 10 anos	até o 5º ano	156.475	medidores	5.865	158.825	101
		6º ao 10º ano	203.418	medidores	-	-	-
V	Renovar 25% da rede de ferro fundido	5 anos iniciais	247	km	74.5	254,5	101
	Renovar 3% a.a da rede de ferro fundido	6º ao 10º ano	148	km	-	-	-
VI	Substituir 3% a.a. de ramais residenciais e comerciais	até o 10º ano	15.448	ramais	1.619	8.992	58
VII	Instalar unidades de correção de medição (P&T) em usuários com consumo mensal médio superior a 50.000 m³	até o 5º ano	173(2)	unidades	9	219	126

Notas: 1) Prazos considerados a partir de 31/05/1999, data de assinatura do Contrato de Concessão.

2) Os dados correspondentes à realização das metas baseiam-se em Relatórios de Fiscalização das Metas Contratuais - CSPE (2000 e 2001) e Relatórios de Execução das Metas Mínimas - COMGÁS (200, 2003 e 2004)

➡ CONCESSIONÁRIA: GÁS BRASILENO

METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS - GÁS BRASILENO						
Metas	Descrição das Metas Mínimas Contratuais	Prazo para Execução ⁽¹⁾	Metas e unidades		Realização das Metas ⁽²⁾	
					Acumulada	%
I	Construir 150 km de rede, a partir das ETC's projetadas para as cidades de São Carlos, Araraquara e Araçatuba (Bilac), em até 5 anos.	3 anos iniciais	105	km	123,90	118,00
		até o 4º ano	135	km	139,31	103,19
		até o 5º ano	150	km	177,18	118,12
II	Construir 70 km de rede, interligando Ribeirão Preto e região, em até 5 anos	3 anos iniciais	56	km	0	0
		até o 5º ano	70	km	0	0
III	Investir R\$ 50 milhões ⁽³⁾ em outros municípios e extensões de rede adicionais às consideradas nas metas anteriores, até o 10º ano.	5 anos iniciais	10	R\$ milhões	0	0
		até o 10º ano	50	R\$ milhões	-	-

Notas: 1) Prazos considerados a partir de 10/12/1999, data de assinatura do Contrato de Concessão.

2) Os dados correspondentes à realização das metas baseiam-se em Relatórios de Fiscalização da Execução das Metas Contratuais - CSPE (2002, 2003 e 2004), até a data de 10 de dezembro de cada ano.

3) Atualizável pela variação do IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, base Agosto / 1999.

➡ CONCESSIONÁRIA: GÁS NATURAL SPS

METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS – GAS NATURAL						
Metas	Descrição das Metas Mínimas Contratuais	Prazo para Execução ⁽¹⁾	Metas e unidades		Realização das Metas ⁽²⁾	
					Acumulada	%
I	Construir 200 km de rede ⁽³⁾ , a partir de 3 ETC's projetadas para Araçoiaba da Serra e Itu (a), e outra em trecho do Gasoduto Bolívia-Brasil (b), no âmbito da sua área de concessão ⁽⁴⁾	3 anos iniciais (a)	150	km	152,60	101,73
		até o 5º ano (a) (b)	200	km	330,70	165,35
II	Investir R\$ 30 milhões ⁽⁴⁾ , em 2 ETC's e extensões de rede adicionais ⁽³⁾ às consideradas na meta I, devendo uma das ETC's a serem projetadas localizar-se entre Itapetininga e Itapirapuã Paulista	até o 10º ano	30	R\$ milhões	-	-

Notas: 1) Prazos considerados a partir de 31/05/2000, data de assinatura do Contrato de Concessão.

2) Os dados correspondentes à realização das metas baseiam-se em Relatórios de Fiscalização da Execução das Metas Contratuais - CSPE (2002, 2003 e 2004), até 31 de maio de cada ano.

3) Considera rede com diâmetro mínimo de 4 polegadas.

4) Atualizável pela variação do IGPM da Fundação Getúlio Vargas, base Fevereiro / 2000.

Evolução do Sistema de Distribuição – 2000 / 2004

Abaixo é mostrado o quadro resumo representativo da evolução do Sistema de Distribuição de gás canalizado, distribuído por Concessionária, compreendendo o período de 2000 a 2004.

Descrição		Ano				
		2000	2001	2002	2003	2004
<u>Extensão da Rede acumulada</u> (km)						
	Comgás	2.712,1	2.964,2	3.200,0	3.502,8	3.829,1
	Gás Natural	-	15,7	153	425,0	726
	Gás Brasileiro	-	-	72	142	168
<u>Investimento anual</u> (R\$ x 1000)						
	Comgás	104.953	229.414	200.010	230.271	276.117
	Gás Natural	-	28.192	54.501	59.588	66.420
	Gás Brasileiro	1.407	11.383	30.696	9.419	14.200
<u>Nº de Consumidores</u> (acumulado por ano)	<u>Residencial</u>					
	Comgás	321.279	337.441	369.990	402.307	431.619
	Gás Natural	-	-	705	6.883	13.739
	Gás Brasileiro	-	-	-	4	374
	<u>Comercial</u>					
	Comgás	7.082	7.276	7.667	7.857	8.125
	Gás Natural	-	-	26	255	422
	Gás Brasileiro	-	-	-	31	67
	<u>Industrial</u>					
	Comgás	539	619	684	759	829
	Gás Natural	-	-	34	93	141
	Gás Brasileiro	-	-	-	26	35
<u>Consumo médio anual de Gás</u> (m³x1000)						
	Comgás	1.836.25	2.466.99	3.052.57	3.339.10	3.778.76
	Gás Natural	2	6	2	8	4
	Gás Brasileiro	-	-	18.804	91.704	217.056
		-	-	-	37.896	72.000
<u>Nº de Postos GNV</u> (total acumulado)						
	Comgás	21	51	145	207	263
	Gás Natural	-	-	6	8	18
	Gás Brasileiro	-	-	-	3	3

Observações:

- A Comgás possui ainda 2 consumidores na área de *termogeração*, e 9 na de *cogeração*;
- O investimento total acumulado em 2004, no montante de R\$ 356.737.000,00, foi 19,20% maior do que em 2003, cujo valor foi de R\$ 299.278.000,00;
- Em 1999, eram 20 os municípios atendidos pelas Concessionárias de gás. Hoje, esse número chega a 58, sendo 49 da Comgás.

Plano Quinquenal de Investimentos – 2005 / 2009

A previsão total de investimentos apresentada pelas concessionárias de serviços públicos de gás canalizado do Estado de São Paulo, para o período 2004/2009, é a mostrada na tabela a seguir:

Concessionária	Investimentos no Sistema de Distribuição R\$	Consumo Previsto para o 5º Ano MM m³ / ano (*)
COMGÁS	1.645.422.620	937,10
GÁS BRASILIANO	258.973.882	377,68
GAS NATURAL SPS	227.791.160	558,30
TOTAL	2.132.187.662	1.873,08

(*) MM m³ - milhão de metros cúbicos.

Os Planos Quinquenais de Investimentos das três Concessionárias, para o período 2005 / 2009, são apresentados, de modo resumido, nas tabelas a seguir:

➡ CONCESSIONÁRIA: COMGÁS

PLANO QUINQUENAL DE INVESTIMENTOS			
Segmento	Investimentos no Sistema de Distribuição (R\$)	Extensão de rede km	Consumo previsto no 5º ano em MM m³ / ano
Industrial	345.140.000	360	288,10
Comercial	120.075.260	78	27,60
Residencial	402.672.800	109	40,80
Termelétrica	1.800.000	---	---
Cogeração	50.034.470	9,15	107,00
GNV	78.158.700	4,1	509,60
Outros Projetos	243.871.510	---	---
Outros Investimentos	403.669.876	---	---
TOTAL	1.645.422.619	560,58	973,10

Nota: 1) Baseia-se no Plano Quinquenal de Investimentos da COMGÁS, apresentado a CSPE em 29/10/2004.

CONCESSIONÁRIA: GÁS BRASILIANO

PLANO QÜINQUÊNAL DE INVESTIMENTOS			
Segmento	Investimentos no Sistema de Distribuição (R\$)	Extensão de rede km	Consumo previsto no 5º ano - MM m³ / ano
Industrial	203.686.541	369,86	290,76
Comercial	8.715.150	38,77	7,95
Residencial	14.906.070	48,79	5,56
Termelétrica	---	---	---
Cogeração	27.310.700	45,00	42,00
GNV	2.693.350	7,35	19,42
GNC	988.400	1,50	12,17
Outros investimentos	673.671	---	---
TOTAL	258.973.882	511,28	377,86

Nota: 1) Baseia-se no Plano Quinquenal de Investimentos da Gás Brasileiro, apresentado a CSPE em 08/11/2004.

CONCESSIONÁRIA: GÁS NATURAL SPS

PLANO QÜINQUÊNAL DE INVESTIMENTOS			
Segmento	Investimentos no Sistema de Distribuição (R\$)	Extensão de rede km	Consumo Previsto no 5º não - MM m³ / ano
Industrial	152.868.705	247,43	447,2
Comercial	12.750.920	32,69	10,85
Residencial	53.442.614	93,64	11,65
Termelétrica	---	---	---
Cogeração	---	---	---
GNV	6.144.941	---	88,60
GNC	---	---	---
Outros Investimentos	2.583.980	---	---
TOTAL	226.800.640	373,76	558,30

Nota: 1) Baseia-se no Plano Quinquenal de Investimentos da Gas Natural SPS, apresentado a CSPE em 30/01/2005.

Previsão Número de Consumidores - 2009

A previsão global do número de consumidores no Estado de São Paulo, para o ano de 2009 é apresentada no quadro abaixo.

Segmento	Nº de Consumidores p/ o 5º ano
Residencial	652.000
Comercial	12.900
Cogeração	22
Termelétrica	2
Industrial	1.362
Automotivo (nº de Postos GNV)	606

OUVIDORIA

ATIVIDADES DE DEFESA DO CONSUMIDOR

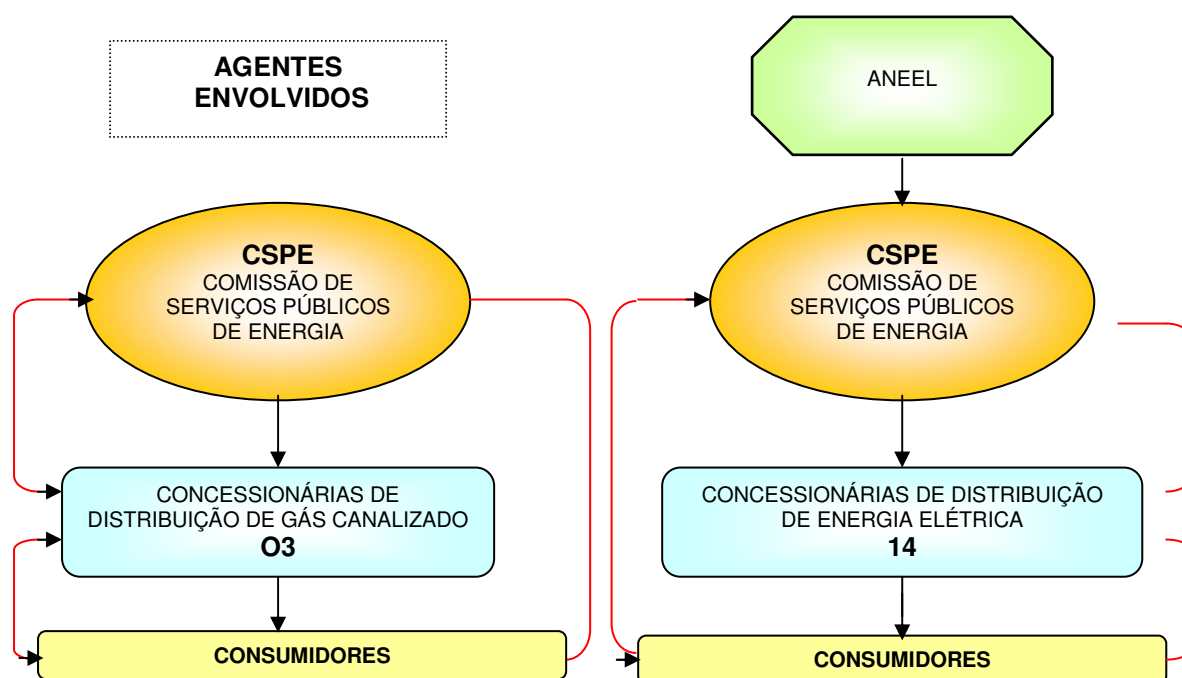
O Serviço de Ouvidoria da CSPE é destinado ao atendimento de todos os cidadãos que necessitam registrar reclamações, sugestões, críticas ou elogios referentes aos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica e de gás canalizado, ou ainda, receber orientações gerais sobre os serviços, procedimentos e a legislação pertinente.

A Ouvidoria tem a missão de conduzir, de forma imparcial e independente, a tarefa pública de respeitar e fazer ser respeitada a legislação do serviço público de energia, contribuindo para a difusão dos direitos e deveres dos agentes envolvidos (consumidor e concessionária), intervindo para a solução dos conflitos, sempre que o entendimento direto tenha se tornado impossível.

São objetivos da Ouvidoria;

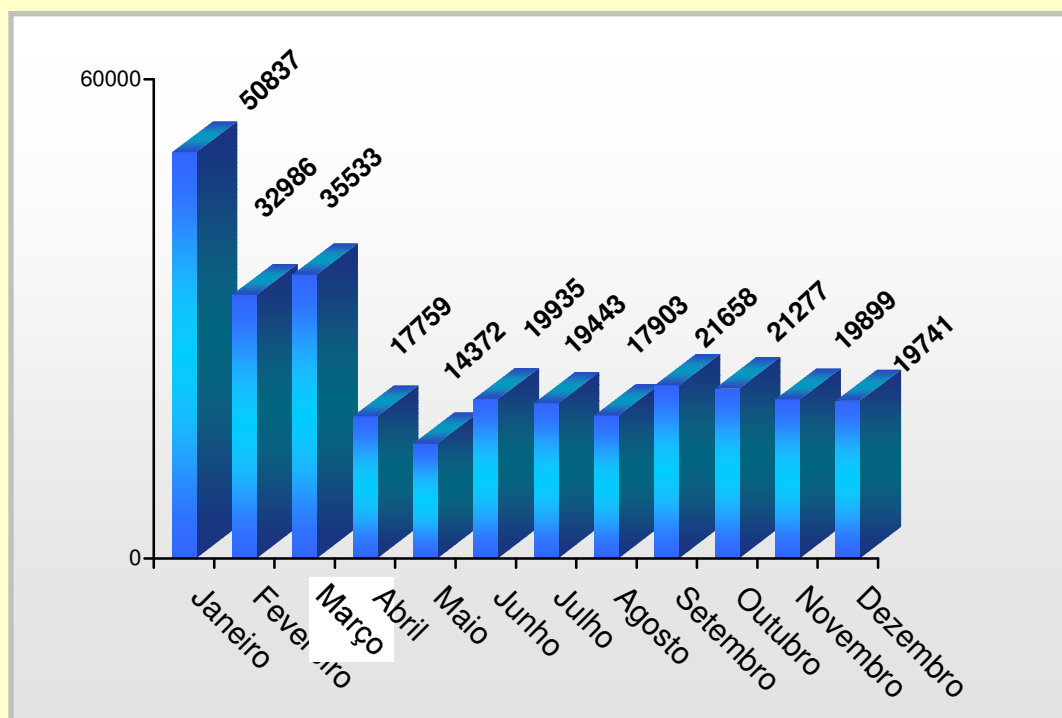
- Buscar a solução dos problemas e conflitos entre cidadão-usuário e agentes, atendendo e orientando esses diversos públicos.
- Registrar e acompanhar todas as etapas do processo, em cumprimento ao Convênio de Descentralização.

A Ouvidoria da CSPE, instrumento de preservação dos direitos e deveres da sociedade e dos agentes do setor energético, registrou 291.343 solicitações de Ouvidoria no ano de 2004, entre reclamações, informações, sugestões, críticas, denúncias e elogios, incluindo-se ainda os processos de mediação entre concessionárias e consumidores.



EVOLUÇÃO MENSAL – JANEIRO A DEZEMBRO/2004

TOTAL = 291.343 SOLICITAÇÕES (MÉDIA DE 24.278/MÊS)

**ATENDIMENTO POR CONCESSIONÁRIA – JANEIRO A DEZEMBRO/2004**

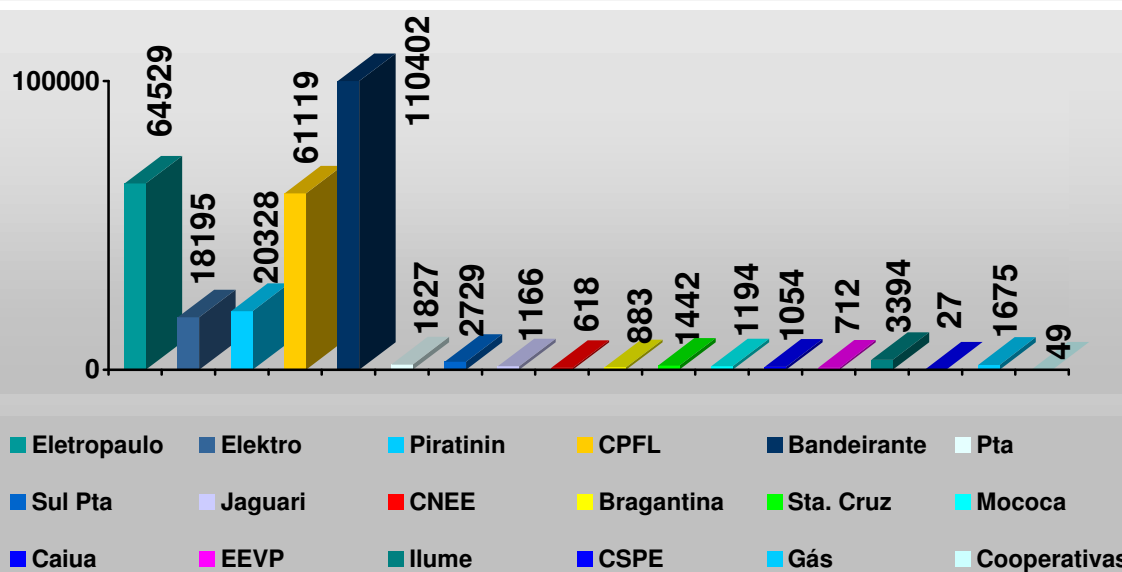
TOTAL = 291.343 SOLICITAÇÕES (MÉDIA DE 24.278/MÊS)

Eletropaulo	64.529
Elektro	18.195
Piratininga	20.328
CPFL	61.119
Bandeirante	110.402
Paulista	1.827
Sul Paulista	2.729
Jaguari	1.166
CNEE – Nacional	618
Bragantina	883
Santa Cruz	1.442
Mococa	1.194
Caiuá	1.054
EEVP – Vale	712
Ilume*	3.394
CSPE	27
Cooperativas	49
Gás	1.675
Total	291.343

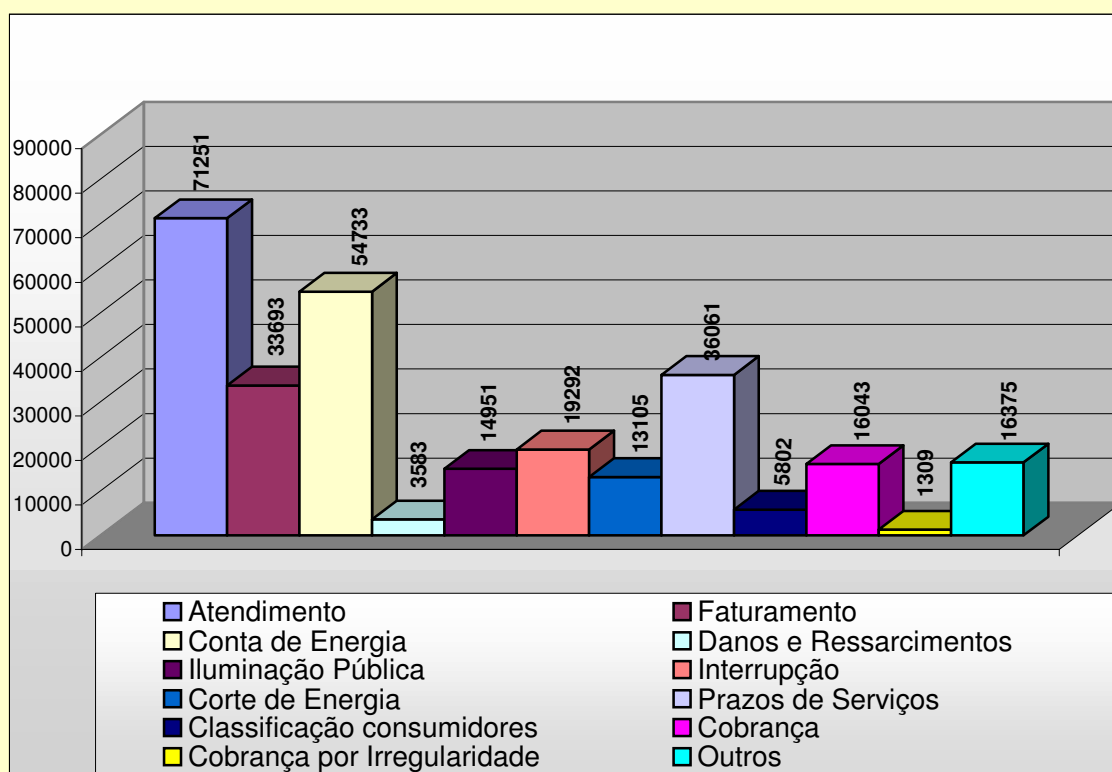
* Ilume - Iluminação Pública do município de São Paulo não é de responsabilidade da Concessionária.

ATENDIMENTO POR CONCESSIONÁRIA – JANEIRO A DEZEMBRO/2004

TOTAL = 291.343 SOLICITAÇÕES (MÉDIA DE 24.278/MÊS)

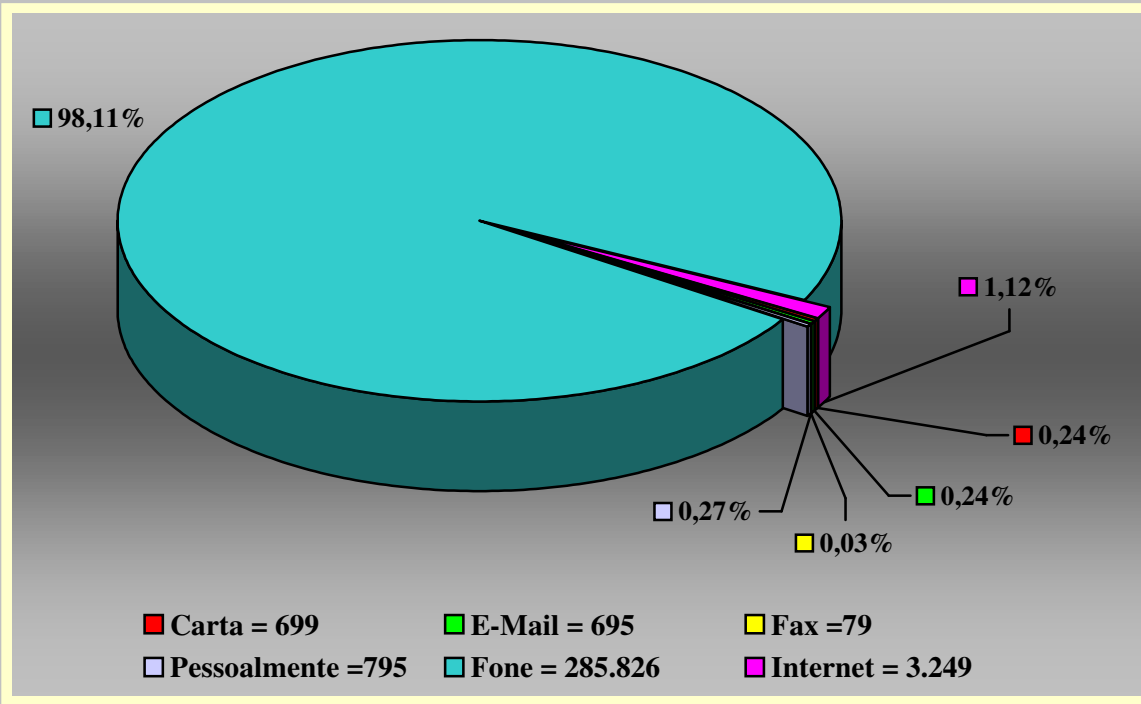
**PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS – JANEIRO A DEZEMBRO/2004**

TOTAL = 286.198 SOLICITAÇÕES

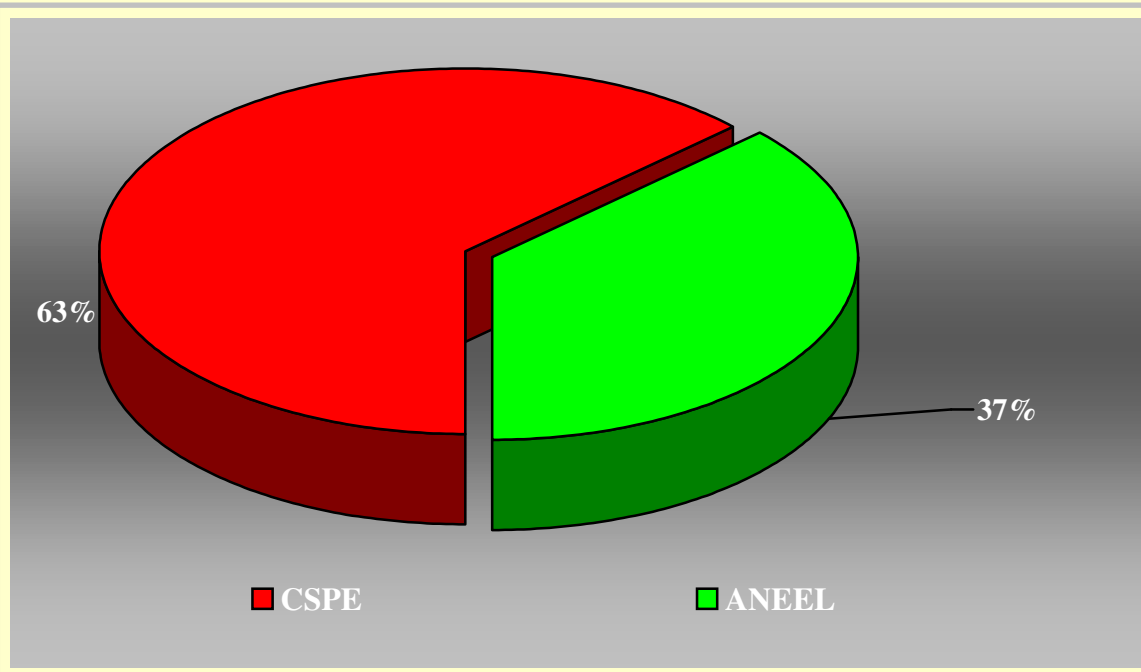


MEIOS DE ATENDIMENTO – JANEIRO A DEZEMBRO/2004

TOTAL = 291.343 SOLICITAÇÕES


VIA DE RECEBIMENTO – JANEIRO A DEZEMBRO/2004

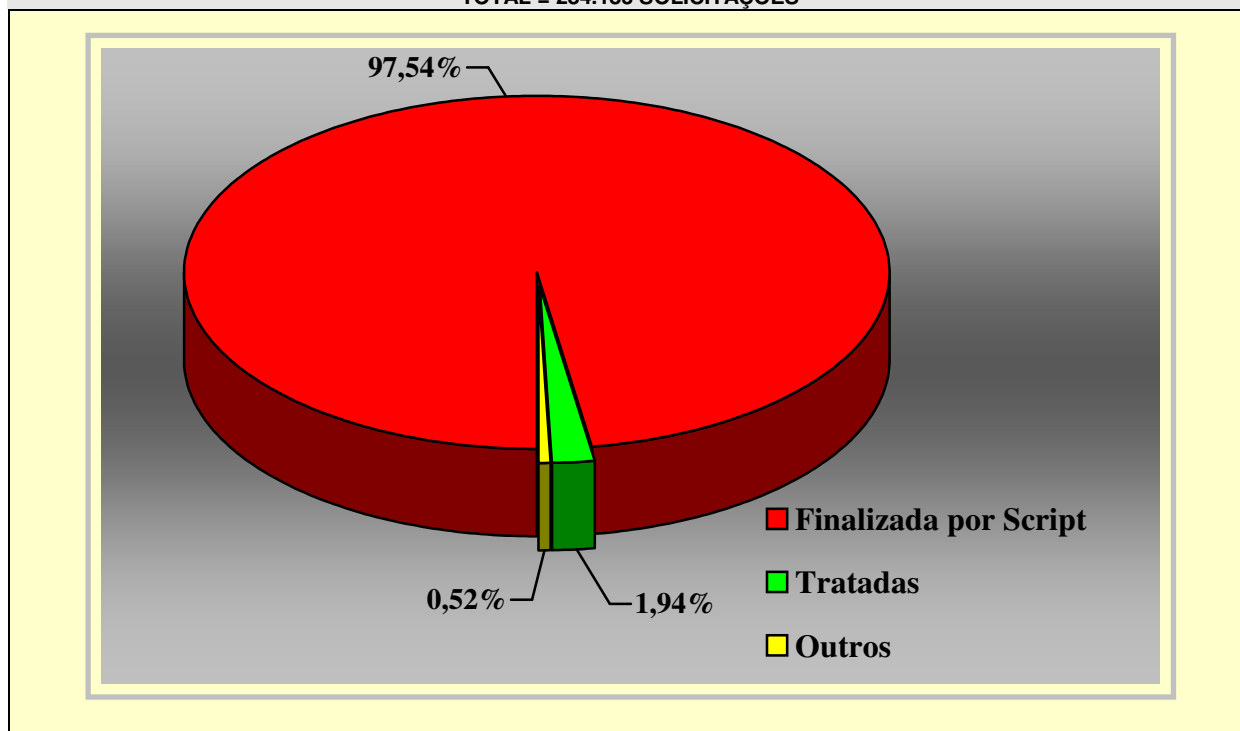
TOTAL = 291.343 SOLICITAÇÕES



Do total de 291.343 solicitações registradas, 97,54% (284.183) foi finalizada por script, ou seja, encerrada no momento do atendimento, após a devida orientação ao solicitante.

% SOLUÇÕES NO MOMENTO DO ATENDIMENTO – JANEIRO A DEZEMBRO/2004

TOTAL = 284.183 SOLICITAÇÕES

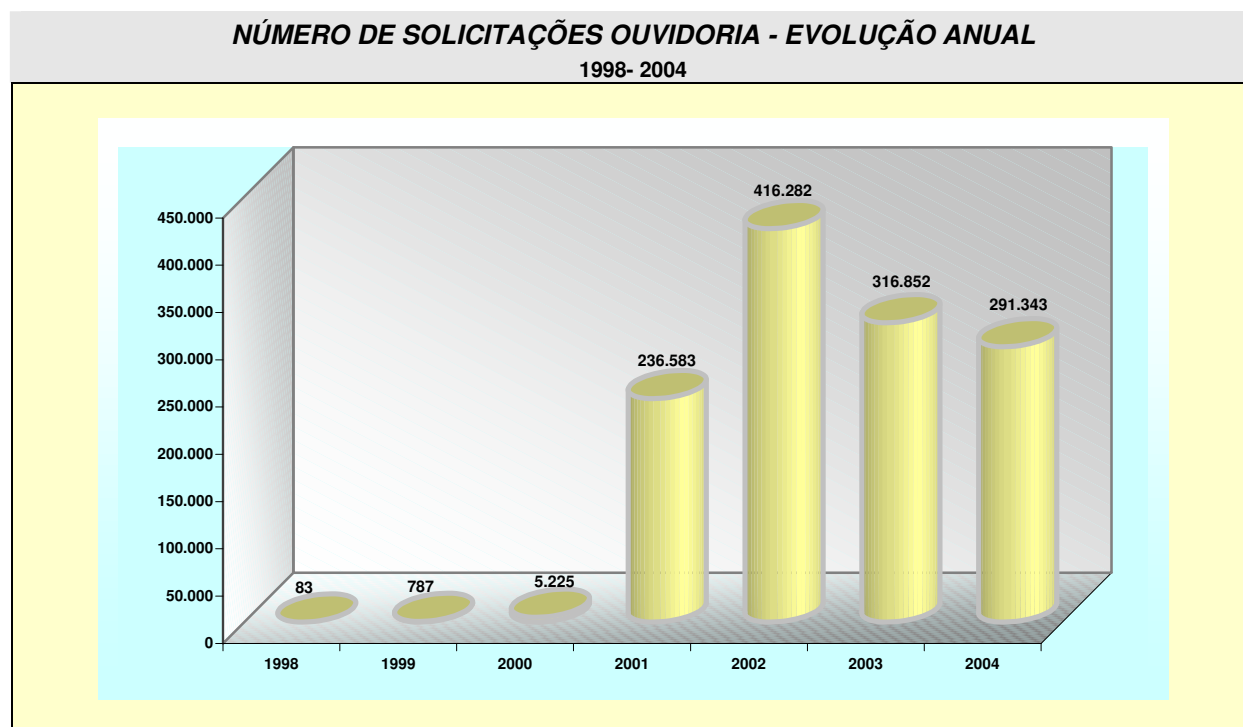


MERCADO DA CONCESSIONÁRIA X SOLICITAÇÕES – TOTAL = 286.198

ANO 2004

CONCESSIONÁRIA	PERCENTAGEM DO MERCADO (base setembro de 2003)	PERCENTAGEM DE SOLICITAÇÕES (por concessionária)
ELETROPAULO	38,50	22,55
CPFL	23,25	21,36
BANDEIRANTE	9,95	38,57
PIRATININGA	9,02	7,10
ELEKTRO	13,15	6,36
DEMAIS	6,13	4,06

NUMERO DE SOLICITAÇÕES POR 10 MIL CONSUMIDORES		
ANO 2003		
CONCESSIONÁRIA	NÚMERO TOTAL DE CONSUMIDORES (base setembro de 2003)	SOLICITAÇÕES / 10 MIL CONSUMIDORES
ELETROPAULO	5.115.512	126,14
CPFL	3.089.746	197,81
BANDEIRANTE	1.322.094	835,05
PIRATININGA	1.198.674	169,59
ELEKTRO	1.746.561	104,18
DEMAIS	814.130	142,79
GÁS CANALIZADO	394.666	42,44



O número significativo nos casos de Ouvidoria da CSPE, decorre da inclusão do número 0800 da CSPE nas contas de luz de todas as 14 concessionárias de distribuição de energia elétrica, da melhoria na estrutura de atendimento; das campanhas publicitárias de divulgação institucional da CSPE realizada em novembro de 2000, dezembro de 2001 e dezembro de 2002; da constante atuação da CSPE junto aos consumidores, através da mídia com divulgação dos canais de comunicação com a CSPE e com as concessionárias, possibilitando assim, maior rapidez, eficiência e melhoria de performance.

INDICADORES DE QUALIDADE – GERENCIAMENTO DOS DADOS DE OUVIDORIA

A Ouvidoria da CSPE apresenta, mensalmente às concessionárias, os dados coletados do sistema compartilhado *on line*, no módulo gerencial. O relatório contém um gráfico de evolução dos “casos” pleiteados por meio da Ouvidoria, onde ainda são destacados os pontos importantes que refletem preocupação para a implantação de melhoria no processo.

Além de serem enfatizados esses aspectos, é solicitada a análise crítica visando ao resultado satisfatório, ou seja, a performance dentro dos indicadores.

Com o mapeamento das situações críticas, a concessionária tem condições de alertar sobre as falhas das diversas áreas envolvidas no atendimento ao cidadão-usuário dos serviços, acompanhando todo o processo até o resultado final.

Os dados fornecidos servem de instrumento gerencial para a melhoria da qualidade, em todos os níveis.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Em 2004 a CSPE realizou 45 reuniões de mediação envolvendo concessionárias e consumidores, possibilitando, na maioria dos casos, reaproximar as partes envolvidas que se encontravam desgastadas devido a um desentendimento comercial e/ou com relação à legislação.

Os principais assuntos discutidos nestas reuniões foram:

- Cobrança de valores a maior, em desacordo com a legislação;
- Suspensão de fornecimento, devido ao não pagamento das faturas de energia elétrica;
- Regularização de medição em localidades de alto índice de fraudes.

Os casos mais importantes, do total de casos mediados pela CSPE, envolvem um montante de aproximadamente R\$ 7.065.454,07, distribuídos entre valores cobrados a maior pela concessionária e inadimplência de consumidores. A seguir, estão relacionados os números de reuniões de mediação realizadas em 2003.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	%
Eletropaulo	4		6	2	5	4	5	2	1	2		2	33	73,34
Bandeirante						1							1	2,22
CPFL		2		1	1								4	8,89
Piratininga													0	
Elektro	1		1	1				1		2			6	13,33
CMS Energy									1				1	2,22
Outros *													0	
Subtotais	5	2	7	4	6	5	5	3	2	4	0	2	45	100,00

* Reuniões conjuntas com todas as concessionárias de energia elétrica, de gás canalizado ou com outros agentes do setor.

O processo de mediação é muito importante por reduzir o tempo para solução da pendência, evitando, na maioria das vezes, que o processo tenha continuidade no Poder Judiciário.

As atividades de Mediação de Conflitos aplicam-se aos casos onde existem: lacunas na legislação pertinente; ausência de dados comprobatórios das partes envolvidas, ou ainda, onde há controvérsia na interpretação da legislação aplicada. A CSPE promove a reunião de mediação entre os envolvidos, visando à solução do problema, podendo resultar em acordo entre as partes ou a declaração de impasse, caso sejam esgotadas as possibilidades de entendimento.

COMUNICAÇÃO

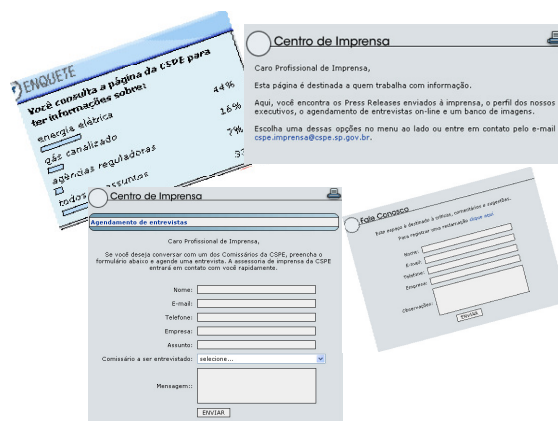
CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM O USUÁRIO

A CSPE possui em seu site três ferramentas virtuais de interação com o consumidor: Enquete, Fale Conosco e Centro de Imprensa.

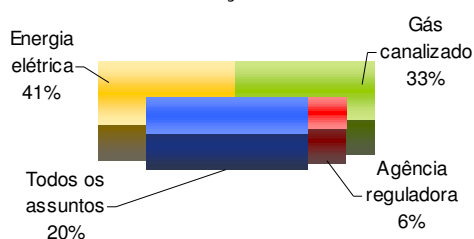
ENQUETE – SITE CSPE

A Enquete é o canal interativo no qual o usuário opina e avalia algumas ações da CSPE.

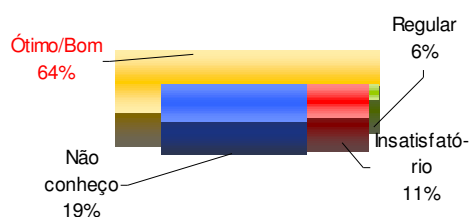
Em 2004, foram realizadas consultas sobre o site da CSPE, o atendimento da Ouvidoria pelo 0800 e o processo de revisão tarifária do gás canalizado. Os resultados obtidos são:



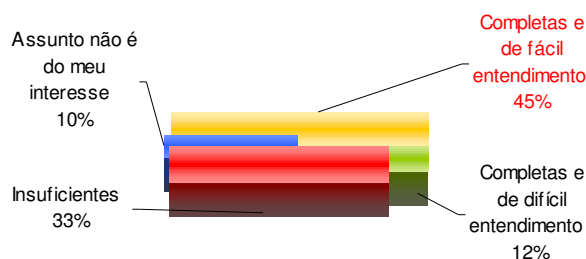
Você consulta a página da CSPE para ter informações sobre?



O que você acha do atendimento da Ouvidoria da CSPE pelo 0800 55 55 91?



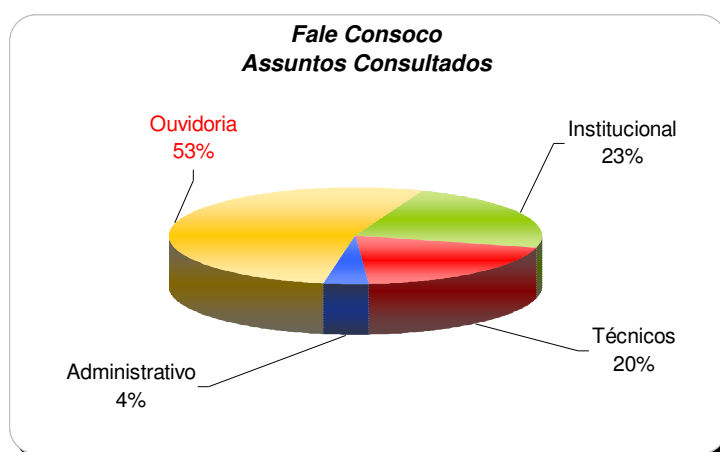
As informações sobre o processo de revisão tarifária do gás disponíveis no site são:



FALE CONOSCO – SITE CSPE

O Fale Conosco é o canal de acesso direto à Comunicação Social destinado à solicitação de informações e esclarecimento de dúvidas.

O Fale Conosco recebeu 450 mensagens ao longo do ano de 2004, referentes à assuntos de Ouvidoria, informações institucionais, procedimentos administrativos e informações técnicas sobre os setores de energia elétrica e de gás canalizado.



RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA

O Centro de Imprensa é um canal direto de interação com os jornalistas, onde estão disponíveis os releases divulgados pela CSPE, o perfil e fotos dos Comissários e o formulário para solicitação de entrevistas.

Durante 2004, a CSPE intensificou o seu relacionamento com diversos canais da imprensa de São Paulo.

O resultado foi um grande aumento de exposição nos principais canais de televisão, na mídia impressa, na capital e interior e revistas do setor de energia.

Os assuntos de maior destaque foram: a revisão tarifária e a expansão das redes de gás canalizado no Estado de São Paulo.

AÇÕES SOCIAIS E A CSPE

CSPE PARTICIPA DE CAMPANHA DO AGASALHO

A CSPE participou mais uma vez da Campanha do Agasalho, promovida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, realizada no período de abril a julho/2004.



Além da arrecadação interna, a CSPE firmou parceria com as 14 concessionárias de energia elétrica e as 3 de gás canalizado para a coleta de agasalhos e divulgação da campanha nas contas de luz e de gás.

O resultado destas ações foi de grande sucesso com a arrecadação de aproximadamente 11,3 mil peças, ou seja, uma média de 226 peça por funcionários.

Na sede da CSPE, a *Campanha do Agasalho* foi intensamente divulgada para sua equipe que, além de fazer doações de peças, participou de todas as atividades coordenadas pela Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento: Caminhada do Agasalho; Marcha da Solidariedade; Ação Solidária; Circo Spacial; peça Os Direitos da Criança; filmagem de vídeo; e encerramento.



*Equipe da CSPE
Caminhada do Agasalho*



*Dr. Zevi Kann, Dr. Mauro Arce e Dr. Aderbal Penteado Jr.
Encerramento da Campanha do Agasalho*

CSPE PARTICIPA DA CAMPANHA DE NATAL DO ASILO O RAIAR DO SOL

A CSPE participou da *IV Semana da Solidariedade*, promovida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), entre os dias 14 e 21 de setembro/2004, em parceria com as Secretarias de Estado e demais órgãos da administração direta e indireta, com o objetivo de despertar o sentido de cidadania na sociedade, instituindo ações de apoio aos portadores de deficiências.

A Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, por meio de suas empresas e órgãos vinculados, atuou junto a três entidades: Comunidade Cantinho da Paz, Associação de Mães Especiais de Itaquera e Fraternidade Irmã Clara.

A CSPE, juntamente com a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, arrecadou contribuições para a Fraternidade Irmã Clara (FIC) - entidade que atende crianças e adultos com paralisia cerebral.



D^ª Maria Lúcia Alckmin, D^ª Arlette Arce
e Coordenador da FIC



Equipe da CSPE

CSPE PARTICIPA DA CAMPANHA DE NATAL DO ASILO O RAIAR DO SOL

A CSPE participou da Campanha de Natal do Asilo O Raiar do Sol, promovida pela Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, com doações feitas pela equipe da Comissão.

A entrega das doações da CSPE e das empresas vinculadas à Secretaria ocorreu no dia 20/12/2004.

Participaram do evento a Sra. Arlette Arce, o Comissário Geral da CSPE, Dr. Aderbal de Arruda Penteado Júnior, o Comissário Chefe do Grupo Técnico e de Concessões, Dr. Zevi Kann, entre outros representantes da CSPE, CTEEP, CESP, SABESP, EMAE, DAEE e CPOS.



Dª Arlette Arce e Dr. Aderbal Pentead Jr.

CSPE INTEGRA COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA SERHS

A CSPE integrou o Comitê de Responsabilidade Social da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento-SERHS, instituído pelo Exmo. Secretário Dr. Mauro Arce, cujo objetivo é divulgar as atividades de cunho social desenvolvidas pelas empresas, órgãos e autarquias vinculadas a esta Secretaria.

O Comitê, coordenado por Dra. Arlette Arce, é composto pelos seguintes representantes:

- Samira Bevilaqua / CSPE
- Angela Duarte Cardoso Alves / CESP/EMAE
- José Carlos Berg / CPOS
- Edson Silveira Evangelista / CTEEP
- Maria Elizabeth Gismenes / DAEE
- Walter Sigollo / SABESP
- Regina Gutierrez / SRHS



*Lançamento do 1º Relatório de Responsabilidade Social
da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento*

ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS HUMANOS

As atribuições da área de Recursos Humanos do Centro Administrativo da CSPE são exercidas em conformidade com o disposto na Lei Complementar 833, de 17/10/97, no Decreto 43.036, de 14/04/98, e de acordo com as atribuições previstas nos artigos 3º, 10º, 13º, 14º, 15º e 16º do Decreto 42.815, de 19/01/98, atuando na:

- Programação e Cálculo de INSS, FGTS, IRRF, Folha de Pagamento, Férias, Rescisão, Benefícios, Controle de Frequência, Prestação de Informações de Interesse do Governo sobre dados do RH da CSPE;
- Programação de Treinamento e Aprimoramento Profissional, controlando e indicando cursos para melhor capacitação de seus servidores.

Além das atribuições retro indicadas, a área é responsável pela realização das seguintes atividades:

- Compras Miúdas, Requisição de Passagens Aéreas, Reserva de Hotéis, Solicitação de Serviços Gerais e de Manutenção Predial e de Equipamentos, Aquisição de Normas Técnicas;
- Apoio na Gestão de Contratos;
- Acompanhamento e divulgação de informações do diário oficial de interesse da CSPE;
- Controle dos bens patrimoniais.

Ainda, para um melhor atendimento ao corpo funcional e um eficaz acompanhamento das questões trabalhistas, a área de Recursos Humanos vem se aprimorando no estudo da legislação pertinente a essas atividades, devido as particularidades inerentes aos servidores da Autarquia, cobertos pela Lei Complementar 712, Lei 500 e CLT.

ÁREA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A gestão orçamentária da CSPE é constituída pelas fontes de recursos do Tesouro do Estado, da Taxa de Fiscalização do Gás e pelo Repasse de Recursos Federais via Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Convênio de Descentralização de Atividades. É operacionalizada pela área financeira, através do Programa Orçamentário Setorial, elaborado em conjunto com a Secretaria de Planejamento.

O cronograma de desembolsos é planejado, programado e executado pela área de finanças, conforme regras do SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, da Secretaria da Fazenda.

Esta área é responsável pelos adiantamentos de: diárias, transporte e locomoção, despesas miúdas e verba de representação do Sr. Comissário Geral e a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A área de orçamento e finanças do Centro Administrativo da CSPE, programa e executa a gestão financeira de todos os pagamentos, retenções, recolhimentos de tributos, aplicações financeiras efetuadas na corretora da Secretaria da Fazenda do Estado, prestam contas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e emite, mensalmente, balancetes analíticos de suas operações contábeis.

Toda operacionalização dos recursos anteriormente citados, junto aos fornecedores de materiais e serviços, são efetuados via sistema SIAFEM/SIAFÍSICO, através das contas Convênio, Poupança e Única, junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A.

ÁREA DE PROTOCOLO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

Esta área congrega as seguintes atividades:

- Gestão do Protocolo;
- Controle da Documentação dos Processos Administrativos e de Fiscalização;
- Controle do Almoxarifado (Físico e no Sistema SIAFEM);
- Suporte na Gestão dos Procedimentos Licitatórios em apoio à área Jurídica e ao Gabinete Administrativo;
- Operacionalização da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC);
- Operacionalização do Sistema de Cadastro de Pregões;
- Operacionalização dos Sistemas de Publicação de Matérias no Diário Oficial;
- Operacionalização de Sistema e Controle da Guarda de Documentos e Materiais da CSPE em empresa contratada (Ark Tec).

FATOS RELEVANTES - 2004

Selecionamos alguns fatos, procurando refletir o dinamismo da Instituição:

- 222 processos administrativos instaurados;
- 63 requisições de transporte aéreo emitidas e atendidas;
- 50.406 km rodados pela frota da CSPE;
- 22 contratações de prestações de serviços e compras de bens efetuadas;

- Contratação pioneira dos serviços de copeiragem e portaria;
- Modernização da nova sede da CSPE com a contratação de empresas que atuaram na elaboração do lay out, na reforma das instalações, na elaboração do lay out, bem como no fornecimento dos móveis.
- Ampliação da quantidade de caixas em 50%, visando a guarda de documentos e materiais (livros da CSPE, folders, embalagens, etc.) em empresa especializada, propiciando melhor aproveitamento dos espaços da CSPE.

INFORMÁTICA E SISTEMAS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com a mudança da sede da CSPE para a Rua Boa Vista, a CSPE investiu no quesito infra-estrutura de Tecnologia da Informação, atendendo as necessidades apontadas nos anos anteriores. Uma nova rede foi projetada e implantada, seguindo padrões adequados de instalações estruturadas. O Centro de Informática recebeu uma sala de servidores com as condições básicas de climatização e piso elevado, além de poder contar com mobiliário específico para receber máquinas e equipamentos para o controle da rede de informática e telecomunicações.

A coleta de informações sobre as fiscalizações nas concessionárias de energia elétrica e gás canalizado, via internet, era um anseio antigo da CSPE. A possibilidade da concretização deste desafio foi possível graças a um trabalho pioneiro, denominado prova de conceito, desenvolvido em parceria com o Centro de Tecnologia XML do IPT. Como resultado, foi elaborado um projeto piloto para o Portal de Coleta de Dados, gerando a necessidade da contratação dos serviços de hospedagem do Site, sendo montado o ambiente necessário ao funcionamento do Portal na sede da PRODESP, aproveitando a estrutura do próprio Governo, que oferece um bom nível de segurança.

A infra-estrutura adequada associada à definição do padrão de desenvolvimento dos sistemas, que tratam os dados sobre as fiscalizações, permitiu uma sensível melhora nos processos de desenvolvimento. Para se ter uma idéia, o Portal de Coleta de Dados conta com as seguintes funcionalidades:

- Autenticação de senhas de acesso;
- Acompanhamento de prazos e obrigações. Para cada item acompanhado, serão enviados avisos de abertura para o preenchimento e alertas de vencimento de prazo de entrega das informações;
- Diversas formas de preenchimento poderão ser realizadas de forma manual ou automática;
- Módulo de verificação de preenchimento/importação de dados que permite a emissão de relatórios de inconsistências;
- Módulo de acompanhamento de séries históricas;
- Módulo de acompanhamento do envio das informações.

Como resultados, podemos destacar o aprimoramento dos processos de fiscalização, com a constituição de base de dados integrada evitando a assimetria de informações, bem como a organização dos processos de coleta nas concessionárias, trazendo a economia de recursos tanto para o Estado, quanto para os prestadores de serviços públicos.

ASSESSORIA JURÍDICA

Pudemos notar ao longo do ano de 2004 a crescente notoriedade da CSPE entre a sociedade, especialmente, entre a classe de consumidores de energia elétrica e gás canalizado. Não foi novidade constatar, também, o intenso crescimento das atividades internas da CSPE decorrente da atuação desta Agência Reguladora na busca pela excelência na prestação dos serviços de regulação e fiscalização dos serviços de distribuição de energia.

Assim, no ano decorrido de 2004 a CSPE desenvolveu, como lhe é por competência, estudos jurídicos, com vistas ao assessoramento nas atividades regulatórias objetivando o controle da legalidade, a observação dos preceitos e direitos Constitucionais, e mais, a busca pela adequação das normas ao papel social que esta deve desenvolver, caráter primário de qualquer ato administrativo.

Dentre as diversas atividades de sua competência, pôde-se destacar no ano de 2004:

- Emissão de despachos e pareceres em atendimento Assessoramento técnico-jurídico ao Comissário Geral e Comissários Chefes, exarando pareceres sobre assuntos pertinentes ao órgão;
- Emissão de despachos e pareceres aos órgãos da CSPE, assessorando-os, quando necessário;
- Exercer a representação judicial da Autarquia, nos termos do disposto no Decreto Estadual nº 43.036, de 14 de abril de 1998;
- Manifestar-se quanto às solicitações da SERHS que envolvam “Demandas da Sociedade”; ATL; Assembléia Legislativa; Prefeituras e Câmaras Municipais, Usuários, etc.;
- Posicionar-se tecnicamente em eventuais conflitos entre consumidores e concessionários, subsidiando manifestações da Ouvidoria e decisões do Comissariado;
- Acompanhamento jurídico na emissão de Termos de Notificação- TN’s emitidos pela Ouvidoria;
- Acompanhamento de processos administrativos punitivos, com elaboração de peças jurídicas de convalidação de aplicação de penalidades;
- Estudos jurídicos sobre questões pertinentes às atividades da CSPE;
- Acompanhamento de processos administrativos junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE;

- Manifestação, sempre prévia e pertinentemente sobre as minutas de editais de licitação e contratos administrativos;
- Acompanhamento de processos judiciais, em especial de mandados de segurança impetrados contra decisões exaradas pelo órgão;
- Apoio na elaboração de editais de pregão presencial.

Destaque deve ser feito à ampla utilização da modalidade de licitação Pregão, marco na busca pela eficiência e economicidade das contratações realizadas pela Autarquia que, em consonância as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo utilizou deste procedimento preferencialmente para suas contratações.

CONVÊNIOS E PARCERIAS

CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO ENTRE A CSPE E ANEEL

A Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL assinaram, no dia 22/12/2003, o Convênio de Cooperação e de Descentralização de Atribuições, mediante Delegação de Atividades, renovado por mais 05 anos.

A parceria entre as duas agências data de abril de 1998, quando foi instituída a CSPE e assinado o primeiro Convênio de Cooperação e de Descentralização.

Ao longo desse período, a CSPE, entre outras atividades, passou a realizar a fiscalização de serviços e instalações de energia elétrica, apuração e solução de queixas de consumidores, formulação de padrões regionais de controle e fiscalização da qualidade do serviço, prestação de apoio e fornecimento de subsídios nos processos de regulação econômica.

O novo Convênio de Descentralização, no valor total de R\$ 62.900.000,00, tem vigência até o final de 2008 e propiciará a continuidade da atuação da CSPE no Estado de São Paulo na área de energia elétrica, atendendo 14 milhões de usuários e fiscalizando 14 concessionárias de distribuição, contribuindo, desta forma, para a melhoria da qualidade dos serviços.

No cumprimento deste Convênio a CSPE executará suas atividades de forma a proporcionar condições favoráveis para que o desenvolvimento do mercado de energia elétrica ocorra com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A CSPE E A USP

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Universidade de São Paulo - USP, por meio da Escola Politécnica – Departamento de Engenharia de Energia celebraram, em 07/04/2003, novo convênio de cooperação, cujos objetos envolvem as atividades técnicas de regulação e fiscalização e distribuição de gás canalizado e de energia elétrica, bem como de geração de energia elétrica.

Para execução das atividades mencionadas, serão desenvolvidos planos de trabalho estruturados em seis grandes linhas, a saber:

- Regulação dos serviços de gás canalizado;
- Regulação dos serviços de energia elétrica;
- Fiscalização dos serviços de gás canalizado;

- Fiscalização dos serviços de energia elétrica;
- Procedimentos operacionais do órgão regulador e fiscalizador;
- Atendimento ao mercado de energia.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CSPE E UNICAMP

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp celebraram em 04/08/2004, com vigência de dois anos, com o objetivo de dar continuidade das atividades de levantamento de dados e o desenvolvimento de metodologias e procedimentos para apoio à fiscalização e regulação dos serviços de produção e distribuição de energia elétrica e de distribuição de gás canalizado, dando continuidade das atividades iniciadas no ano de 2002, convênio de cooperação.

Para execução das atividades mencionadas, serão desenvolvidos os seguintes temas:

- Sistemas de apoio de tecnologia de informação;
- Geração termelétrica a gás natural e os planos de incentivo a PCTs, a biomassa, a PCHs e processos industriais de cogeração no Estado de São Paulo-evolução, avaliação tecnológica e situacional dos empreendimentos;
- Análise e assessoramento técnico aos processos de Ouvidoria;
- Indicadores técnicos do gás canalizado;
- Regulação comercial e técnica do gás canalizado;
- Pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor de distribuição de gás natural canalizado.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CSPE E ANP

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Agência Nacional do Petróleo - ANP assinaram, em 19/11/99, o Convênio de Cooperação Técnica – Científica, com vigência de 05 (cinco) anos, visando o desenvolvimento de estudos e atividades para regulamentação das questões referentes ao transporte, distribuição e comercialização do gás canalizado, compreendendo os seguintes itens:

- treinamento e formação de recursos humanos na área de regulamentação do gás canalizado;
- definição das delimitações entre os sistemas de transporte;
- regulação econômica e critérios para evitar verticalização no setor;
- propostas para estabelecimento de parâmetros de qualidade de fornecimento para o gás natural;

- questões tecnológicas e econômicas relacionadas ao gás canalizado;
- aspectos gerais da regulamentação do transporte, distribuição e comercialização do gás canalizado; e
- troca de informações vinculadas ao exercício das competências de regulação e fiscalização dos serviços de gás canalizado.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A CSPE E A SDE

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Direito Econômico assinaram, em 23 de fevereiro de 2001, o convênio de Cooperação Técnica e Operacional e de Intercâmbio relacionada à defesa da ordem econômica e à proteção do consumidor, com vigência de 05 (cinco) anos.

O presente Convênio de Cooperação Técnica e Operacional e de Intercâmbio tem por objetivo estabelecer as bases gerais de mútua cooperação para a atuação conjunta da SDE (DPDC e DPDE) e a CSPE, observadas as respectivas competências, mediante a adoção de procedimentos integrados e/ou conexos, em matérias relacionadas com os setores econômicos que são objeto de regulação da CSPE, observada a Lei nº. 8.666/93 e legislações complementares, no que couber.